



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Faculdade de Formação de Professores**

**Programa de Pós-Graduação em História Social**



**JOYCE DOS SANTOS BORGES BARCELLOS**

**A Política Imigratória na Era Vargas: o caso da imigração alemã e a montagem do presídio político da Ilha das Flores.**

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup>. Luis Reznik

São Gonçalo

2023

## Sumário

Introdução .....	p.3.
Capítulo I: “Lembrai-vos que sois alemães” .....	p.7.
1.1: Em terras tupiniquins : o pangermanismo na literatura brasileira .....	p.11.
1.2: Considerações sobre a imigração alemã no Brasil e a sua relação com a ideia de colonização. ....	p.25.
1.3: Imigração e Colonização alemã em Petrópolis e em Nova Friburgo. ....	p.35.
Capítulo II: A política imigratória no período da Era Vargas (1930-1945).....	p.49.
2.1: A política imigratória no Estado Novo. ....	p.56.
2.2 : A Campanha de Nacionalização. ....	p.60.
Capítulo III: A Instituição Policial do Estado Novo e o Presídio Político da Ilha das Flores. .....	p.78.
3.1: A Polícia Política. ....	p.79.
3.2 O mito da Quinta Coluna Nazista no Brasil .....	p.85.
3.3: Espionagem policial .....	p.93.
3.4: A prisão política da Ilha das Flores (1942-1945) .....	p.98.
Considerações Finais .....	p.118.
Bibliografia .....	p.120.

## **Agradecimentos**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, meu fiel e bom pai. Dedico meu trabalho aos meus pais que sempre me encorajaram a conquistar os meus sonhos e me deram todo o suporte para transformar esses sonhos em realidade. Decidi que seria historiadora aos onze anos de idade, desde então recebi o apoio incondicional dos meus pais rumo à vida acadêmica, sou extremamente grata pelo lar que nasci.

Meu agradecimento se estende ao meu grande amor, aquele que nos últimos anos acompanhou de perto o desenvolvimento do meu trabalho, me incentivando a melhorar a cada dia. Aquele que vibra com minhas conquistas, mas que também sabe ser um excelente ombro amigo nos dias não tão ensolarados. Meu coração se enche de gratidão também pelo apoio recebido do meu orientador, mesmo quando a pesquisa mudava de rumo por questões pessoais, como a perda da minha avó durante a pandemia do Covid-19, ele sempre se apresentou disposto a me dar o suporte necessário para chegar à defesa.

Por fim, sou grata pelo tempo em que atuei como pesquisadora no Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores (CMIIF), trabalhando com o tema da imigração acabei me defrontando com questões que muito me interessavam acerca da imigração alemã. Sou grata pelos grandes amigos que conquistei no CMIIF, estarão sempre em meu coração.

## Introdução

O tema desta pesquisa está inserido em um contexto onde, devido a influência da Segunda Guerra Mundial, intensificou-se a preocupação com os aspectos políticos e militares das nações de origem dos imigrantes alemães, italianos e japoneses de uma forma mais elevada do que o discurso racial que estava sendo atribuído sobre estes grupos até então. Dessa forma, uma atmosfera de perigo social e político, considerada pelo governo do Estado Novo, prejudicial à ordem e estabilidade do Brasil, garantiram a legalidade de ações enérgicas, restritivas e repressivas contra aqueles que seriam considerados como os inimigos objetivos do regime varguista.

No primeiro capítulo da dissertação, buscamos contribuir com as reflexões acerca do “caráter nacional alemão” estabelecendo conexões com a difusão das ideias do “perigo alemão” no Brasil através da literatura durante a fase inicial da Primeira República. Em nosso recorte, serão avaliadas brevemente as seguintes obras: *O alemanismo no sul do Brasil*, escrita por Sílvio Romero; *Amar, verbo intransitivo*, publicado em 1927 por Mário de Andrade e o romance do maranhense José Pereira Graça Aranha, *Canaã*, publicado em 1902. De diferentes maneiras, essas obras escritas por brasileiros elencam importantes questões que podem ser capturadas em nossa pesquisa acerca da imagem atribuída ao alemão pela intelectualidade brasileira.

O tema do pangermanismo esteve também presente nos jornais de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro no início do governo republicano como o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias*, dessa forma, avaliamos, de forma sucinta, o conteúdo de periódicos que se envolveram nesta discussão. Cremos ser de suma importância a inquirição do discurso construído acerca do alemão, uma vez que a representação dual que muitos intelectuais e jornalistas corriqueiramente faziam em relação aos alemães (ora vistos como um modelo a ser seguido e ora acusados de “permanecerem alemães” mesmo em solo brasileiro), pode ter contribuído significativamente para a montagem de estruturas repressivas que se direcionaram para esse grupo étnico em território brasileiro, mesmo antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial. Por último, o capítulo conta com uma análise da imigração alemã, ainda no século XIX, em Petrópolis e em Nova Friburgo, ambas cidades situadas no Rio de Janeiro.

O segundo capítulo da dissertação contará com a análise das medidas repressivas desencadeadas pelo governo de Getúlio Vargas que representaram mudanças estruturais nas comunidades alemãs existentes no Brasil durante as décadas de 1930 e 1940. O locus analítico é a cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal. Dessa forma, nesse momento, avaliamos a presença da imigração alemã no estado do Rio de Janeiro ao que corresponde ao primeiro quartel do século XX. Estaremos refletindo ainda acerca das políticas imigratórias elaboradas durante o governo de Getúlio Vargas. As medidas de restrições em relação à imigração não foram decretadas somente devido à implementação do Estado Novo ou mesmo em razão do contexto internacional durante a década de 1940, mas foram tomando forma e sendo emitidas desde a chegada de Vargas ao poder em 1930.

O ano de 1937 tornou-se chave para a nossa investigação pelo fato da criação de uma nova legislação, a do Estado Novo, e da tentativa através, sobretudo, dos veículos de informação, de padronizar os hábitos e costumes dos brasileiros, através da Campanha de Nacionalização. Nesse momento, assistimos a uma inclinação mais acirrada em propagandar os riscos do "perigo alemão", bem como da iminente ameaça que o pangermanismo representava para a nação. A discussão do capítulo possui o propósito final de avaliar a construção do "inimigo objetivo", analisando os pontos importantes da Constituição de 1934, bem como a Criação do Conselho de Imigração e Colonização (CIC) e da Revista de Imigração e Colonização (RIC), com ênfase na forma com que a questão sobre o grupo étnico dos alemães foi tratada pelos mesmos.

As políticas imigratórias decretadas durante a Era Vargas, visaram em muitos casos, a restrição e até mesmo a repressão daqueles que eram classificados pelo governo como potencialmente perigosos à ordem e Segurança Nacional, ou precisavam ser. Bem, com a crescente estruturação do aparato policial, a rede de repressão passou a atuar de forma mais considerável e centralizada a partir de 1938.

As polícias procuram organizar as diretrizes de seu funcionamento apoiando-se na ordem constitucional vigente e como justificativa do seu plano de ação, utilizam os conceitos de ordem pública e segurança interna. Enquanto o direito define quem são os desviantes e o modelo de organização social estabelece o padrão de ordem, a polícia se apresenta como um “poder mantenedor do direito”. Neste sentido, estaremos avaliando no terceiro capítulo da dissertação como o arcabouço jurídico estadonovista forneceu os

subsídios necessários para que a polícia atuasse de forma sistemática no seio da sociedade brasileira durante o período de “estado de emergência”.

A investigação da atuação da polícia varguista durante as décadas de 1930 e 1940, também torna-se relevante para a presente pesquisa. Neste contexto de perseguição e de repressão, compreende-se que a instituição policial ampliou sua esfera de atuação, com a criação de departamentos específicos de controle do complexo universo institucional sobre o qual sobrevivia o Estado autoritário.

No último capítulo, buscamos ainda estabelecer um estudo acerca da adaptação sofrida no interior da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores para a montagem do presídio político (1942-1945). A Ilha das Flores está localizada na cidade de São Gonçalo, no Rio de Janeiro. A partir do ano de 1883, a Ilha se transformou em uma Hospedaria de Imigrantes oficial ligada ao Governo Imperial, e passou a se configurar como a porta de entrada de levas significativas de imigrantes no Brasil.

Em diversos momentos, a Ilha abrigou um espaço prisional, como na ocasião da Primeira Guerra Mundial e da Revolta Constitucionalista, por exemplo. No contexto da década de 1940, antes mesmo do Brasil declarar guerra ao Eixo, em agosto de 1942, visitas técnicas foram feitas corriqueiramente por autoridades policiais na Ilha das Flores, com a missão de preparar o local para receber em seu interior o espaço prisional. Com a montagem oficial do presídio, após a declaração de guerra às nações do Eixo, são enviados para a Ilha das Flores inúmeros alemães acusados de serem quinta colunistas e, dessa forma, de comprometerem a ordem da nação brasileira.

Documentos localizados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), se tornaram relevantes para a elaboração de nossa pesquisa. Esses documentos são capazes de fornecer ao pesquisador uma significativa dimensão da rede de espionagem montada no Rio de Janeiro, sob o ponto de vista da Polícia Política. Os arquivos, a partir da seleção feita pelo historiador, e de sua criteriosa análise referente à leitura dos documentos utilizando-se de referenciais teóricos e metodológicos, nos auxiliam na problematização concernente aos modos de referir-nos ao passado.

Através dos arquivos policiais, apreende-se parte do cotidiano da vida policial, bem como a imagem que estes elaboravam em seus prontuários e relatórios acerca da comunidade étnica alemã. Por outro lado, as fontes relativas à montagem do presídio da

Ilha das Flores, como ofícios enviadas pelo diretor da Hospedaria de Imigrantes ao Departamento de Ordem Política e Social contendo informações sobre o funcionamento do presídio, aliada a uma discussão empírica e teórica, possibilitam ao historiador apreender as estruturas bem como o cotidiano correspondentes ao espaço prisional.

## I- “Lembrai-vos que sois alemães”<sup>1</sup>

*“Onde é a pátria dos alemães?*

*É a Prússia? É a Baviera?*

*É onde o vento leva a areia das dunas?*

*É onde chega o Barulho do Danúbio?*

*Ó não, não, não!*

*Sua pátria deve ser grande*

*Onde é a Pátria dos alemães?*

*Então finalmente indico a terra!*

*Tão extensa quanto o soar da língua*

*E Deus no céu recita canções*

*Ela deve estar*

*Onde estiver a língua!”<sup>2</sup>*

Durante as décadas de 1920 e 1930, Maurice Halbwachs havia sublinhado que a memória deve ser compreendida como um fenômeno não apenas individual, mas também coletivo e assim construído, sendo submetida a diversas mudanças.<sup>3</sup> Em trabalho mais atual, Michael Pollack, descreveu o fenômeno acima descrito destacando que por meio da socialização política, ou da socialização histórica (nosso caso evocado), pode ocorrer um fenômeno de projeção ou mesmo de identificação com determinado passado, esse processo torna-se tão significativo, que podemos apontar para uma memória quase herdada<sup>4</sup>. Desta maneira, os acontecimentos vividos por uma coletividade a qual um indivíduo se sente pertencer fazem parte, portanto, dos elementos constitutivos da memória.<sup>5</sup>

Pollack indicou existir uma ligação fenomenológica estreita entre a memória e o sentimento de identidade, esse sentimento é constituído de um fator ligado à ideia de

---

<sup>1</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1904.

<sup>2</sup> ARNDT, Ernest Moritz. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, ano 42 n° 74, de 15-3-1935. In: CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil**. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2006. p. 25.

<sup>3</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo: Centauro, 2004.

<sup>4</sup> POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992. p.201.

<sup>5</sup> Idem.

continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si<sup>6</sup>. Em se tratando da memória coletiva, Pollak demonstra a importância do fornecimento de um quadro de referência e de pontos de referência quando existe o objetivo de manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo acredita que possui em comum. Em especial atenção à construção do sentimento de identidade, Tzvetan Todorov a compreendia como móvel e múltipla, não sendo assim única e rígida.<sup>7</sup>

Para Fernando Catroga, existe um valor social da memória, sendo a memória também sujeita a uma sobredeterminação social, dessa forma, estas questões remetem para a maneira como cada um se filia no seu próprio passado e como, explicitamente, constrói a sua identidade e a distingue dos outros<sup>8</sup>. O autor demonstra que a consciência do eu se constrói através da correlação com as memórias adquiridas, sendo estas somente construídas a partir de narrações contadas por outro, provando assim que a memória é um processo relacional e intersubjetivo<sup>9</sup>.

Compreende-se, desse modo, que o passado histórico não possui sentido em si próprio, sendo os indivíduos e as relações entre estes quem lhe atribuem valor e sentido. A partir da análise dos estudos de Halbwachs, Pollak e Catroga, compreende-se que a memória pode ser construída coletivamente. Ao indivíduo, torna-se necessário o contato com outras memórias para o reconhecimento do “eu”.

Para se pensar nas questões referentes à consciência nacional alemã ou, como afirmou Elias, ao “caráter nacional alemão”, cunhou-se a perspectiva de compreender esse fenômeno baseando-se na etnicidade, língua ou história comum. Em outras palavras, o cerne está no sentimento de identidade comum e na memória coletiva, que nos termos de Michael Pollack, se reveste dos investimentos feitos por um grupo ao longo do tempo para cunhar o sentimento de unidade, continuidade e coerência<sup>10</sup>.

Portanto, carregar o traço da “germanidade”, o sentimento comum ou a língua comum faria com que os indivíduos a eles associados se compreendessem enquanto uma coletividade, sendo capazes de diferenciar-se uns dos outros quando estivessem diante de outros grupos se preciso for. Eric Hobsbawm, todavia, destacou que os temas anteriormente

---

<sup>6</sup> Idem, p.204.

<sup>7</sup> TODOROV, Tzvetan. “Los usos de la memoria”. In: **Memoria del mal, tentación del bien. Indagación sobre el siglo XX**. Barcelona: Ediciones Península, 2002. p. 201.

<sup>8</sup> CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quareto, 2001. p.15.

<sup>9</sup> Idem, p. 18.

<sup>10</sup> POLLAK. Op, Cit. 1992. p.207.

destacados não correspondem a critérios decisivos da formação liberal de nações<sup>11</sup>. A língua, por exemplo, não seria a base da consciência nacional, mas sim um “artefato cultural”<sup>12</sup>. Portanto, as populações dos grandes Estados-nações territoriais não seriam tão homogêneas ao ponto de reivindicar para si uma etnicidade comum.<sup>13</sup>

Hobsbawm defende a posição de que a língua comum não é naturalmente gerada, mas construída, o que a faz adquirir uma certa fixidez fazendo-a parecer mais permanente e portanto mais “eterna” do que é de fato<sup>14</sup>. A partir desse argumento, podemos compreender que mesmo a questão linguística sendo de especial atenção para o argumento central referente a criação de um Estado Nacional, quando analisamos o caso alemão, ela tem mais a ver, nas palavras de Hobsbawm, com os “*interesses constituídos das classes com menos passagem por exames*”<sup>15</sup>.

Dessa forma, ao estabelecer uma reflexão acerca do processo de construção linguística de uma determinada região, torna-se relevante evidenciar o elemento político-ideológico. Uma vez que ao existir uma língua de elite, mesmo que esta seja pequena, a possibilidade dessa língua ter um valor político e ser possuidora, conseqüentemente, de sustentáculos visando uma coesão protonacional torna-se significativa. Portanto, nos é caro apontar, neste ponto, que no “coração” do nacionalismo linguístico estariam atreladas de forma mais decisiva as questões referentes ao poder, ao status, à política como também à ideologia.<sup>16</sup>

A língua, no sentido herderiano de ser falada pelo *Volk*, sem dúvida não era diretamente um elemento central na formação do protonacionalismo, embora não lhe fosse necessariamente sem relevância. Contudo, indiretamente tornou-se central à definição moderna de nacionalidade, e portanto também à sua percepção popular. Pois onde existe uma língua de elite, administrativa ou culta, por menor

---

<sup>11</sup> HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 6º ed; tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Paz e Terra, São Paulo, 2013. p. 48.

<sup>12</sup> Hobsbawm faz referência ao trabalho de Einar Haugen, Idem. p.154. *Language Conflicts and Language Planning: The Case of Modern Norwegian*. Cambridge: Harvard University Press, 1966; do mesmo autor, “*The Scandinavian Languages as Cultural Artifacts*”, in Joshua A. Fishman, Charles A. Ferguson, Jyotindra Das Gupta (orgs.), *Language Problems of Developing Nations*, Nova York - Londres - Sydney - Toronto: J. Wiley, 1968, p. 267-84. O historiador inglês afirmando que a Alemanha do século XVIII era somente um conceito cultural, prossegue: “no melhor dos casos, esta Alemanha consistia em 300 mil a 500 mil leitores de obras na língua culta vernácula” e ainda haveria um número bem menor dos que falavam a língua cultural de uso diário. p. 85.

<sup>13</sup> Idem. p.87-88.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Idem. p. 162.

<sup>16</sup> Idem.p.153.

que seja o número daqueles que a usam, ela pode tornar-se um elemento importante da coesão protonacional.<sup>17</sup>

Destacamos ainda os liames existentes entre o racismo e o nacionalismo. Hobsbawm destacou a facilidade com que a língua e a raça eram confundidas. Paralelamente, ainda no século XIX, o nacionalismo étnico passou a contar com significativos reforços, como a migração geográfica, fator que contribuiu para a transformação da “raça” como conceito central das ciências sociais do século XIX. Nesta relação, havia a necessidade de “purificar a língua nacional de elementos estrangeiros”<sup>18</sup>.

Fruto do nacionalismo alemão, foi criada na década de 90 do século XIX a Liga Pangermânica, sua responsabilidade primária consistia em difundir o ideário nacionalista alemão. Em diversos territórios, a Liga, em associação com a Sociedade de Ensino no Exterior, financiou a construção de escolas, igrejas e periódicos, veiculando nessas organizações e instituições as suas teorias acerca da *Grossdeutschland*<sup>19</sup>, em que a endogamia, a superioridade racial e o desenvolvimento econômico, constituíam-se nos seus principais conteúdos. Segundo Magalhães, os conceitos de nação e cultura presentes nesta organização, remontavam à época das invasões napoleônicas, momento de emergência do romantismo.<sup>20</sup> De acordo com Hannah Arendt, a Liga Pangermânica acreditava na eficiência de uma opinião pública forte, voltada para a nação, com o objetivo de ditar a política nacional pela força da exigência popular<sup>21</sup>.

Gradualmente, vemos a expansão da noção de coesão social que fora até então apregoada sob o prisma do nacionalismo linguístico, se entrelaçando à noção da união pelo

---

<sup>17</sup> Idem, p. 83-84.

<sup>18</sup> Idem. p. 150 e 151.

<sup>19</sup> Grande Alemanha.

<sup>20</sup> Clademir Luís Araldi, apresenta o Romantismo como uma reação ao temor de perder a realidade e o mundo humano da natureza e dos sentimentos. O Romantismo, enquanto culto da Antiguidade, da natureza arcaica e dos sentimentos, foi um movimento típico do século XVIII, estendendo-se em solo alemão até o século XIX. O movimento romântico pode ser dividido em três momentos: “1) O Pré-Romantismo ou o movimento Tempestade e ímpeto (*Sturm und Drang*), das décadas de 1770 e 1780; 2) o Primeiro Romantismo (*Frühromantik*), da última década do séc. XVIII até os primeiros anos do ottocento, e 3) o Romantismo tardio (*die Spätromantik*), que se difundiu na primeira metade do século XIX, principalmente em Heidelberg e em Berlim”. Ver: ARALDI, Luís Clademir. **Do Romantismo a Nietzsche: Rupturas e Transformações na Filosofia do Século XIX**, Pelotas: NEPFIL Online, 2017. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nepfil/files/2019/02/do-romantismo-a-nietzsche.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

<sup>21</sup> ARENDT, Hannah, **As origens do totalitarismo. Anti-semitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. Cia das Letras, São Paulo, 1991. p.333. Hannah Arendt também compreendeu que a ideologia do pensamento étnico alemão surgiu fora da nobreza, sendo gradualmente transformada em arma para os nacionalistas. A filósofa atestou que os intelectuais alemães raramente promoviam lutas políticas em prol da classe média a qual pertenciam, a batalha orbitava em prol de sua própria posição social. Idem, pp.343-346.

sangue<sup>22</sup>: “Um alemão permanece sempre alemão (...) em qualquer parte do mundo sua nacionalidade o reveste; perder sua nacionalidade é perder a si mesmo (...)”<sup>23</sup>. A língua seria capaz de criar uma comunidade oriunda dessa elite intercomunicante e esta poderia vir a coincidir com uma área estatal territorial particular e com uma zona vernácula própria, podendo ser um tipo de modelo para a comunidade maior, esta ainda não existente da nação<sup>24</sup>.

O que caracterizou os movimentos de unificação étnica é que nunca tentaram ao menos alcançar a emancipação nacional, mas imediatamente, em seus sonhos de expansão, transcenderam os estreitos limites da comunidade nacional e proclamaram a comunidade de um povo que permaneceria como fator político ainda que os seus membros estivessem espalhados por toda a terra<sup>25</sup>.

Os pangermanistas estariam de acordo que, em se tratando de viverem em um “Estado continental”, haveriam de procurar colônias no continente e, assim, expandir-se de modo geograficamente contínuo sob o prisma de um determinado centro de poder<sup>26</sup>. Para Arendt, o nacionalismo continental, como foi por ela classificado, partiu de um profundo estreitamento com os conceitos e as ideologias de cunho racial<sup>27</sup>. Por outro lado, ela atribuiu a este movimento a hostilidade do Estado como instituição. Por sua natureza, o Estado seria declarado estranho ao povo e os interesses nacionais deveriam se sobrepor aos interesses do Estado<sup>28</sup>.

### **1.1: Em terras tupiniquins : o pangermanismo na literatura brasileira**

No Brasil, intelectuais como Oliveira Vianna, Nina Rodrigues e Sílvio Romero,

---

<sup>22</sup> A origem comum descrita em termos de “parentesco de sangue”, de laços familiares, de união tribal, de origem pura sem “misturas”, segundo Hannah Arendt, surge a partir de 1814. Essas ideias são exploradas em obras de liberais nacionalistas por um lado e de católicos por outro, comprovando, afirmou a autora, o “fracasso das esperanças de despertar verdadeiros sentimentos nacionais no povo alemão por outros meios culturais - como idioma ou história” Idem.p.243.

<sup>23</sup> SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: FCC. 1982. p. 45.

<sup>24</sup> HOBBSAWM. Op. Cit. p 84.

<sup>25</sup> ARENDT, Op. Cit. p.326.

<sup>26</sup> Idem. p. 314-315.

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> Idem, p.332.

refletiram a respeito da formação identitária do povo brasileiro. Silvio Romero, especificamente na obra *História da Literatura Brasileira* acabou por consagrar o "mestiço" como tipo nacional <sup>29</sup>. Uma síntese da obra pode ser desmembrada em duas conclusões fundamentais: por um lado, afirmar a singularidade brasileira em relação a Portugal.

O Brasil, para Romero, “não deve mais ser cópia da antiga metrópole”<sup>30</sup>, isto especialmente através do reconhecimento dos outros elementos que compunham o povo; por outro lado o país deveria, atrair a raça ariana para o território brasileiro, pois, com o auxílio do clima, dar-se-ia a constituição de um novo povo, “*se o clima não criou as raças que constituem nossa população, composta de gentes para aqui imigradas, ele as pode modificar e modifica efetivamente*”.<sup>31</sup>

O argumento romeriano, de acordo com Jean Carlo de Carvalho Costa, reclinase na possibilidade da emergência de um “tipo novo” resultante da mestiçagem, “genuína formação histórica brasileira”<sup>32</sup>. Para o autor, a contradição entre a aceitação da existência de diferenças humanas inatas e o “elogio ao cruzamento”, proporciona a já conhecida e original solução sócio-política brasileira para o “dilema dos intelectuais desta época”, a chamada “ideologia do branqueamento”.

De acordo com as concepções de Romero, um conjunto de fatores: incentivo à imigração européia, o fim da importação de escravos e o cruzamento entre brancos e mestiços, produziria naturalmente uma população mais clara, adequando-se, gradualmente, aos objetivos das teorias raciais científicas correntes.

Silvio Romero (1851-1914) foi, de fato, um dos que percebeu a importância de se considerar o meio e a raça como fatores internos que definiriam a realidade brasileira, isto a partir de uma certa contraposição à influência estrangeira que, no Brasil, possibilitava uma imitação da cultura européia, uma “adaptação inconsciente”.<sup>33</sup>

---

<sup>29</sup> ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. Tomo I. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2001.

<sup>30</sup> Idem. p.97.

<sup>31</sup> Idem.

<sup>32</sup> COSTA, Carvalho Jean. Sílvio Romero e a “idéia das três raças”: uma hermenêutica do nacional a partir da categoria miscigenação. **Cronos**, Natal-RN, v. 7, n. 1, jan/jun. 2006. p. 135-149.

<sup>33</sup> LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. São Paulo: Ática, 1992.

<sup>24</sup> MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPEESP, 1998. p.98.

Oliveira Vianna também defendia a necessidade do branqueamento da raça brasileira como também a inviabilidade do regime democrático em virtude da inexistência de um povo plenamente consciente de sua identidade nacional. O intelectual rejeitava ainda os modelos românticos, por considerá-los um mero enaltecimento do passado.<sup>24</sup>

Em contrapartida, e ainda refletindo acerca do pensamento social brasileiro em torno de questões como “brasilidade” e identidade nacional, no final do século XIX e início do século XX, muitos imigrantes e descendentes de imigrantes alemães radicados no Sul do Brasil passaram a promover a defesa da ideologia da germanidade ou do *Deutschtum*. A defesa dessa ideologia, que ao longo do tempo teve intensidade variada, despertou reações por parte de intelectuais e de homens do governo brasileiro, que estavam empenhados na construção do Estado e conseqüentemente da identidade nacional.

Segundo Olgario Paulo Vogt, o “perigo alemão” consistiu em um real ou hipotético patrocínio, por parte do imperialismo germânico, de uma secessão de territórios do Brasil meridional que deveriam ficar como área de influência econômica ou de dominação direta da Alemanha<sup>34</sup>. Pretextando que a nação brasileira não comportava duplas identidades e que os *Deutschbrasilianer* (teuto-brasileiros) colocavam em risco a integridade nacional, a população de ascendência alemã do Sul do país passou a ser estigmatizada como sendo estrangeira e por constituir “quistos étnicos”. A identificação particular desse grupo passa, portanto, a fornecer munição para os defensores da tese do “perigo alemão”.

Para Marionilde Brepohl de Magalhães, o mito do perigo alemão - tendo em Sílvio Romero o seu defensor mais destacado - contribuiu na elaboração dos discursos que objetivaram a construção da identidade nacional brasileira. Segundo a historiadora, havia uma forte ambigüidade a respeito do incentivo à imigração germânica para o Brasil; o alemão era percebido nesse contexto como um indivíduo que contribuiria para o desenvolvimento da economia brasileira, devido a uma significativa parcela de alemães ascenderem rapidamente à classe média, mas em contrapartida, esse mesmo fato era visto como um risco à homogeneidade cultural pretendida<sup>35</sup>.

Magalhães afirma ainda a crença entre a intelectualidade brasileira de que faltava ao alemão o sentimento de brasilidade, este estaria presente apenas em seus filhos

---

<sup>34</sup> VOGT, Paulo Olgario. O alemanismo e o “Perigo Alemão” na literatura brasileira da primeira metade do século XX. **Signo**. Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 225-258, dez, 2007.

<sup>35</sup> MAGALHÃES.Op. Cit. p.63-66.

e netos, através do contato desses indivíduos com a população de origem lusa<sup>36</sup>. Para a autora, quando estão presentes nas obras dos intelectuais brasileiros termos como: “alemães”, “teutos”, “germânicos”, evocava-se o pertencimento desses indivíduos à condição de “outro” no contexto da cultura brasileira.

Com todo o florescimento de teorias eugenistas, do pensamento atrelado ao darwinismo social e da crescente preocupação derivada do lugar do “brasileiro” no quadro social nacional, recomendou-se inclusive, pelas autoridades brasileiras em fins do século XIX, a colonização mista com ênfase na combinação entre os elementos estrangeiro e nacional.<sup>37</sup> “se não o fizerem, as três províncias do extremo Sul terão, em futuro não muito remoto, um tão grande excedente de população germânica, válida e poderosa, que a sua independência será inevitável”.<sup>38</sup>

As alusões ao pangermanismo na literatura brasileira encontram-se circunscritas nos séculos XIX e XX, sobretudo ao que corresponde à primeira metade deste último. Diversas publicações surgiram no Brasil com o objetivo de “alertar” a população brasileira sobre os planos de anexação do território brasileiro ao império alemão. Fosse o “alerta” movido por razões políticas ou não, é fatídico a importância em estabelecer contato com esses discursos acerca de uma minoria quando se leva em consideração os desdobramentos e os reflexos causados por estes aos imigrantes alemães residentes no Brasil no período em questão.

Para o presente trabalho, o desejo reside em apresentar um recorte dos discursos presentes na literatura brasileira com a finalidade de enriquecer as discussões acerca dessa temática no campo da historiografia. Contudo, apontamos que o nosso exercício repousa não na tarefa de recuperar o passado tal como ele se deu, mas sim em interpretá-lo. O ofício daquele que se debruça em investigar a História, demonstrou Marialva Barbosa<sup>39</sup>, reside na tentativa de compreender a mensagem produzida no passado dentro de suas próprias teias de significações a partir dos sinais/indícios que nos chegam no presente.

As ideias de não integração, de antipatriotismo e de segregação associadas aos alemães, ganharam novos ares devido à criação do império alemão em 1871, resultando em

---

<sup>36</sup> Idem, p.74.

<sup>37</sup> Idem, p. 35

<sup>38</sup> ROMERO, Sílvio. Op. Cit. p.121.

<sup>39</sup> BARBOSA, Marialva. **História Cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Mauad X, Rio de Janeiro, 2007. p. 13.

um novo quadro internacional. As propagandas feitas por alemães já estabelecidos no Brasil que objetivavam aumentar o fluxo germânico para uma região específica do país, apesar de apresentarem uma “espécie de visão do paraíso”<sup>40</sup>, promovendo, nesse caso, uma avaliação positiva das províncias instaladas no território brasileiro, foram interpretadas como atos imperialistas e possuidoras de reais riscos para a unidade nacional, originando assim a expressão “perigo alemão”.<sup>41</sup> Apregoava-se que estrategistas alemães teriam pensado no aproveitamento dos “alemães no exterior” em benefício da “pátria-mãe”<sup>42</sup>.

A imigração alemã começou também a apresentar inconvenientes para o Brasil na medida em que se desencadearam conflitos - em sua maioria por questões religiosas ou étnicas - alarmando as diferenças culturais entre brasileiros e alemães.<sup>43</sup> Dessa forma, no período que corresponde à fundação do Império Alemão até o advento da Primeira Guerra Mundial, foram constantes as referências a um “perigo alemão” como também ao pangermanismo tanto na imprensa quanto na literatura brasileira. Ainda no final do século XIX, proibiu-se no Brasil a concentração étnica em uma mesma região, recomendando-se a colonização mista a fim de que, paulatinamente, o elemento estrangeiro fosse absorvido pelo nacional.<sup>44</sup>

Por outro lado, Seyferth reforçou que a noção do isolamento protagonizado pelos alemães no que ela classificou como “colônias homogêneas”, bem como a liberdade religiosa para os protestantes, formulada, por algumas lideranças emergentes nos meios teuto-brasileiros, causara uma significativa reação de teor nacionalista oriunda de setores com posição contrária à imigração alemã e preocupados com as questões referentes à formação católica e latina do país.<sup>45</sup>

O posicionamento mais crítico em relação aos alemães será encontrado com uma ênfase acentuada já no período republicano, uma vez que a presença alemã em nosso território passou a ser encarada como uma ameaça ao projeto de tornar o Brasil uma nação civilizada. Neste sentido, Seyferth argumentou que a conversão do grupo étnico alemão em indesejáveis, associando-os mesmo que parcialmente, à política de colonização do Império, demonstrou que o conceito de nação unívoca e “latina” em prol da civilidade ganhou um

---

<sup>40</sup> SEYFERTH, Op. Cit. p.18.

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> Idem, p. 19.

<sup>44</sup> MAGALHÃES p.35.

<sup>45</sup> SEYFERTH. Op. Cit. p. 18.

importante espaço ao que se refere à determinação do imigrante ideal desde o início da República.<sup>46</sup>

Leonardo Fernandes foi categórico ao afirmar que os efeitos da disseminação dos discursos acerca dos problemas que os alemães poderiam representar para o Brasil, em termos de Segurança Nacional, quando influenciados pelo ideário do pangermanismo, serviram de justificativa para as reprovações em relação aos alemães por parte da sociedade civil brasileira. Os discursos pronunciados a respeito da proliferação de instituições de cunho educacional, recreativo, religioso, social e econômico estariam sendo associados à não integração deste grupo étnico, como também a uma tentativa de “dominação” por parte dos alemães sobre a sociedade receptora<sup>47</sup>.

Diversos estereótipos são evocados para descrever o alemão em solo brasileiro e o seu modo de “permanecer alemão”, estereótipos que encontraram força nesses tempos e permaneceram em pauta ao longo da primeira metade do século XX. Em relação à literatura, Magalhães destacou:

(...) a literatura brasileira passou a expressar de múltiplas formas o universo de significações com que se estigmatizava o alemão. trazidas tanto da Europa como da América do Norte, ao que se somavam as imagens construídas no interior da sociedade brasileira. Meticulosidade, disciplina no trabalho, espírito racional, o alemão como antônimo do latino são, entre outras, as leituras que nortearão as primeiras aproximações daqueles intelectuais com os imigrantes e sua cultura.<sup>48</sup>

Stuart Hall é enfático ao afirmar que a estereotipagem reduz, naturaliza e fixa a “diferença”, ela é capaz de implantar uma estratégia de “cisão”, dividindo o normal e aceitável daquilo que é anormal e inaceitável. Quando estabelecida, a estereotipagem torna-se capaz de excluir ou expelir tudo aquilo que não cabe e o que é diferente<sup>49</sup>. Em outros termos:

A estereotipagem é parte da manutenção da ordem social e simbólica. Ela estabelece uma fronteira simbólica entre o “normal” e o “pervertido”, o “normal”

---

<sup>46</sup> SEYFERTH, Op. Cit. p.26.

<sup>47</sup> FERNANDES, Leonardo Nunes Pereira. “Perigo alemão ou germanofobia?": Os alemães em São Paulo entre 1889 e 1918. Dissertação de Mestrado. PUC, São Paulo. 2011. p.20.

<sup>48</sup> MAGALHÃES, Op. Cit. p.93.

<sup>49</sup> HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Ed. PUC - Rio : Apicuri, Rio de Janeiro, 2016. p.191.

e o “patológico”, o “aceitável” e o “inaceitável”, o “pertencente” e o que não pertence ou é o “outro”, entre “pessoas de dentro” e “forasteiros”, entre nós e eles.

A estereotipagem facilita a “vinculação”, os laços de todos nós que somos “normais” em uma “comunidade imaginária”; e envia para o exílio simbólico todos Eles, os “outros”, que são de alguma forma diferentes, “que estão fora dos limites”.<sup>50</sup>

Sobretudo, é nesse contexto que algo “fora do lugar” pode tornar-se perigoso, contaminado, devendo ser extinguido em nome da candidez da cultura. A representação para Stuart Hall seria uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos<sup>51</sup>. O sistema de representação consistiria em diversas maneiras pelas quais torna-se possível organizar, agrupar ou organizar os conceitos, como também em estabelecer relações complexas entre eles<sup>52</sup>.

Stuart Hall assinalou a importância de avaliarmos a representação pela linguagem, pois tal fenômeno seria essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos<sup>53</sup>. Os significados organizam e regulam práticas sociais, afirma Hall, sendo capazes de influenciarem nossa conduta, gerando, conseqüentemente, efeitos reais e práticos<sup>54</sup>. Para Hall, estabelecer uma análise de abordagens discursivas torna-se relevante na medida em que a preocupação recai em averiguar como o conhecimento elaborado por determinado discurso se relaciona com o poder, “regula condutas, inventa ou constrói identidades e subjetividades e define o modo pelo qual certos objetos são representados, concebidos, experimentados e analisados”.<sup>55</sup>

Importa destacar que a imagem do alemão como a personificação da germanidade, assim como um indivíduo idêntico a outros membros de sua cultura e desprovido de sensibilidade, por exemplo, não será somente abordado na literatura, mas também em discursos jornalísticos ou nas crônicas populares<sup>56</sup>. A relevância em apontar tais discursos reside nas conseqüências práticas exercidas pelas sociedades civil e política

---

<sup>50</sup> Idem, p.192.

<sup>51</sup> Idem, p.31.

<sup>52</sup> Idem, p.35.

<sup>53</sup> Idem, p.17

<sup>54</sup> Idem, p.20.

<sup>55</sup> Idem, p.27.

<sup>56</sup> MAGALHÃES, 64-65.

realizadas contra as comunidades alemãs existentes no Brasil ao longo da primeira metade do século XX.

Trabalhamos com a hipótese de que, decisivamente, os estereótipos atribuídos aos alemães, bem como a evocação do pangermanismo contribuíram para a crescente repressão aos alemães em solo brasileiro. Leonardo Fernandes identificou a importância de compreender as características do *Deutschtum* ou germanismo a fim de entender a formação da ideia do “perigo alemão” no Brasil, uma vez que “(...) a reação a esses preceitos étnicos culminou em desconfiança, em relação aos imigrantes alemães, pois estes representariam os interesses e objetivos da Alemanha em relação ao Brasil”<sup>57</sup>.

Em se tratando da presença do tema da imigração alemã no seio da intelectualidade brasileira, desde cedo notou-se um conjunto de atitudes e sentimentos ambíguos diante do alemão.

(...) fosse ele um imigrante, simples trabalhador ou mesmo um intelectual; forte, disciplinado, membro de uma raça superior, despertaria a admiração nas elites ávidas pelo progresso, mas causaria-lhes também uma espécie de aversão por sufocar, em nome da razão científica sua própria sensibilidade. Além disso, esse alemão estava isolado, segundo os olhares de uma cultura pensada como mestiça, em seus próprios valores e costumes.<sup>58</sup>

O periódico *A Sentinella*, com sede em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, publicou em 1898, uma matéria enaltecendo sua origem étnica que seria pautada na imigração suíça e alemã.<sup>59</sup> Afirmando que de ambos os grupos, os friburguenses haviam herdado “esse caldeamento (...) honesto, sadio, forte e adiantado que fundou o trabalho livre nestas montanhas e com elle todas as condições de moralidade, de bem estar o de prosperidade que constituem este povo na sua grande maioria feliz”<sup>60</sup>. Os elogios haviam sido realizados em ocasião do anúncio da morte de Otto Von Bismarck<sup>61</sup>. Nesse contexto, destaca-se a menção dos alemães nativos residentes em Nova Friburgo na transição do século XIX para o século XX.

---

<sup>57</sup> FERNANDES. Op. Cit. p.17.

<sup>58</sup> MAGALHÃES. Op. Cit. p.53.

<sup>59</sup> *A Sentinella*, Nova Friburgo, 07 de Agosto de 1898.

<sup>60</sup> Idem.

<sup>61</sup> Idem.

E' aos descendentes do sangue teutonico em Nova Friburgo e aos representantes directos da poderosa Alemanha que habitam entre nós, que a Sentinella se dirige com elles confraternizando neste .solemissíssimo momento em que apagou-se para sempre a luz divina do cerebro privilegiado de um dos maiores homens do mundo moderno.<sup>62</sup>

A ambiguidade a respeito do imigrante alemão esteve, por outro lado, presente na imprensa carioca. *A Gazeta de Notícias*, publicou em março de 1900 que além de tudo, e o “além” estabelece relação com o constantemente noticiado interesse por parte dos alemães em estabelecer um poderoso império econômico nas regiões de colonização alemã no Brasil, o alemão seria notavelmente um bom imigrante, mas em contrapartida, seria um pobre colono, uma vez que seria considerado como patriota e oriundo de um governo liberal onde prevalecia, de acordo com a matéria, oficialismo.<sup>63</sup>

José Marques de Melo indicou a importância da imprensa carioca na primeira metade do século XX, uma vez que esta teria extrapolado a natureza geopolítica que provavelmente a associaria ao estigma paroquial ou provincial, tornando-se a expressão da universalidade brasileira<sup>64</sup>. A imprensa do Rio de Janeiro seria, nos termos de Marques de Melo, uma mestiçagem dos padrões importados d' além mar.<sup>65</sup> Indo além, ela seria capaz de processar os modelos aculturados e difundi-los para “todos os quadrantes da nossa geografia”.<sup>66</sup>

A criação da Liga Pangermânica, mencionada na primeira parte do presente capítulo, protagonizou um sinal de alerta para aqueles que temiam o avanço da comunidade alemã para outros territórios, como também nutriu a ideia de que os alemães residentes no Brasil seriam parte do Império Alemão e agentes que fariam contribuições para a disseminação do *Deutschtum*. Nesse contexto, difundiu-se a crença que os alemães objetivavam criar em todos os locais colonizados pelo povo alemão um movimento de revivificação do espírito teutônico. Vejamos a seguir a transcrição de um artigo primeiramente publicado no *New York Herald*, acerca da Liga Pangermânica e de suas finalidades, publicado no Brasil pelo *Jornal do Commercio* em 1904.

---

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 31 de março de 1900.

<sup>64</sup> MELO, José Marques de. Introdução: Pelos caminhos da Imprensa no Brasil. In: BARBOSA, Marialva. Op. Cit.20.

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> Idem.

Um dos seus grandes objectivos é manter vivo ou reviver o espirito allemão além-mar. Têm todo o cuidado que ao *Deutschtum* no estrangeiro se proporcione o material instructivo e intellectual conveniente. Em países como em partes da América do Sul e do Império Austriaco, onde o “*Deutschtum*” já se acha estabelecido em base solida, esta obra de educação é da maior importancia. São escolhidos cuidadosamente para os varios cargos e enviados para fortalecer ou reviver o “*Deutschtum*” mestres-escola allemães convenientes, com mappas ethnographicos apropriados, com livros de historia apropriados e aparelhados com o “apropriado” espirito e curso allemão para os jovens.

A liga manda agitadores profissionaes para districtos fracos, afim de proclamar a missão do “*Deutschtum*”. Publica panphletos, escriptos em linguagem empolada, descrevendo as façanhas dos allemães a posição, no mundo, da Allemanha, das suas ambições e do seu futuro. Em summa, não deixa pedra sobre pedra, no esforço de teutonizar o mundo.<sup>67</sup>

Temendo o avanço dos ideais propagados pelo órgão para os países do continente americano, a liga foi criticada na imprensa nova-iorquina. Evocou-se a Doutrina Monroe<sup>68</sup> como a única capaz de salvaguardar os interesses do continente americano contra o avanço do pangermanismo. A liga seria a expressão franca dos desejos secretos (propagar o *Deutschtum*) de toda a Alemanha, inclusive do governo alemão<sup>69</sup>. Torna-se evidente que as discussões acerca do pangermanismo não estiveram circunscritas somente em território brasileiro. Anteriormente, ainda em 1900, o mesmo periódico ao longo do mês de janeiro, havia publicado diversos artigos, foi o que descreveu *A Gazeta de Notícias*<sup>70</sup> sobre as pretensões da Alemanha em relação ao Brasil.

A matéria publicada em 19 de março, relatou que o *New York Herald* havia reproduzido na parte superior “da primeira página de um longo artigo”, os mapas que teriam sido publicados pelo governo alemão considerando os estados do Rio Grande do Sul, Santa

---

<sup>67</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1904.

<sup>68</sup> Idem.

<sup>69</sup> Idem.

<sup>70</sup> *A Gazeta de Notícias* foi fundada ainda no governo imperial, no Rio de Janeiro em 1875, tendo sua impressão mantida até o ano de 1916. Durante seu período de existência, *A Gazeta* produzia textos cada vez mais simples, buscando atender a um público mais vasto. Na alvorada do século XX, o periódico possuía um importante poder de difusão do seu impresso e compunha, ao lado do *Jornal do Brasil*, o *Jornal do Commercio*, *Correio da Manhã* e o *Paiz*, o grupo das principais folhas da cidade. Marialva Barbosa destacou que o periódico constantemente referia-se a sua independência frente a grupos políticos. Entretanto, ela trabalha com a ideia de que na prática não havia independência ou mesmo liberdade. BARBOSA, Marialva. Op.Cit. pp. 29 e 41.

Catarina e Paraná como pertencentes ao império colonial alemão e estendia-se em considerações sobre a probabilidade de uma ocupação armada.<sup>71</sup>

A Alemanha estaria subsidiando a vinda dos imigrantes alemães para o território brasileiro, “criando para eles bancos poderosos, protegendo-lhes em todos os sentidos o comércio e a indústria.”<sup>72</sup> Haveria ainda o desejo por parte dos alemães de apoderar-se das “administrações e da direção dos negócios públicos”.<sup>73</sup> O artigo findou-se com a seguinte pergunta: “Quando é que havemos de acordar?”.<sup>74</sup> Já em outro momento, o jornal “*O Paiz*”<sup>75</sup> publicou em 1910 uma matéria afirmando que todo alemão, em certos momentos históricos, era pangermanista e tornavam-se capacitados das ideias mais ou menos já conhecidas em solo brasileiro e das suas relações com as colônias meridionais aqui existentes.<sup>76</sup> O periódico classificou como “mau” e “pretensioso” o espírito alemão que seria “vulgarmente conhecido pelo nome suave de pangermanismo”.<sup>77</sup>

Em maio de 1911, o *Jornal do Commercio Edição Tarde*<sup>78</sup>, com sede no Rio de Janeiro, publicou uma longa matéria sobre as relações entre a Alemanha e o Brasil. A matéria destacou que a diplomacia alemã exercia um domínio supremo no Rio de Janeiro. De acordo com o texto, haveriam favores que estariam sendo concedidos às empresas germânicas e todas as encomendas do exército brasileiro estariam sendo confiadas à casa Krupp bem como a outros fornecedores alemães. A Alemanha teria pretensões em relação ao Brasil, essas intenções, afirma o artigo, ocasionariam “dentro em alguns anos gravíssimas questões internacionais”.<sup>79</sup>

Aos leitores brasileiros foi informado pelo artigo a tentativa da Alemanha em “germanizar as classes cultas do Brasil” ao longo dos anos através da implementação de

---

<sup>71</sup> **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 19 de março de 1900.

<sup>72</sup> Idem.

<sup>73</sup> Idem.

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> *O Paiz*, era considerado um jornal de grande porte e possuidor de destaque na capital federal. O periódico fora criado antes do advento da República, em 1884, sendo dirigido por Quintino Bocaiúva, uma figura eminente do periodismo republicano e publicado até 1934, com significativo prestígio e tiragens elevadas. MARTINS, Ana Luiza e DE LUCA, Regina Tânia. **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed., 3º reimpressão, São Paulo: Contexto, 2020. p. 87.

<sup>76</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1910.

<sup>77</sup> Idem.

<sup>78</sup> O *Jornal do Commercio* foi criado no Rio de Janeiro em 1827. Em 1º de outubro desse mesmo ano, a impressão do jornal iniciou-se na oficina instalada na rua da Alfândega nº 47, sob o comando de Pierre Plancher. O periódico possuía uma linha conservadora, sendo considerado o mais antigo diário da América Latina a circular ininterruptamente desde o seu surgimento. MARTINS; DE LUCA. Op. Cit. p. 52-53.

<sup>79</sup> **Jornal do Commercio - Edição Tarde**, Rio de Janeiro, 06 de maio de 1911.

escolas. <sup>80</sup>Ao final, o periódico mencionou que a opinião pública brasileira deveria estar pronta para reagir contra as pretensões alemãs, quando estas se tornassem mais excessivas. A suposta falta de interesse das demais nações nos negócios brasileiros estariam sendo uma das razões do êxito da expansão do pangermanismo no Brasil.<sup>81</sup>

Em “*O alemanismo no sul do Brasil*”, Sílvio Romero denuncia o perigo alemão, sugerindo como meio de conjurá-lo, uma série de medidas para impedir a perda do sul do país para os alemães<sup>82</sup>. Romero sugeriu que a concentração de alemães nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul representaria um duplo perigo. Em primeiro lugar, o crescimento desequilibrado entre esta e outras regiões, devido às características intrínsecas desse povo. Por outro lado, haveria riscos de perda da união linguística por conta do uso recorrente do alemão. Seyferth compreende que em seu argumento acerca dos alemães existia, ao menos aparentemente, uma natureza política sendo o “discurso anti-imperialista, condenatório do pangermanismo e baseado na doutrina Monroe”.<sup>83</sup>

Dentre as soluções apresentadas por Romero como meio de impedir que tais questões se concretizassem, deveria haver uma melhor distribuição espacial dos alemães, assim, a língua nacional seria assegurada como também tal fato contribuiria para a melhor assimilação do elemento estrangeiro. Indo além, na concepção de Romero, “o melhor imigrante é aquele que não só se deixa assimilar, mas também se integra, pela mestiçagem, com os nacionais, cumprindo o desígnio do branqueamento”.<sup>84</sup> A assimilação é percebida como sinônimo de caldeamento ou fusão racial.<sup>85</sup>

Algumas das medidas elencadas por Sílvio Romero foram usadas durante o Estado Novo, na Campanha de Nacionalização como: proibir a língua alemã em público; forçar o aprendizado do português aos alemães; só permitir colônias mistas com imigração de várias origens e proletários brasileiros destinados a "abrasileirá-los".

---

<sup>80</sup> Idem.

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> ROMERO, Sílvio. **O Alemanismo no Sul do Brasil. Seus Perigos e Meios de os Conjurar**. Rio de Janeiro, Heitor Ribeiro. 1906.

<sup>83</sup> SEYFERTH, Op. Cit. p. 25.

<sup>84</sup> ROMERO, Op. Cit p. 24.

<sup>85</sup> Idem.

No campo do romance, Mário de Andrade narrou em *Amar, verbo intransitivo*<sup>86</sup>, publicado em 1927, a experiência da imigrante Elza (Fraülein), uma governanta alemã, que tornou-se professora de *amar*. O romancista brasileiro relatou que tivera ao menos três professores de alemão, a primeira teria sido uma “senhora musicalíssima”, casada com um organista; a segunda, recém chegada ao Brasil, que “havia decorado o Dicionário Michaelis para aprender o português” e o terceiro, “um soldado do exército prussiano com mentira e tudo”<sup>87</sup>. O escritor não apresentou os nomes de seus professores, mas diz que seus estudos foram iniciados por volta de 1922.

O escritor paulista tivera contato com a cultura alemã no campo da literatura, artes plásticas, teatro, música e em matéria de relações de amizade<sup>88</sup>, Mário de Andrade nos traz um grande exemplo do sentimento de dualidade acerca dos alemães na qual nos relatou Marionilde Magalhães. Em seu romance, ora a figura do alemão é contemplada com admiração, ora os estereótipos causadores de aversão são evocados.

Através de uma linguagem coloquial, com gírias e erros gramaticais, a imagem do alemão é apresentada como a personificação da germanidade<sup>89</sup>. O alemão seria exatamente idêntico a outros membros de sua cultura: forte, guerreiro, desprovido de sensibilidade.

Mas não tem dúvida: isto da vida continuar igualzinha, embora nova e diversa, é um mal. Mal de alemães. O alemão não tem escapadas nem imprevistos. A surpresa, o inédito da vida é pra ele uma continuidade a continuar. Diante da natureza não é assim. Diante da vida é assim. Decisão: Viajaremos hoje. O latino falará: Viajaremos hoje! O alemão fala: Ponto final. Pontos-de-exclamação (...) *É preciso exclamar pra que a realidade não canse* (grifo nosso).

*Amar, verbo intransitivo*, foi ambientado na São Paulo do primeiro quartel do século XX. A alemã Fraülein (Elza), que além de governanta era professora de alemão, seria calejada e conhecedora do desamor, enquanto Carlos, um jovem paulista que morava na casa onde Fraülein trabalhava e era seu aluno, teria uma chama no potencial do amor,

---

<sup>86</sup> ANDRADE, Mário. **Amar, verbo intransitivo**. Editora Itatiaia limitada, Belo Horizonte, 1982.

<sup>87</sup> Idem, p.34.

<sup>88</sup> Idem, p.37.

<sup>89</sup> O narrador avisa: “estou falando brasileiro”. A base é, assim, a língua falada, atribuindo ao texto a noção sonoridade, fruto também do vínculo do autor com a música. Idem. p. 33.

mas “não o amor ligado a convenções alemãs como o marido burguês sonhado, mas o amor completo - ternura e paixão, intenso - e efêmero”<sup>90</sup>.

Elza não poderia compartilhar com seus alunos um trabalho de Reimer que lhe passou pelas mãos onde se afirmava a inferioridade dos latinos. Em crítica, ao pensamento da personagem Elza, que seria a personificação da germanidade, Mário de Andrade relatou:

Os filhos nascem robustos. As mulheres são grandes e claras. São fecundas. O nobre destino do homem é se conservar sadio e procurar esposa prodigiosamente sabia. De raça superior, como ela, Fräulein. Os negros são de raça inferior. Os índios também. Os portugueses também. (...) E então os brasileiros misturados? Também isso Fräulein não podia falar. Só quando entre amigos de segredo, e alemães<sup>91</sup>.

O maranhense José Pereira Graça Aranha abordou no romance *Canaã*, publicado em 1902, o tema da imigração alemã<sup>92</sup>. Graça Aranha estabeleceu no romance um longo debate a respeito da formação da identidade nacional. Milkau e Von Lentz, protagonistas da narrativa, moram no Espírito Santo, em específico na cidade de Porto do Cachoeiro. Milkau, quando ainda vivia na Alemanha, possuía diversas questões filosóficas. Devido à sua apreciação pela Natureza, através do campo da Arte, decide vir para o Brasil.

Em termos gerais, Milkau seria a representação do imigrante que visa a aculturação, a adaptação na nova terra. O Brasil seria a sua “terra prometida”, o alemão possuía o desejo de unir as raças em apenas uma, tornando-a uma “cidade universal”. Por outro lado, Lentz incorpora a imagem do imigrante que não possui desejos em se aculturar, Lentz acredita que a mestiçagem compromete a superioridade racial uma vez que tal fato geraria uma raça mais “fraca”.

Olhava agora as duas raças, ali reunidas à mesa; admirava o que havia de sólido e repousado nos gigantes alemães, enquanto a facúndia interminável e mole do cearense e do mulato lhe trazia a sensação do enjoo do mar<sup>93</sup>.

---

<sup>90</sup> Idem, p.29.

<sup>91</sup> Idem, p. 63-64.

<sup>92</sup> ARANHA, Graça. **Canaã**. São Paulo: Ática, 1998.

<sup>93</sup> Idem, p. 54.

Para o Brasil entrar nos eixos para alcançar o progresso, pensava Lentz, ele dependeria da dominação dos europeus.

Nós renovaremos a nação, nos espalharemos sobre ela, a cobriremos com os nossos corpos brancos e a engrandeceremos pela eternidade. [...] Falando-lhe com a maior franqueza, a civilização desta terra está na imigração de europeus: mas é preciso que cada um de nós traga a vontade de governar e dirigir<sup>94</sup>.

Podemos perceber a evocação da condição de “outro” atribuída aos alemães pelos autores acima discutidos, mesmo quando existia o desejo da aculturação (Milkau). Caroline Kraus Luvizotto salientou que a compreensão do mundo é organizada pela tradição, pelo fato de ela ser fundamentada na superstição, na religião e nos costumes<sup>95</sup>. Para Luvizotto, a tradição é essencialmente excludente. Apenas os iniciados, os admitidos, ou seja, aqueles que fazem parte do grupo, *o nós*, podem participar e compartilhar da sua verdade, do seu ritual. A marginalização, discriminação daquele que não é iniciado, portanto, *o outro (eles)*, é fundamental para fortalecer o status do guardião, aquele que detém o poder de transmitir a tradição e do ritual em si<sup>96</sup>.

O debate sobre a condição de *outro* do alemão retornaria com maior intensidade após a ascensão dos nazistas ao poder, quando, novamente, se começou a aventar uma possível invasão alemã do Brasil. Esse medo se refletiu na política de “nacionalização”, durante o Estado Novo<sup>97</sup>. Compreendemos que o projeto estadonovista pretendeu que os reconhecidos como brasileiros se abrangessem enquanto grupo diante do restante daqueles que seriam classificados como “*outros*”: as comunidades imigrantes instaladas no país ou qualquer indivíduo classificado como perigoso à Segurança Nacional.

## **1.2: Considerações sobre a imigração alemã no Brasil e a sua relação com a ideia de colonização.**

---

<sup>94</sup> Idem, p. 31-32.

<sup>95</sup> LUVIZOTTO, CK. **As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.65.

<sup>96</sup> Idem, p. 69.

<sup>97</sup> GERTZ, René. Os “súditos alemães” no Brasil e a “pátria-mãe” In: Alemanha. Dossiê Brasil/Alemanha: cultura e identidades. **Espaço Plural**, Ano IX, Nº 19, 2º Semestre 2008.

Em nosso território, a imigração alemã passou gradualmente a ser confundida com colonialismo desde finais do século XIX, o que fez o grupo étnico alemão em solo brasileiro presenciar uma série de eventos ambíguos. Classicamente falando, tanto se tratando da imprensa, quanto da literatura, existiam os germanófilos, simpáticos à imigração alemã e admiradores de sua cultura, e do lado oposto encontravam-se aqueles que consideravam os imigrantes alemães como a antítese da brasilidade.

A imigração alemã para o Brasil foi apoiada pelo governo brasileiro através do decreto datado de 16 de março de 1820<sup>98</sup>, que explicitava a vontade de migrar que os diversos povos da Alemanha e de outras nações possuíam por conta do excesso de suas populações. O governo, por meio deste decreto, afirmou que considerava oportuno o estabelecimento de colônias estrangeiras no seu então reino do Brasil, as colônias seriam um bem comum ao reino e às “famílias e pessoas que formarão as ditas colônias”<sup>99</sup>.

Outro fator contribuinte para o incentivo da imigração alemã para o território brasileiro fora o casamento dos Braganças, na figura de D. Pedro I, com os Habsburgos da Áustria, representada em Dona Leopoldina, motivou o interesse em trazer imigrantes “alemães” ao Brasil.<sup>100</sup> O objetivo das políticas imigratórias do período em questão, dentre outras questões, era importar “braços para a lavoura”.

A partir da década de 1850, uma parcela dos alemães que chegam ao Brasil atuaram na Revolução de 1848 (ou Revolução de Março). Após a iminente frustração em prol da criação de uma unidade nacional alemã, estes deixaram sua terra natal. A maioria dos envolvidos no movimento vendeu a sua força de trabalho como soldado e mercenário, emigrando para os Estados Unidos. Muitos dos que se estabeleceram em território brasileiro, atuaram como soldados ao lado dos brasileiros.<sup>101</sup> os mercenários alemães no Brasil

---

<sup>98</sup> FERNANDES. Op. Cit. p.12.

<sup>99</sup> Idem.

<sup>100</sup> Giralda Seyferth refere-se à predominância de alemães nos primeiros projetos colonizadores como resultado de uma “presença influente de indivíduos de ascendência germânica junto ao Governo imperial brasileiro (...)”, SEYFERTH, Giralda. “A colonização alemã no Brasil” in: FAUSTO, Boris (org.) **Fazer a América – a imigração em massa para a América Latina**, São Paulo, Edusp. 1999, p. 277.

<sup>101</sup> NEUMANN, Gerson Roberto. Estar entre mundos e ao mesmo tempo não pertencer a nenhum. O caso da literatura em língua alemã produzida no Brasil no século XIX. **Caderno de Letras**, nº 29, Jul-Dez,2017. p.3.

receberam a nomenclatura de *Brummer*, “o que causa zunido, barulho”<sup>102</sup>, como também devido ao barulho emitido pelo *Patação*, uma moeda do Brasil Império, sobre a mesa<sup>103</sup>.

Nesse cenário, o primeiro jornal com a temática voltada para as comunidades alemãs residentes no Brasil foi criado: *Der Kolonist*, em 1852. De breve existência, o jornal abordava temas a respeito do comércio, da agricultura e da indústria.<sup>104</sup> O *Der deutsche Einwanderer*, foi fundado no Rio de Janeiro, sendo transferido para Porto Alegre em 1854. De acordo com Gerson Neumman, o primeiro redator-chefe do jornal foi Carl Jansen, um *Brummer*<sup>105</sup>, tendo as suas atividades encerradas em 1861. Entretanto, as suas instalações foram compradas por um grupo de integrantes da antiga Legião Alemã. Desta iniciativa, surgiu o *Deutsche Zeitung*, com uma expressiva vertente liberal e anticlerical, perdurando suas atividades até 1917.<sup>106</sup>

Em termos gerais, quando nos referimos, sobretudo, ao primeiro quartel do século XIX até o início do século XX, o imigrante ideal era o agricultor, que se direcionava para o Brasil juntamente com a sua família. Giralda Seyferth exemplificou que o interesse na diversificação da agricultura foi fundamental para a fundação de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, com a vinda de imigrantes suíços ainda em 1819. Através desse evento, sinalizou-se os novos caminhos que seriam traçados pela colonização: “a localização em colônias ocorreu na periferia da grande propriedade escravista, ou longe dela, em terras devolutas - privilegiando-se correntes imigratórias européias”<sup>107</sup>.

Nessa conjuntura, a questão racial apresenta-se também como merecedora de destaque. De acordo com Seyferth, antes mesmo da palavra “raça” integrar o vocabulário científico brasileiro, a questão racial estava presente nos projetos imigrantistas desde o início do século XIX<sup>108</sup>. A imigração passaria a representar um significativo “processo civilizatório e forma mais racional de ocupação das terras devolutas”<sup>109</sup>. Seyferth afirma ainda que a recorrente noção da superioridade branca, argumento este que justificou um

---

<sup>102</sup> NEUMMAN faz alusão aos escritos de Lúcio Kreutz. Material Didático e currículo na escola teuto-brasileira. São Leopoldo:Ed. Unisinos, 1994. p.22.

<sup>103</sup> Idem.

<sup>104</sup> Idem.

<sup>105</sup> Idem.

<sup>106</sup> Idem.

<sup>107</sup> SEYFERTH, Giralda. Colonização, Imigração e a Questão Racial no Brasil. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st10-3/4610-gseyferth-colonizacao/file>. p. 2. Acesso em: 15 de julho de 2021. p.1.

<sup>108</sup> Idem.

<sup>109</sup> Idem.

quadro de colonização orientado pela vinda de imigrantes europeus com fins a integrar a pequena propriedade familiar, objetivamente foi um produto de meados do século XIX<sup>110</sup>.

Para Seyferth, o conteúdo racista esteve circunscrito de sobremaneira na discussão da política imigratória atrelada ao povoamento como também na “externalização nacionalista dos problemas de assimilação especificados através das probabilidades do caldeamento racial”<sup>111</sup>. Todavia, importa destacar que no Brasil o processo de colonização não associou-se, de forma exclusiva ao princípio civilizatório que clamava por imigrantes brancos europeus; como também não foi representante de uma recusa ao moldes escravista de exploração agrícola.

Em referência ao tema da colonização no Brasil, este processo teria surgido através do que foi classificado por Seyferth como “lógica geopolítica de povoamento”, que estaria associada ao assentamento de imigrantes em terras públicas consideradas “vazias” - desconsiderando assim a população nativa, classificada como não-civilizada<sup>112</sup>. Ela ainda apresentou que em relação à escolha de imigrantes alemães como efetivos dos primeiros projetos coloniais, não teria especificamente relação com premissas raciais, mas sobretudo:

(..) há uma premissa articulada à essa imigração: a classificação do colono alemão como agricultor eficiente, um critério após a localização, a má qualidade das terras, o isolamento (apesar da proximidade de Cantagalo e suas grandes propriedades cafeeiras). (Cf. Nicoulin, 1981). O empreendimento perdeu a maior parte dos colonos suíços (muitos retornaram) e só não desapareceu porque após a independência foram para lá encaminhados imigrantes alemães, presente em toda legislação imigratória vinculada à colonização. Nas regras de admissão de estrangeiros, o imigrante ideal, o único merecedor de subsídios, é o agricultor; mais do que isso, um agricultor branco que emigra em família.

Em outro momento, ela afirmou:

Nas classificações imperam os atributos usualmente associados ao campesinato - incluindo a adjetivação da submissão: o bom colono deve ter amor ao trabalho e à família e respeito às autoridades, além de ser sóbrio, perseverante, morigerado, resignado, habilidoso, etc. Alemães e italianos são as nacionalidades mais frequentemente situadas no topo da hierarquia dos desejáveis “bons agricultores”.<sup>113</sup>

---

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> Idem, p. 3.

<sup>113</sup> Idem. p.6.

A inserção dos alemães no Brasil esteve em grande medida concentrada na Região Sul<sup>114</sup>. Dessa forma, em 1824 surgiu a primeira colônia deste grupo étnico, fixando-se na região de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Seyferth assinalou ainda que o governo imperial fundou a colônia de São Pedro de Alcântara, em Santa Catarina, ainda em 1829. Para a nova colônia, foram destinados imigrantes oriundos de Bremen, além de contar com a chegada de um grupo de soldados alemães egressos dos batalhões estrangeiros acantonados no Rio de Janeiro que foram dispensados em 1828.<sup>115</sup>

Após 15 anos de interrupção, o processo de colonização teria sido retomado em 1845 quando alemães se direcionam para o Vale do Rio dos Sinos, no estado do Rio Grande do Sul e a partir de São Leopoldo, para Santa Catarina, especificamente no Vale do rio Cubatão, como também teriam se fixado em grande medida nas terras altas do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.<sup>116</sup> Ainda segundo Seyferth, nesses tempos evidenciou-se um importante investimento na imigração alemã demonstrado por meio da representação diplomática brasileira em Berlim, chefiada pelo Visconde de Abrantes.<sup>117</sup>

O ano de 1846, como também no período após a promulgação da Lei de Terras, fora marcado pelo surgimento de “colônias alemãs” fundadas por empresas particulares, pelos governos provinciais como também pelo governo imperial, tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina, sendo, ao menos em sua origem, etnicamente homogêneas.<sup>118</sup>

Nessa conjuntura do século XIX, a maior parte dos imigrantes que se dirigiram para o Brasil eram fruto do recrutamento de agentes de empresas colonizadoras ou

---

<sup>114</sup> Magalhães explicita que a província do Rio Grande do Sul foi a que mais promoveu a imigração oficial de origem teuta, devido ao sucesso das primeiras experiências. Foram mapeados no estado do Rio Grande do Sul, entre 1849 a 1918, cerca de vinte e duas colônias com população de língua alemã. MAGALHÃES, Op. Cit. p. 20. A colônia alemã de Brusque (1861), em Santa Catarina, trouxe da Alemanha, sob a iniciativa privada, cerca de nove mil colonos. Ainda em Santa Catarina, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, entre 1850 a 1888, estabelece em Joinville e arredores 17.408 colonos alemães. Já no estado do Paraná, Magalhães indicou: “eles foram responsáveis pela criação (...), desde a virada do século até 1955, de treze colônias agrícolas, distribuídas em várias regiões do estado”. Idem. p 36.

<sup>115</sup> Giralda Seyferth afirma que os batalhões estrangeiros tiveram a sua formação datada de 1823, com a presença significativa de mercenários alemães e irlandeses. Em 1828, ocorreu uma rebelião dos soldados no Rio de Janeiro, ocasionando a extinção desses batalhões. Foi concedida aos soldados alemães a opção de estabelecimento destes em lotes coloniais na província de Santa Catarina. Tal fato explicaria, para Seyferth, a presença de alemães em São Pedro de Alcântara. SEYFERTH. Op. Cit. p. 4.

<sup>116</sup> Idem. p. 4.

<sup>117</sup> Idem.

<sup>118</sup> Idem. p. 7.

mesmo agentes nomeados pelo governo imperial.<sup>119</sup> Tornou-se, dessa forma, comum as passagens subsidiadas por diversos setores, era o caso dos grandes latifundiários da economia cafeeira. Em folhetos publicados em solo alemão, afirmou-se que a emigração para as fazendas cafeeiras era a única opção para os mais pobres, uma vez que os custos com a viagem, alimentação e acomodação seriam adiantadas pelos fazendeiros. Esse ato acabava fazendo com que o colono fosse obrigado a pagar dentro cinco ou seis anos o crédito adquirido.<sup>120</sup>

Günther Fröbel, apoiava, de acordo com Débora Alves Bendocchi, a emigração para colônias de parceria. Pois:

Esse sistema garantia ao “proletário” a sua sobrevivência, livrando-o da preocupação diária com a sua alimentação e a de sua família. Para os colonos, o trabalho com a plantação e o arrecadado com a colheita lhes proporcionariam uma alimentação diária farta, um prazer no qual, na sua pátria, mesmo trabalhando arduamente, raramente desfrutavam.<sup>121</sup>

Em março de 1852, foram embarcados em cinco navios de Hamburgo um número estimado entre 800 a 900 alemães com destino ao Brasil. Sendo solicitados por grandes proprietários da região sudeste, somente na província do Rio de Janeiro, esses imigrantes fundaram cinco colônias de parceria: Independência (Nicolau Antônio da Vale da Gama); Santa Justa (Brás Carneiro Bellens); Santa Rosa (propriedade do barão de Baependi); e Coroas (nas terras da marquesa de Valença).<sup>122</sup>

Segundo os dados coletados pelo Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores dos relatórios elaborados pelos ministros e secretários do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas correspondentes aos anos de 1880 a 1895<sup>123</sup>, desembarcaram pelo Porto do Rio de Janeiro cerca de 23.029 alemães, como demonstra a tabela a seguir:

### **Entrada de alemães no Brasil pelo Porto do Rio de Janeiro**

---

<sup>119</sup> Idem.

<sup>120</sup> BENDOCCHI, Débora Alves. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro - Turíngia (1852-1853). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, nº 45, pp.155-184, 2003. O fazendeiro ainda teria direito a metade do lucro obtido através da venda das colheitas do café, plantado pelo colono. p.158.

<sup>121</sup> Idem, p.159.

<sup>122</sup> Esses imigrantes eram naturais da Prússia, Holstein, Turíngia, Hesse e Darmstadt. Idem, p. 164.

<sup>123</sup> Com exceção do ano de 1889.

1880-81	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1890	1891	1892	1893	1894	1895	Total
4.236	1.538	1.690	1.240	2.119	1.713	717	573	1.291	4.316	749	1.098	778	971	23.029

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores.

Em comparação com o número de imigrantes desembarcados no Rio de Janeiro entre 1884 a 1895, podemos notar que a presença dos alemães não foi expressiva. Na verdade, em números absolutos, sabe-se que os alemães não representam a nacionalidade que mais ingressou no Brasil, tanto ao que corresponde ao período da Grande Imigração (1880-1914), como em anos posteriores. Portugueses e italianos compõem as primeiras posições quando analisamos os números de imigrantes que desembarcaram no Brasil ao longo do século XIX e do século XX.

Em relação a números absolutos, durante a primeira metade do século XX, e portanto já no período republicano, de um modo geral, a imigração alemã ocupou a quarta posição no Brasil em critério de nacionalidade. O historiador René Gertz disponibilizou os números acerca da imigração germânica em solo brasileiro<sup>124</sup>. Vejamos:

<b>1900-1909</b>	13.848
<b>1910-1919</b>	25.902
<b>1920-1929</b>	75.839
<b>1930-1939</b>	27.629

Fonte: GERTZ, in: MAGALHÃES (1998)

De modo geral, os alemães ocuparam a quarta posição no Brasil em critério de nacionalidade quando se trata de Imigração. Observa-se, através dos números cedidos por René Gertz, um salto significativo da presença alemã durante a década de 1920 no Brasil se compararmos com as duas décadas anteriores. Esse pico pode ser melhor observado quando pensamos na presença alemã nessa mesma década na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, localizada em São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro<sup>125</sup>.

<sup>124</sup> MAGALHÃES. Op. Cit. p. 36.

<sup>125</sup>A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, fundada em 1883 pelo governo imperial, funcionou até 1966 como a porta de entrada de diversos imigrantes das mais diferentes nacionalidades, que ingressaram no Brasil

Em primeiro lugar, constata-se que o mesmo não foi tão numeroso quanto os registros de entradas de portugueses, italianos e espanhóis por aquela ilha. Porém, para esta década, verificou-se aproximadamente cerca de 20.579 entradas de indivíduos alemães pela hospedaria.<sup>126</sup>

Neste ponto, torna-se relevante os números oferecidos pelos Relatórios Ministeriais acerca da década de 1920<sup>127</sup> referente à entrada de alemães no Brasil que totalizaram 67.557 entradas. Tendo como base esses dados, compreendemos que a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores absorveu aproximadamente 30% do total de alemães que ingressaram no Brasil durante os anos 20. Indo além, contabilizou-se, para esta mesma década, o número de 40.117 alemães que desembarcaram no Porto do Rio de Janeiro, ou seja, aproximadamente 51% desses alemães se dirigiam para a Ilha das Flores.

Analisando os livros de registro da Hospedaria de Imigrantes, Ramos observou uma mudança significativa no destino dos alemães a partir da segunda metade da década de 1920.

Até o ano de 1925 é observável nos livros de registro que os imigrantes alemães seguiam principalmente para os estados típicos da imigração alemã (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo). Enquanto que os anos finais da década, de 1928 a 1929 observamos que os imigrantes seguiram massivamente da Hospedaria para a capital<sup>128</sup>.

Ana Maria Dietrich, disponibilizando números e tabelas, apresentou também a informação do pico para a entrada de alemães no Brasil reservada à mesma década. Para os anos 20, em especial, a autora afirma existir modificações quanto ao destino escolhido pelos alemães para se estabelecerem. No período da “grande imigração” correspondido entre 1880 a 1914, esse grupo étnico se dirige, em sua maioria, para os núcleos coloniais

---

pelo porto do Rio de Janeiro. A Hospedaria integrava a política imigratória brasileira como um dos instrumentos de atração de estrangeiros. Ver: REZNIK, Luís, COSTA, Julianna Carolina Oliveira, MARQUES, Guilherme Santos Cavotti. **Política imigratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores**. Rio de Janeiro, 2016.

<sup>126</sup> RAMOS, Marília Luíza da Cruz. **Imigração Alemã e a década de 1920 na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores**. 2019. Foram analisados os seguintes livros: AN\_003\_95 (livro 109) de (19/01/1920 à 02/10/1922); AN\_069\_94 (livro 110) de (27/10/1922 à 17/07/1924); AN\_061\_95 (livro 111) de (17/07/1924 à 31/12/1925); AN\_060\_94 (livros 113 e 114) de (21/02/1928 à 08/09/1929 e 03/01/1929 à 31/12/1929); AN\_061\_94 (livro 112) de (03/01/1928 à 03/03/1929), AN\_062\_94 (livro 118) de (05/04/1929 à 22/06/1931); AN\_063\_93 (livro 116) de (01/07/1929 à 31/01/1931); AN\_070\_94 (livro 115) de (02/01/1928 à 25/03/1930)

<sup>127</sup> Idem, p. 18

<sup>128</sup> Idem.

no sul do país. Essa postura se altera no período da década de 20 quando os alemães se dirigem majoritariamente para regiões com apelo para o recebimento de mão de obra técnica para o setor industrial e de infraestrutura. Nesta conjuntura, a região sudeste se apresenta como um importante núcleo de recepção dos “alemães do Reich”<sup>129</sup>.

Giralda Seyferth, ao avaliar o processo da imigração e colonização alemã no Brasil, fundamenta que essa imigração em específico tornou-se importante enquanto fenômeno sociológico e histórico pelo fato de ter-se constituído como colonização. Tal fato contribuiu para a construção de uma sociedade diversa da nacional<sup>130</sup>. Esse fato relaciona-se diretamente com as discussões que entrarão em pauta ainda no século XIX acerca do “perigo alemão”.

De acordo com Seyferth, de um modo geral, foram três os fatores que auxiliaram no caldeamento dos os argumentos assimilacionistas contrários à presença germânica no sul do país: a preferência destes nas estatísticas da colonização ao que corresponde até a metade da década de 1870, bem como “a concentração em colônias relativamente homogêneas localizadas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, as propostas para incrementar a imigração apresentadas por alemães”, e ainda “os textos de propaganda produzidos por administradores ligados a empresas colonizadoras (editados na Alemanha)”<sup>131</sup>.

Para Seyferth, o termo “colônia” empregado em seus escritos, nada tem a ver com o imperialismo alemão, como muitos autores afirmaram no auge do debate sobre o pangermanismo e nazismo. Entretanto, Seyferth expôs que durante a primeira metade do século XX, sobretudo, criticou-se no alemão o orgulho nacional responsável pela “sua tendência a permanecer alemão”, o que traria riscos à integridade da nação brasileira. Desta maneira, a colonização foi interpretada como colonialismo e os colonos foram acusados de serem agentes do expansionismo alemão<sup>132</sup>. René Gertz aponta para um mito residente neste fato e ratifica que nem todos os alemães e descendentes, principalmente do sul do Brasil eram (e são) colonos<sup>133</sup>.

---

<sup>129</sup> DIETRICH, Ana Maria. **Caça às suásticas, o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política**. São Paulo: Humanitas/ Fapesp/ Imprensa Oficial, 2007.

<sup>130</sup> SEYFERTH. Op. Cit. p. 4.

<sup>131</sup> Idem. p. 16.

<sup>132</sup> Idem. p.21.

<sup>133</sup> “Havia colonos, colonos luteranos, colonos católicos, comerciantes, industriais, maçons, proletários, que mesmo pressupondo que possuíssem alguns interesses ideais comuns- possuíam interesses ideais e materiais diferentes”. In; GERTZ, René. **O Perigo alemão**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998; p.9

“É que a expressão ‘perigo alemão’ não se referia unicamente à possibilidade de invasão e anexação de partes do território brasileiro pelo império alemão, mas também ao fato de que a existência daquilo que era conhecido como ‘quistos étnicos’, isto é, ‘cânceres’, supostamente representados pelas comunidades consideradas não integradas, não assimiladas, ao conjunto da população brasileira, constituiria um fator de desagregação interna para a nacionalidade brasileira, um problema para a consolidação do país como uma unidade minimamente homogênea do ponto de vista político, étnico, cultural e religioso.<sup>134</sup>”

O termo “colônias” foi também invariavelmente utilizado em registros de estudos promovidos pelo Conselho de Imigração e Colonização<sup>135</sup> durante as décadas de 1930 e 1940, mesmo quando não se referiam a núcleos de colonização, e sim a grupos que poderiam ser reconhecidos por seus investigadores como pertencentes a uma mesma origem nacional ou étnica<sup>136</sup>.

Artur Neiva e Lima Câmara em um relatório datado de 1940, enviado ao Conselho de Imigração e Colonização, apresentam também uma definição para os “quistos raciais”<sup>137</sup>, apontando-os como núcleos que se mantinham resistentes à assimilação em aspectos “psicológicos, lingüísticos e sociais”<sup>138</sup>. Os lares dos núcleos coloniais eram acusados de promover ações consideradas “desnacionalizadoras”. Em um artigo publicado na Revista de Imigração e Colonização, o major Aristóteles de Lima Câmara expressou:

Cumprе salientar, em primeiro lugar, o lar. A maioria das nossas criancinhas, nascidas nos núcleos coloniais, em lares de origem estrangeira, recebiam a ação desnacionalizadora sem ao menos senti-la. Batizadas com nomes estrangeiros, próprios do torrão natal até para acidentes geográficos, e falando uma língua que

---

<sup>134</sup> GERTZ, René. **A Segunda Guerra Mundial nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul**. p.16.

<sup>135</sup> Após a Assembléia Constituinte de 1934, Vargas criou a Comissão de Imigração, presidida por Oliveira Vianna, a qual acabou por sugerir a criação de um órgão que centralizasse o controle sobre a entrada de estrangeiros e também sobre a distribuição, fixação e assimilação dessas populações no território nacional. O Conselho era vinculado ao Gabinete da presidência da República e seus membros foram nomeados por Vargas, entre representantes de ministérios e órgãos do governo. GERALDO, Endrica. **O “Perigo Alienígena”: Política Imigratória e Pensamento Racial no Governo Vargas (1930-1945)**. Tese de doutorado, Unicamp, São Paulo, 2007. p.111-112.

<sup>136</sup> Idem. p.140

<sup>137</sup> Se tratando do caso alemão, Seyferth atesta que a caracterização étnica assumida nessas regiões estaria fundada em uma origem presuntiva e no uso da língua, pois imigrantes de origem teuta de países como Rússia (alemães do Volga), Polônia, Hungria, Áustria e minorias do leste europeu foram identificados como pertencentes à etnia germânica e, portanto, a idéia de homogeneidade precisa ser relativizada. SEYFERTH, Giralda. “Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1994, pp. 105-108.

<sup>138</sup> GERALDO, Op.Cit. p.137.

não é a nossa, percebia-se como essas crianças se tornavam estrangeiras dentro do próprio Brasil. O culto pela história e glórias dos países de seus antepassados mais acentuavam essa desnacionalização”.<sup>139</sup>

A crença na real necessidade de assimilação e caldeamento, dos identificáveis como alienígenas ou estrangeiros, tornava-se, durante o governo estadonovista, uma questão urgente de segurança nacional na década de 1930<sup>140</sup>. O tema da assimilação ganhou cada vez mais destaque na pauta dos órgãos do governo envolvidos com a elaboração de políticas de imigração, como também de controle dos estrangeiros aqui estabelecidos. A questão se circunscreve de uma importância particular devido à influência da Segunda Guerra Mundial, a qual intensificou a preocupação com os aspectos políticos e militares das nações de origem desses imigrantes, de uma forma mais intensa do que o discurso racial que estava sendo atribuído sobre estes mesmos grupos até então.

O projeto de nacionalização do Estado Novo foi em grande parte legitimado e influenciado por esses elementos<sup>141</sup>. Da mesma forma, uma atmosfera de perigo social e político, considerada prejudicial à ordem e estabilidade do Brasil, garantiam a legalidade de ações enérgicas, restritivas e repressivas diante das situações consideradas atentatórias à nação, sob o ponto de vista do Estado<sup>142</sup>. Trataremos especificamente desta questão que engloba ações repressivas dirigidas aos alemães protagonizadas pelo Estado brasileiro no segundo capítulo da presente dissertação.

### **1.3: Imigração e Colonização alemã em Petrópolis e em Nova Friburgo**

#### **Petrópolis**

---

<sup>139</sup> CÂMARA, de Lima Aristóteles. NEIVA, Artur Hehl. **Revista de Imigração e Colonização**, Ano 1, Nº 2, Rio de Janeiro, 1940. p 239.

<sup>140</sup> SEYFERTH, (1999). p. 199 In: WERLE, Bibiana. Memória da Campanha de Nacionalização nas regiões de imigração alemã. In: **XI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL - MEMÓRIA, DEMOCRACIA E JUSTIÇA**. 2012, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. p. 01-11. Disponível em: [https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340395352\\_ARQUIVO\\_BibianaWerle.pdf](https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340395352_ARQUIVO_BibianaWerle.pdf). Acesso em 10 de maio de 2021.

<sup>141</sup> GERALDO. Op. Cit.p.160.

<sup>142</sup> WEIZENMANN, Tiago. **CORTANDO AS ASAS DO NAZISMO: Representações e imaginário sobre o nazismo na revista Vida Policial (1942-1944)**. Unisinos, São Leopoldo.2008. p. 30.

Por quase dois séculos após a chegada dos portugueses no Brasil, a região que hoje conhecemos como Petrópolis, ficou sob domínios dos índios coroados, sendo conhecida nesse período como “Sertão dos Índios Coroados”. Dessa forma, tardiamente essa região foi colonizada.<sup>143</sup> De acordo com Beatriz Cristina Pereira de Souza, ao que corresponde ao início da década de 1730, estava estabelecidas seis ocupações efetivas naquela região da Serra do Mar: Sesmaria do Itamarati, Sesmaria Rio da Cidade/Paciência, Sesmaria Araras, Sesmaria das Pedras, Roça do Secretário e Sesmaria de Francisco Rodrigues Távora.<sup>144</sup>

A cidade de Petrópolis foi fundada em 16 de março de 1843. A sua criação estava relacionada ao objetivo de tornar-se sede do palácio de veraneio da Família Imperial<sup>145</sup>. Ao redor do que seria o palácio, as terras que pertenciam à Fazenda Córrego Seco foram arrendadas, com a finalidade de ser ali construída uma vila.<sup>146</sup> O responsável pela obra e então chefe da Segunda Seção de Obras Públicas, foi o major Júlio Frederico Köeler, de origem germânica.<sup>147</sup>

Segundo José Nicolau Tinoco de Almeida, no primeiro quartel do século XIX, a viagem para Petrópolis era realizado com um complexo de três modos de locomoção; “por mar em barco de vapor, no litoral por caminho de ferro, na serra em caleças e carruagens”<sup>148</sup>. Tinoco descreve a viagem em direção à Petrópolis e ressalta que aquela região ressaltava o sentimento de bem-estar .

Estes painéis que alegam a vista, o ar balsâmico e vivificante das regiões elevadas que dilata o peito, realçam o sentimento do bem-estar. Vive-se com maior facilidade: parece que os cuidados da terra ficaram lá em baixo, e que porção da felicidade do céu mais próximo se insinuou no coração.– Nesta disposição, após um último lance em rua declive que desemboca em outra larga, diretamente prolongada até perder de vista – entra-se em Petrópolis.<sup>149</sup>

---

<sup>143</sup> SOUZA, Beatriz Cristina Pereira de. **Os Nomes Geográficos de Petrópolis/RJ e a Imigração Alemã: memória e identidade**. Rio de Janeiro, 2014. p.24. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/823907.pdf>. Acesso em 22 de maio de 2021.

<sup>144</sup> Idem. p.26.

<sup>145</sup> MUSQUIM, Priscila Alcântara de Oliveira. Imigração germânica e nazismo em Petrópolis nos anos 1930. **Anais do XIX Encontro Regional de História. Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho**. Juiz de Fora. 28 a 31 de julho de 2014.

<sup>146</sup> Idem.

<sup>147</sup> Idem.

<sup>148</sup> TINOCO, J. Petrópolis - Guia de Viagem. Rio de Janeiro: Typographia de L. Winter, 1885. In: **Anuário do Museu Imperial**. Petrópolis: Ministério da Cultura, IPHAN e Museu Imperial de Petrópolis, 1995. p.26.

<sup>149</sup> Idem.

Em março de 1822, D. Pedro I, diante de um cenário de insatisfação dos mineiros devido a forma como o Brasil vinha sendo governado, partiu em direção a Minas Gerais. No caminho, realizou o pernoite na Fazenda do Padre Correia, tida como o melhor local para repouso daquela região, o príncipe-regente acabou se encantando com aquele lugar.<sup>150</sup> Nos anos seguintes, de acordo com Beatriz Cristina, D. Pedro I realizou várias visitas àquela região, já na condição de Imperador do Brasil. Em algumas visitas ele era acompanhado da Família Imperial, bem como da sua comitiva. Em uma dessas hospedagens, em 1830, D. Pedro I buscou refúgio na serra em razão de más condições de saúde da Princesa Paula Mariana, foi-lhe recomendado na ocasião uma “mudança de ares”.<sup>151</sup>

Nesse contexto, Tinoco atestou que no contexto da década de 1830, Petrópolis era pouco habitada. O que de fato existia em seu interior era uma casa “ordinária de moradia”, dois ranchos para tropas realizarem o pernoite e ainda contava com duas pequenas oficinas de ferraria.<sup>152</sup> O Imperador buscou possuir um local que oferecesse condições ideais de clima, salubridade e lazer, em grande medida, no verão, uma vez que a cidade do Rio de Janeiro era marcada pelas altas temperaturas. Aliado ao fator climático, havia precárias condições de saneamento na cidade onde se proliferava, de forma significativa, a febre amarela. Idem. Petrópolis passou a ser alvo para contar em seu interior com um palácio de veraneio.

Em 1830, D. Pedro I adquiriu a Fazenda Córrego Seco, que até então pertencia ao Sargento- Mor José Vieira Afonso, localizada a montante do Rio Piabanha, afluente do rio Paraíba do Sul. O Imperador pagou cerca de vinte contos de réis pela propriedade, esta passou a denominar-se Fazenda da Concórdia.<sup>153</sup> Após essa primeira aquisição, “D. Pedro I ainda adquiriu outras propriedades no entorno, no Alto da Serra, em Quitandinha e no Retiro, ampliando a área de sua fazenda”.<sup>154</sup>

Entretanto, os planos para a construção de uma nova sede de verão para o governo imperial tiveram que ser interrompidos. Acontecia, nesse contexto, a intensificação de conflitos políticos que terminariam com a abdicação de D. Pedro I. Foram abortados

---

<sup>150</sup> Idem, p.29.

<sup>151</sup> Idem.

<sup>152</sup> MUSQUIM. Op. Cit. p.30.

<sup>153</sup> BEATRIZ. Op. Cit. p.31.

<sup>154</sup> Idem.

todos os projetos para a Serra Estrela<sup>155</sup>. Após retornar para Portugal, em pouco tempo D. Pedro de Alcântara acabou falecendo, em 1834. As dívidas contraídas por ele vieram à tona, dessa forma, a Fazenda da Concórdia foi arrendada a diversos credores, ainda em 1830, à Robert Malpas, anos depois, à Joaquim Tinoco e, por fim, ao major dos engenheiros Koeler.<sup>156</sup>

Com a posse de D. Pedro II, como Imperador do Brasil, assistiu-se à retomada do projeto para a construção de um palácio de veraneio em Petrópolis. De acordo com Beatriz Cristina, o plano de ação para que fossem edificadas a nova residência imperial recebeu a titulação de “Povoação-Palácio de Petrópolis”.<sup>157</sup>

Em período anterior à efetivação do arrendamento da Fazenda Córrego Seco, o major Koeler havia sido incumbido de realizar reformas na estrada Calçada de Pedra da Serra da Estrela, construída na primeira década do século XIX. Para a efetivação da obra, que tivera início no final da década de 1830, assinalou-se o emprego de mão-de-obra imigrante de origem alemã.<sup>158</sup> Neste sentido, o senador Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, visconde de Sepetiba, elaborou um contrato exigindo a contratação de 600 casais de alemães, trabalhadores e oficiais de ofício, a fim de que fossem empregados nas obras da estrada normal da Estrela. O planejamento e orçamento foram elaborados pelo major Koeler<sup>159</sup>. Nesse período, chegaram cerca de 2.303 colonos.<sup>160</sup>

Para que as famílias recém-chegadas fossem assistidas, o Decreto Imperial nº 155 de 16 de março de 1843, assinado pelo então Imperador, aprovou o projeto proposto pelo mordomo Paulo Barbosa da Silva. A ideia consistia em oferecer as terras da fazenda imperial para que os colonos ali se estabelecessem, e determinava o arrendamento da antiga Fazenda Córrego Seco ao major dos engenheiros, o alemão Júlio Frederico Koeler.

O Visconde de Sepetiba encaminhou os colonos para as terras da fazenda, onde finalmente chegaram em 29 de junho de 1845, após passagem pelo Rio de Janeiro lá

---

<sup>155</sup> Ao que se refere ao primeiro quartel do século XIX, a Serra da Estrela, onde futuramente Petrópolis se fortificaria, era marcada pela presença de grandes fazendas, bem como pelo expressivo papel econômico e social exercido pelo caminho que ligava Minas Gerais ao Rio de Janeiro. TINOCO. Op. Cit. p.28.

<sup>156</sup> Idem. pp.31-32.

<sup>157</sup> Idem. p.33.

<sup>158</sup> Beatriz, Op.Cit.p.32.

<sup>159</sup> Tinoco. Op. Cit. p.218.

<sup>160</sup> Idem.

aportando a 9 de junho de 1845. Esses colonos foram contratados junto à casa Carlos Delrue, negociante em Dunquerque, em 17 de junho de 1844.<sup>161</sup>

“Ao referido cais [onde atracaram os alemães], compareceu D. Pedro II que, de viva voz e em alemão, apresentou votos de boas vindas ao grupo, exortando a todos com palavras carinhosas. Outrossim, assegurou-lhes todo o apoio de que poderiam necessitar e, finalmente, anunciou a concessão de uma ajuda pecuniária que ele estava oferecendo naquele momento. Ao terminar sua alocação, o Imperador foi retribuído com uma grande ovação. Após tão tocante evento, essas pioneiras famílias partiram, cheias de esperança, para a serra que, voluntariamente, escolheram para viver dali por diante.”<sup>162</sup>

Finalmente fora fundada a colônia de Petrópolis, sendo o seu primeiro diretor o major Júlio Frederico Koeler<sup>163</sup>, o major residia na mesma fazenda na qualidade de arrendatário. O mordomo Paulo Barbosa solicitou a divisão das terras da fazenda para dá-las por aforamento, enquanto o Imperador conferiu isenção aos colonos pelo período de oito anos, “fíndos os quais prorrogou-o a muitos deles como a outros perdoou o pagamento, socorrendo-os sempre”.<sup>164</sup>

Em 20 de maio de 1846, a colônia foi elevada à categoria de freguesia, desmembrando-se “seu território da freguesia de S. José do Rio Preto, termo da Paraíba do Sul, à que pertencia e passando a nova freguesia a fazer parte do termo da Estrela, sendo nomeado vigário o cônego Luís Gonçalves Dias Correia, proprietário da fazenda da Samambaia”. A primeira missa foi celebrada a 30 de junho de 1856 pelo internúncio Bedini no campo da Confluência.<sup>165</sup>

Importa destacar que em período anterior, ainda em 1837, 283 germânicos que estariam a caminho de Sydney, na Austrália, a bordo do navio Justine que havia partido de Havre, na França, fizeram uma parada no porto do Rio de Janeiro. Nesse contexto, os tripulantes se rebelaram contra os maus tratos sofridos no caminho da viagem da Europa até

---

<sup>161</sup> Idem. p. 218.

<sup>162</sup> Beatriz, Op. Cit.. p.49.

<sup>163</sup> Koeler havia chegado ao Brasil a bordo do navio Justine em 1837 juntamente com os seus familiares e pessoas de sua confiança. Idem. p.47.

<sup>164</sup> Idem.

<sup>165</sup> Idem.

aqui. De acordo com Musquim, o Major Köeler, sabendo do que havia acontecido, sendo naquele período chefe das obras de construção de uma estrada que ligava o Porto da Estrela à Paraíba do Sul, realizou um pedido ao Imperador em favor da vinda daqueles indivíduos para que pudessem trabalhar na construção da estrada.

Os alemães, conduzidos para a região que abriga hoje o bairro Itamaraty, ali acabaram se fixando. Entretanto, aquela colônia teve uma vida efêmera. Sob solicitação de Köeler por mais mão de obra, se dirigiram para Petrópolis 2338 pessoas, provenientes do atual estado da Renânia - Palatinado ( Rheinland - Pfalz). Os imigrantes chegaram entre os meses de junho e novembro de 1845.

A maioria dos colonos recém-chegados em Petrópolis era natural das aldeias situadas “nos bispados de Treves e Mogúncia, na Renânia e Westphália, no Grão-Ducado de Hesse-Darmstadt e no Ducado de Nassau, região atualmente conhecida pelo nome de Hunsrück, localizada na confluência dos rios Reno e Mosel”.<sup>166</sup>

O significativo afluxo de alemães para Petrópolis fizeram com que, inicialmente, estes fossem instalados de forma precária nos barracões das Obras Públicas Provinciais, localizado à Rua do Imperador, “até que, à medida que fossem sendo demarcados os prazos, efetivamente recebessem sua terra”.<sup>167</sup>

Assinala-se, dessa maneira, que sob o efetivo comando de Koeler, a colonização e edificação de Petrópolis contou com grande número de imigrantes alemães. Entretanto, ressalta-se o fato de que durante a construção da cidade, também foram empregados em forma de aluguel, escravos provenientes da Fazenda de Santa Cruz, da Casa de Correção e do Arsenal da Marinha<sup>168</sup>. Nessa região também aportaram colonos provenientes de outras regiões da Europa, dentre os quais açorianos e franceses.<sup>169</sup>

Nesse contexto, o governo construiu 468 casas, 2 escolas primárias e 6 escolas de música. As terras que foram destinadas ao aforamento sofreram com divisões em quarteirões que constituíam um cinturão verde da cidade. A distribuição dos lotes para 19 colonos foi marcada por uma segregação espacial: os mais nobres eram fixados mais próximos ao palácio enquanto os lavradores iam sendo alocados em lotes mais distantes.<sup>170</sup>

---

<sup>166</sup> Idem. p.49.

<sup>167</sup> Idem. p.50.

<sup>168</sup> Idem.

<sup>169</sup> Idem.

<sup>170</sup> Idem. pp.34-35.

A primeira demarcação dos terrenos na região de Petrópolis foi realizada em 1844, na ocasião, D. Pedro II doou lotes a “homens notáveis pelos serviços prestados ao Estado”.<sup>171</sup>

O projeto do engenheiro Koeler estabeleceu que todas as residências teriam a sua parte frontal orientada para os rios. O esgoto seria direcionado para fossas que seriam estabelecidas nos fundos dos terrenos. Koeler se contrapôs ao tradicional estilo colonial, uma vez que no período em questão, as casas eram erguidas de fundos para os rios, sendo estes últimos receptores de dejetos.<sup>172</sup>

Aos imigrantes, além da construção de suas novas residências, coube o empenho no Plano de Povoação-Palácio de Petrópolis. “os colonos que possuíam habilitação profissional trabalhavam sob contrato nas obras públicas, urbanizando a Vila Imperial e seus quarteirões, abrindo ruas, construindo pontes, levantando o Palácio Imperial”.<sup>173</sup> A população e o povoamento de Petrópolis cresceram tão rapidamente que em 19 de setembro de 1854 a freguesia foi elevada através da lei provincial de número 961 à categoria de cidade.<sup>174</sup> Já emancipada, Petrópolis Inácio Francisco Silveira da Mota, presidente da província, optou por extinguir a colônia por meio do ato decretado em 5 de janeiro de 1860.<sup>175</sup>

Em 1857, em contexto do final do regime colonial em Petrópolis, chegou no Brasil um grupo de alemães encarregados em atender às demandas da Companhia União e Indústria que se encontrava com a responsabilidade de construir uma nova estrada naquela região como também organizar o transporte de passageiros e cargas entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Outros alemães se fixaram naquela região serrana por iniciativa própria.<sup>176</sup>

Assistiu-se, por meio da iniciativa do major Köeler, ruas e quarteirões de Petrópolis receberem nomeações em referência às regiões germânicas.<sup>177</sup> De acordo com Carlos Augusto Taunay, em 1862, a população de Petrópolis encontrava-se em número de 6 mil indivíduos, com cerca de 2.800 alemães.<sup>178</sup> Dessa numeração, assinala-se que cerca de

---

<sup>171</sup> Idem.

<sup>172</sup> Idem. p.35.

<sup>173</sup> Idem. p.51.

<sup>174</sup> TINOCO. Op. Cit. p.219.

<sup>175</sup> Idem.p.220.

<sup>176</sup> Beatriz, Op. Cit. p.47.

<sup>177</sup> Idem, p.3.

<sup>178</sup> TAUNAY, Carlos Augusto. Viagem Pitoresca a Petrópolis. Rio de Janeiro, 1862. In: **Anuário do Museu Imperial**. Petrópolis: Ministério da Cultura, IPHAN e Museu Imperial de Petrópolis, 1995.

dois mil alemães católicos, e oitocentos protestantes.<sup>179</sup> O templo da Igreja evangélica da rua de Joinville, por exemplo, foi construído através da comunidade evangélica devido às contribuições por elas financiadas. O pastor responsável à época era Ricardo Schulz.<sup>180</sup> Em 1876, dos 32 nomes de indivíduos sepultados no mês de fevereiro no cemitério Público, em Petrópolis, 14 eram alemães nativos ou descendentes.<sup>181</sup>

Descrevendo a cidade de Petrópolis no contexto da segunda metade do século XIX, Tinoco narrou tais fatos:

Geralmente na rua do Imperador os edifícios servem antes para hotéis, oficinas, lojas, armazéns, padarias, tendas de carneiros, cocheiras, etc., do que para moradas: aí é o centro do movimento comercial e ambulatório da cidade, o ponto de reunião onde se tratam os negócios, se encontram os interessados; onde se esperam os carros que trazem passageiros, correspondências e novidades da capital; sobretudo na frente do Hotel Bragança, um dos melhores e mais em voga por ser fronteiro à rua de D. Januária, donde desembocam os tais carros, há muita animação.<sup>182</sup>

Apesar de extinta a colônia, no culto religioso, a província continuou a subvencionar o cura alemão, bem como os professores de primeiras letras também provenientes da Alemanha, esses profissionais eram igualmente pagos pela província. A província também cuidava da conservação das ruas, estruturas arquitetônicas e canais da antiga colônia.<sup>183</sup>

A presença recorrente da corte em Petrópolis, principalmente na figura de D. Pedro II que ali permanecia durante cinco, seis meses ao ano, chegando a passar um total de quarenta verões na cidade, fez com que a mesma “se transformasse não só no abrigo seguro contra as epidemias que maltratavam o Rio de Janeiro durante o verão, como na grande vitrine da realeza e, claro, da corte que acompanhava o Imperador”.<sup>184</sup>

## **Nova Friburgo**

---

<sup>179</sup> Idem, p.53.

<sup>180</sup> TINOCO. Op. Cit. p.252.

<sup>181</sup> **Mercantil**, Petrópolis, 29 de março de 1876.

<sup>182</sup> TINOCO, Op. cit.p.31.

<sup>183</sup> Idem,p.221.

<sup>184</sup> A construção da estrada de ferro facilitou o transporte em direção à Petrópolis, uma vez que as viagens tornaram-se mais curtas, limitadas a apenas algumas horas.

Ao que se refere às políticas migratórias no primeiro quartel do século XIX, merece destaque a primeira colônia agrícola formada por não-lusos para as terras brasileiras, por intermédio das Companhias de Colonização: Nova Friburgo.<sup>185</sup> A colônia estava localizada na região serrana do atual estado do Rio de Janeiro, sendo vizinha da futura Petrópolis. De acordo com Ronaldo Lopes de Oliveira, nos seus primórdios, Nova Friburgo era uma fazenda localizada na região das Minas de Cantagalo, que poderia também receber a identificação de Sertões do leste ou de Macacu, sendo ocupada na segunda metade do século XIX, devido à exploração aurífera.<sup>186</sup> Para aquela região, dirigiu-se cerca de dois mil suíços, dentre eles, alguns de língua alemã que chegaram ao Brasil entre 1818 e 1820.<sup>187</sup>

Nessa nova empreitada, correspondente à fundação da colônia de Nova Friburgo, destacou-se a figura do suíço Sébastien Nicolau Gachet, que de acordo com Beatriz, possuía relações próximas com D. João VI. Teria sido Gachet o responsável por apresentar ao governo em Cantão de Fribourg, na Suíça, o plano, a pedido de D. João VI, para aquisição de terras no Brasil sob a pretensão de assentamento de suíços. De comum interesse entre ambas as partes, assistiu-se, dessa forma, à chegada desse grupo étnico na Serra Fluminense, em específico, na Fazenda do Morro Queimado.

O decreto de 16 de maio de 1818 foi responsável por legalizar a vinda desse grupo, prevendo o estabelecimento da colônia com 100 famílias. Esses indivíduos não arcariam com as despesas da viagem, recebendo aqui no Brasil “abrigo, terras, ferramentas, animais e cuidados médicos, além de subsídios nos primeiros anos de assentamento”.<sup>188</sup> O monsenhor Pedro Machado de Miranda Malheiros, conhecido como Monsenhor Miranda, foi nomeado como inspetor para administrar a nova colônia.<sup>189</sup> Através do Alvará de 03 de janeiro de 1920, cerca de 260 famílias suíças foram assentadas nas áreas próximas à “confluência dos Rios Cônego, Santo Antônio e o Bengala, lugar onde hoje se localiza a praça Getúlio Vargas também conhecida como Praça do Pelourinho”.<sup>190</sup>

Em relação ao recrutamento de imigrantes alemães, o governo brasileiro, de acordo com Lopes, enviou diversos agentes à Alemanha, com destaque para o major Georg

---

<sup>185</sup> Beatriz, Op. cit.p.46.

<sup>186</sup> LOPES, Ronaldo de Oliveira. O processo de implantação do Luteranismo no Brasil: o caso da região de Nova Friburgo (1824 a 1857). **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio**. Rio de Janeiro, 2012.p.3.

<sup>187</sup> BEATRIZ, Op.Cit.p.46.

<sup>188</sup> Idem.

<sup>189</sup> LOPES, Op.Cit.p.4.

<sup>190</sup> Idem.

Anton Von Schaeffer, cuja missão repousaria em reunir e contratar o máximo possível de imigrantes alemães para as colônias de Leopoldina e Frankenthal (já estabelecidos na então Província da Bahia, localizada às margens dos rios Viçosa e Caravelas desde 1816).<sup>191</sup> Os alemães ocupariam as casas e os lotes abandonados pelos primeiros suíços que haviam partido à procura de terras férteis para atividade agrícola.

A maior parte dos colonos alemães, aproximadamente 110 agricultores, era proveniente de Kirnbecherbach, Oberamt Weissenheim em Hessen-Hamburgo, localizada no sudeste alemão.<sup>192</sup> Entre os dias 3 e 4 de maio de 1924, cerca de 80 famílias de alemães protestantes - orientados pelo pastor Friedrich Oswald Sauerbronn - foram recepcionadas pelo Monsenhor Miranda em Nova Friburgo.<sup>193</sup> Uma parte desse grupo teria partido da Europa no navio Argus, em 19 de julho de 1823, chegando ao Rio de Janeiro em janeiro do ano seguinte. A segunda parte, embarcou no navio Carolina em 18 de dezembro de 1823, desembarcando em terras brasileiras em 15 de abril de 1824.<sup>194</sup> Na colônia, de acordo com Débora Bendocchi Alves, tanto o padre quanto o mestre-escola da colônia eram pagos pelo Estado e ganhavam entre 500 e 600 mil réis.<sup>195</sup>

Segundo Lopes, a chegada dos alemães em Nova Friburgo foi potencializada pela morte do filho do pastor luterano Sauerbronn, Peter Leopold. A morte teria ocorrido um mês após a chegada dos colonos. Peter nasceu no dia 17 de novembro de 1823, próximo às ilhas de Cabo Verde, durante a viagem ao Brasil. Durante o parto, Charlotte, mãe de Peter, veio a óbito. O Monsenhor Miranda teria negado o velório de Peter no único cemitério existente na colônia, administrado pela igreja católica. Sauerbronn acabou por escolher um local distante do cemitério católico para a realização do velório, inaugurando o primeiro sepultamento no local onde seria instalado outro cemitério.<sup>196</sup>

Em 1827, foi erguida de pau a pique na colônia uma das primeiras igrejas protestantes do Brasil pelo próprio pastor Sauerbronn. O local escolhido foi a então praça do Pelourinho, entretanto, foi ordenada a sua demolição pelas autoridades locais.<sup>197</sup> Em 1857,

---

<sup>191</sup> Idem, p.4.

<sup>192</sup> Idem.

<sup>193</sup> Idem.

<sup>194</sup> Idem, pp.4-5.

<sup>195</sup> ALVES, Débora Bendocchi. Viagem de Ernst Hasenclever à Colônia Nova Friburgo em 1840. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH • São Paulo, julho 2011. pp.4-5.

<sup>196</sup> LOPES, Op. Cit. p.5.

<sup>197</sup> Idem, p.6.

foi construída uma nova igreja próxima ao local anterior, obedecendo as leis vigentes, não possuindo sinos, torre e nem coisa alguma que a tornasse diferente das casas.<sup>198</sup>

Ernst Hasenclever, um jovem comerciante alemão que veio para o Rio de Janeiro na década de quarenta do século XIX devido aos negócios de família, pertencia à tradicional família de comerciantes bem sucedidos de Ehringhausen, cidadezinha localizada no antigo centro industrial de produtos de cutelaria de Remscheid e Solingen, no Ducado de Berg, hoje Estado da Renânia do Norte Vestfália. O jovem se dirigiu à Nova Friburgo por recomendações médicas devido à questões de saúde.<sup>199</sup> Ele descreveu a colônia da seguinte forma:

Era formada por um pouco mais de 100 casas, todas de um andar apenas e muito parecidas entre si. No centro, havia um belo pasto comum que era dividido por 2 pequenas fileiras de 5, 6 casas cada uma. Naquele momento, muitos proprietários estavam construindo um segundo andar. Os moradores da vila eram em sua maioria suíços e franceses, sendo possível encontrar dentre eles alguns poucos alemães e brasileiros. Ganhavam dinheiro com horticultura, gado e sobretudo com a hospedagem e alimentação dos inúmeros visitantes que, no verão, chegavam à região. Devido ao seu clima saudável, vinham para se tratarem ou para o lazer. Quinze minutos da vila em direção ao sul e separada por uma colina, localiza-se o vilarejo dos alemães chamado habitualmente de Alemanha, pois neste só moravam alemães. (...) Espalhados pelas montanhas nos arredores, havia várias “haziendas” de colonos suíços e alemães perfazendo no total cerca de 2500 almas. Na igreja protestante, só havia culto no primeiro domingo de cada mês, quando participavam cerca de 100 pessoas.<sup>200</sup>

---

<sup>198</sup> Idem.

<sup>199</sup> ALVES, Op.Cit. p.1.

<sup>200</sup> Idem, p.4.

Apesar de pioneira em solo Fluminense<sup>201</sup>, a colônia de Nova Friburgo não tivera uma constante em relação à prosperidade, Beatriz destacou alguns dos motivos, enfatizando a baixa fertilidade das terras atrelada à dificuldade de transportar a sua produção para a cidade do Rio de Janeiro, que durava cerca de quatro dias à cavalo<sup>202</sup>. A terra era bastante acidentada e o clima frio para a produção da principal cultura agrícola do século XIX, o café. Enfrentando dificuldades, os colonos acabaram se dispersando à procura de terras mais férteis, restando em 1830 apenas 600 pessoas em Friburgo.<sup>203</sup> Os colonos teriam se fixado nas regiões de São José do Ribeirão (hoje Bom Jardim), Duas Barras, Cantagalo e na Zona da Mata de Minas Gerais.<sup>204</sup>

Em fevereiro de 1916, a presença alemã se fazia sentir na cidade através dos festejos em homenagem à passagem do aniversário do então Kaiser Guilherme II. Sob o título de “Uma data feliz”, o periódico *Cidade de Friburgo*, registrou os detalhes da comemoração:

Essa data foi comemorada em Friburgo com grandes solenidades pela colônia alemã, aqui domiciliada, e pelos admiradores do grande estadista que o reconhecem como homem destinado ao trabalho, ao progresso e á grandeza do Universo.

Pela manhã desse dia, houve uma grande alvorada pelos germanophitos que, acompanhados da sociedade musical Campesina, percorreram a cidade em aclamações ao genio guerreiro, ao genio progressista.

A' noite, no Theatro D. Eugenia, pelo grupo J. Vianna, foi levado a effeito um grande espetaculo de gala. (...) A' introdução foi executado, pela orchestra, sob a

---

<sup>201</sup> De acordo com Beatriz, antes da existência do projeto imigratório português, na Bahia existiam colônias alemãs, as pioneiras. Porém, essas colônias eram possuidoras de características bastantes distintas se comparadas com as colônias que seriam criadas no sul e sudeste do Brasil. Na Bahia, a fundação colonial tinha relação direta com projetos privados, sendo autorizados pelo governo luso e dirigidos por naturalistas alemães como Peter Weyll e Georg Wilhelm Freyreiss. As terras pertencentes às colônias eram sesmarias doadas pela corte à homens como os naturalistas, com a finalidade de que ali fossem empreendidas atividades agrícolas, bem como o assentamento de colonos que fossem imigrantes. Beatriz assinalou que as colônias de Leopoldina, que recebeu esse nome em homenagem à futura imperatriz Leopoldina, e São Jorge dos Ilhéus, ambas fundadas na segunda metade da década de 1810, são as mais significativas do período em questão. Essas áreas não conseguiram manter-se prósperas, devido à falta de investimentos dos setores privados e públicos, dessa forma, estando enfraquecidas na segunda metade do século XIX, o sistema associativista que mantinha as colônias em funcionamento foi enfim abandonado. BEATRIZ. Op.Cit.pp.45 -56.

<sup>202</sup> Idem.p.47.

<sup>203</sup> Idem.

<sup>204</sup> SANGLARD, Pedro Elias Erthal. A expansão da colonização suíça e alemã de Nova Friburgo. **Revista da ASBRAP**, nº1.

regencia do maestro Eladio Gonzalez, o hymno alemão. No auge do entusiasmo os subditos do Kaiser cantaram a letra do hymno da sua patria.

Depois da representação da bellissima comedia, o nosso colega de imprensa sr. Nelson Kemp, de um camarote, saudou a colonia allemã pela passagem do anniversario do seu imperador. O discurso, embora pequeno, porém cheio de um vibrante entusiasmo, foi demoradamente aclamado pelos assistentes.(...)

(...) Foi levantado o panno, vendo-se ao fundo do palco uma bem trabalhada apothese, com o retrato do eminente estadista allemão, cercado de espadas, canhões, etc. (...)

Finalmente, debaixo de vivas ao homenageado e á sua Patria, foi encerrado o espectáculo.<sup>205</sup>

Em maio de 1916, foi fundada a *Deutscher-Bund* de Nova Friburgo, com o título de “União Allemã”. A sociedade consistia em tratar de interesses germânicos e fornecia gratuitamente aulas noturnas para quem quisesse lecionar alemão.<sup>206</sup>

Em detrimento dos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o periódico *Cidade de Friburgo* se opôs a qualquer hostilidade praticada contra a colônia alemã naquela região. O periódico afirmou que não se justificaria qualquer tipo de desacato de ordem moral ou material “por parte do povo friburguense aos filhos da Allemanha que de certo tempo para cá têm contribuído com a sua actividade e intelligencia para o engrandecimento material de nossa cidade”.<sup>207</sup> O periódico aconselhou ainda aos jovens para que estes respeitassem não somente aos alemães, bem como as suas propriedades. Afirmando que os alemães residentes em Friburgo não seriam “responsáveis pela loucura do militarismo prussiano”.<sup>208</sup>

#### 1.4: Conclusão

A partir das considerações elencadas durante o percurso até aqui, compreendemos a importância bem como a necessidade da investigação mais apurada

---

<sup>205</sup> *Cidade de Friburgo*, 20 de fevereiro de 1916.

<sup>206</sup> *Cidade de Friburgo*, 28 de maio de 1916.

<sup>207</sup> *Cidade de Friburgo*, 22 de abril de 1917.

<sup>208</sup> Idem.

acerca do tema da presença alemã no Brasil. Em certa medida, ao que se refere, sobretudo, ao contexto pós Segunda Guerra Mundial, notou-se nos trabalhos acadêmicos um significativo número de publicações que tratam, mesmo que indiretamente, de questões relativas à imigração alemã.

Há de ser trilhado ainda um longo caminho pela historiografia que deseja se ater nesse campo. Em certa medida, foi evocado no presente capítulo que o nacionalismo alemão em solo brasileiro adquiriu uma nova forma de ser representado, tanto por meio da literatura quanto da imprensa. O tema do pangermanismo e do “Perigo alemão” ganhou maior notoriedade na medida em que se assentavam em terras brasileiras alemães que progressivamente receberiam estereótipos diversos associados à sua “insistente” maneira de “permanecer alemão” e da identificação destes com o ideário de garantir colônias à “pátria-mãe”.

Aos colonos alemães foi atribuída a ideia de colonialismo. Fato que provocou graves consequências ao grupo étnico alemão, na medida em que ações de cunho repressivo foram tomadas frente a esses imigrantes ao longo da primeira metade do século XX. A difusão das ideias contrárias ao estabelecimento de alemães em terras brasileiras, podem ser associadas às leis elaboradas e às ações práticas promovidas pelo Estado brasileiro, sobretudo ao que se refere ao Estado Novo (1937-1945). Esse tema em específico será discutido no segundo capítulo da dissertação. Contudo, ressalta-se que nesse contexto, objetivou-se assimilar à nação brasileira o elemento alienígena.

Para aqueles classificados como resistentes a esse processo, como foi o caso dos alemães, desejou-se atribuir a noção de que estes estariam comprometendo a Segurança Nacional. Prisões foram efetuadas contra os alemães ainda em 1938, ou seja, antes mesmo da eclosão da Segunda Guerra Mundial.

## II: A política imigratória no período da Era Vargas (1930-1945)

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, gradativamente o governo passou a apresentar novos paradigmas em relação à questão imigratória. A partir de uma ação mais intervencionista do Estado, diversas medidas foram elaboradas com o objetivo de controlar e organizar, selecionar bem como restringir a entrada de imigrantes no país que fossem considerados como “indesejáveis” ao projeto de assimilação à nação.

De acordo com Fábio Koifman, ao longo de 15 anos, foram constantes e diversos os esforços do governo para que a imigração fosse regulada de maneira definitiva, com base nas expectativas e valores da classe dirigente.<sup>209</sup> Nesse contexto, os estrangeiros “brancos” — europeus, sobretudo — “apontados como de boa capacidade de fusibilidade, ou seja, com atribuída tendência à integração física e cultural com a população local, eram os desejados”<sup>210</sup>.

Koifman sugeriu existir no Brasil a influência das ideias eugenistas, sobretudo ao avaliar o Decreto nº 4.247 de 21 de janeiro de 1921 que atribuiu ao Poder Executivo a prerrogativa de impedimento da entrada no território nacional de estrangeiro "mutilado, aleijado, cego, louco, mendigo, portador de moléstia incurável ou de contagiosa grave e de todo estrangeiro de mais de 60 anos."<sup>211</sup> Segundo Koifman, a partir do congresso de 1929, o movimento eugenista brasileiro passaria a reforçar de forma mais direta a ideia de que a imigração seletiva seria uma boa solução em termos de “melhora” da composição étnica do povo.<sup>212</sup>

Em termos do tema da imigração, para Helion Póvoa Neto, ao que se refere à restrição dos deslocamentos populacionais, podemos mencionar a respeito das barreiras político-institucionais

expressas em políticas migratórias restritivas ao ingresso de imigrantes segundo suas qualificações, e com limitações temporais à permanência, bem como barreiras

---

<sup>209</sup> KOIFMAN, Fábio. **Política imigratória no primeiro governo Vargas (1930-1945)**. In: História da Imigração no Brasil. In: Luís Reznik (Organização) - Rio de Janeiro : FGV Editora, 2020. p.158.

<sup>210</sup> Idem, p. 159.

<sup>211</sup> Idem.

<sup>212</sup> Idem.

culturais e ideológicas, com o migrante representado como inferior, indesejável ou ameaçador à segurança e ao bem-estar das sociedades de imigração.<sup>213</sup>

Até o final do governo do Estado Novo, em 1945, argumentou Koifman, mais de 250 normas, em sua maior parte decretos, que tratavam do tema “estrangeiros”, foram publicadas. Koifman não contabilizou as Circulares, que teriam atingido o número de 84, emitidas e enviadas pelo Itamaraty para os serviços que cuidavam das questões consulares do Brasil no estrangeiro no mesmo período e possuíam, segundo ele, “o objetivo de esclarecer os pormenores da legislação ou encaminhar a orientação específica do governo em relação à entrada de estrangeiros no Brasil”.<sup>214</sup>

Endrica Geraldo argumentou que passado apenas dois meses de Vargas no poder, em dezembro, sob o Governo Provisório, foi elaborada a primeira medida em termos de restrição referente à entrada de estrangeiros no Brasil.<sup>215</sup> De acordo com Geraldo, o decreto nº 19.482 estabeleceu algumas limitações para a entrada de passageiros estrangeiros de terceira classe - definição de imigração no período. Dessa forma, a imigração ficaria restrita àqueles que já residiam em território nacional, aos que fossem solicitados através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) para compor os serviços agrícolas, àqueles que portassem os bilhetes de chamada - mais tarde chamados de “carta de chamada” - e ainda aos agricultores e suas respectivas famílias.<sup>216</sup> Nesse contexto, Koifman argumentou que o instrumento legal acabou por privar da imigração aqueles que não alcançaram sucesso no esforço em providenciar a documentação comprobatória necessária.<sup>217</sup>

O dispositivo legal do decreto de 1930, segundo Koifman, foi o primeiro do governo Vargas que visou o estabelecimento de restrições referentes à concessão de vistos a estrangeiros europeus em um sentido abrangente. Koifman argumentou que o decreto dirigiu-se para aqueles que não dispunham de recursos, justamente aqueles que nas viagens

---

<sup>213</sup> PÓVOA, Hélión Neto. **O erguimento de barreiras à migração e a diferenciação os “direitos à mobilidade”** REMHU Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, vol. 16, núm. 31, 2008, p. 397.

<sup>214</sup> KOIFMAN, in: Reznik (Org.). Op. Cit. p. 161.

<sup>215</sup> GERALDO, Endrica. **O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo.** Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, 2009. p. 172.

<sup>216</sup> Idem.

<sup>217</sup> KOIFMAN, in: REZNIK (Org.). Op. Cit. p. 161.

para o Brasil ocupavam as terceiras classes dos navios, mas ressaltou que ainda não havia especificidade quanto à restrição de entrada relacionada à nacionalidade ou etnia.<sup>218</sup>

De acordo com Koifman, o Brasil estaria sob os efeitos negativos da Crise de 1929 que não teriam sido mencionados no decreto, mas que tiveram suas causas parcialmente atribuídas à vinda de imigrantes: “considerando, também que uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente contribui, para aumento da desordem econômica e da insegurança social.”<sup>219</sup> Dessa forma, Koifman sugeriu que os imigrantes pobres teriam sido responsabilizados por sua contribuição em relação ao desemprego no país, sendo ainda apontados como prejudiciais à economia e à segurança social.<sup>220</sup>

As restrições e exigências para passageiros que viajavam em terceira classe estabelecidas no Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930, foram inicialmente determinadas por um ano. Quando o prazo de vigência expirou, o governo publicou um segundo decreto renovando por mais um ano as mesmas disposições impeditivas. Vencido o novo prazo e com o título de “limita, até resolução em contrário, a entrada, no território nacional, de passageiros de 3ª classe e dá outras providências”, o governo publicou em 1933 um terceiro decreto, com o mesmo teor, no qual buscou estabelecer a regra impeditiva de forma definitiva, “até resolução em contrário”.<sup>221</sup>

A “Lei dos  $\frac{2}{3}$ ” foi igualmente instituída sob o decreto nº 19.482, a partir dessa lei, as empresas deveriam demonstrar que ao menos dois terços de brasileiros natos estariam compondo seu rol de empregados.<sup>222</sup> Sob ponto de vista do governo varguista a lei apresentaria uma clara iniciativa que visava defender o trabalhador nacional frente aos estrangeiros, principalmente ao que se refere ao meio urbano, para Geraldo, a lei também servia para a identificação da entrada desordenada de imigrantes apontando-a como uma das causas da insegurança da nação, do aumento do desemprego e da instabilidade econômica.<sup>223</sup>

---

<sup>218</sup> Idem, p.160.

<sup>219</sup> Idem.

<sup>220</sup> Idem, p.161.

<sup>221</sup> Idem, p. 161-162.

<sup>222</sup> GERALDO, Op. Cit. p. 172.

<sup>223</sup> Idem.

Com a abertura da Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, as críticas aos trabalhadores imigrantes estiveram presentes em discursos tanto na Assembleia quanto na imprensa.<sup>224</sup> Já com a Constituição elaborada no ano seguinte, foi apresentada a “Lei de Cotas”<sup>225</sup>, estabelecendo limites significativos à entrada de cada nacionalidade de estrangeiros no país.

No início de 1934, segundo Fábio Koifman, o MTIC nomeou uma comissão presidida por Oliveira Vianna para que fosse elaborado um projeto referente à reforma das leis que diziam respeito à entrada de imigrantes no Brasil. Da Comissão recém criada fizeram parte representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Departamento Nacional do Povoamento (DNP), bem como das polícias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Entre os membros, encontrava-se Artur Hehl Neiva que, desde então, se fez presente em muitas comissões governamentais relacionadas com a questão imigratória. A ideia de contingenciamento proposta pela Comissão teria então se baseado nas leis migratórias norte-americanas dos anos de 1917 e 1924, tendo concluído os trabalhos em fins de abril.<sup>226</sup>

A partir das conclusões da Comissão, cerca de dois meses anteriores à promulgação da Constituição, em maio de 1934 o governo varguista publicou dois decretos com os quais pretendeu estabelecer um controle mais rigoroso acerca da entrada de estrangeiros, evitando, assim a entrada dos que eram classificados como “indesejáveis”. Koifman indicou:

A ementa do Decreto no 24.215, de 9 de maio de 1934, registrou: “Dispõe sobre a entrada de estrangeiros em território nacional.” Já o Decreto no 24.258, de 16 de maio de 1934, publicado uma semana depois, foi anunciado como “aprova o regulamento de entrada de estrangeiros em território nacional”. Ambos se ocuparam da vinda de “imigrantes” e “não imigrantes” (conforme passaram então a denominar os temporários).<sup>227</sup>

---

<sup>224</sup> Idem.

<sup>225</sup> A implementação da “Lei de Cotas” no Brasil sofreu influência da política imigratória estadunidense. A partir de ideias eugenistas, o Congresso norte-americano aprovou um sistema de cotas no *Immigration Act of 1924*. Uma das características contidas nesta lei era a aplicação de um índice de 2% de entradas no país para cada nacionalidade do imigrante. O índice seria então calculado com base nos registros da presença dos grupos imigrantes no território dos Estados Unidos identificados no censo de 1890. Para Geraldo, a escolha desse período, para que fosse executado o cálculo, possuía o objetivo de favorecer os imigrantes do norte e do oeste da Europa. GERALDO, Endrica. A “Lei de Cotas” de 1934: Controle de Estrangeiros no Brasil.” **Cad. AEL**, v.15, n.27, 2009. p. 190.

<sup>226</sup> KOIFMAN, in: Reznik (Org.). Op. Cit. p.162.

<sup>227</sup> Idem.

O decreto, para Koifman, acabou por expandir o rol de restrições já anteriormente estabelecidas nos decretos publicados, uma vez que passou a esclarecer que os impedimentos deveriam ser averiguados, “sem distinção de sexo” e que acabariam por determinar a proibição de entrada de estrangeiro imigrante, “em alguma das condições seguintes”:

“I — Aleijado ou mutilado, salvo se tiver íntegra a capacidade geral de trabalho, admitida, porém, uma redução desta até vinte por cento, tomando-se por base o grau médio da tabela de incapacidade para indenização de acidentes no trabalho, verificada nos moldes dos dispositivos legais sobre o assunto; II — Cego ou surdo-mudo; III — Atacado de afecção mental, nevrose ou enfermidade nervosa; IV — Portador de enfermidade incurável ou contagiosa grave, como lepra, tuberculose, tracoma, infecções venéreas e outras referidas nos regulamentos de saúde pública; V — Toxicômano; VI — Que apresente lesão orgânica com insuficiência funcional, verificada conforme preceitua a legislação em vigor; VII — Menor de 18 anos e maior de 60; VIII — Cigano ou nômade; IX — Que não prove o exercício de profissão lícita ou a posse de bens suficientes para se manter e às pessoas que o acompanhem na sua dependência, feitas tais provas segundo os preceitos do regulamento que será expedido para melhor execução da presente lei; X — Analfabeto; XI — Que se entregue à prostituição, ou a explore, ou tenha costumes manifestamente imorais; XII — De conduta manifestamente nociva à ordem pública ou à segurança nacional; XIII — Já anteriormente expulso do Brasil, salvo se o ato de expulsão tiver sido revogado; XIV — Condenado em outro país por crime de natureza que determine a sua extradição segundo a lei brasileira.”<sup>228</sup>

Vargas baixou o Decreto n. 24.215, regulamentado pelo Decreto n. 24.258, que classificou os estrangeiros como ‘imigrantes’ e ‘não imigrantes’. Era considerado imigrante ‘todo estrangeiro que pretendesse, vindo para o Brasil, nele permanecer por mais de 30 dias, com o intuito de exercer sua atividade em qualquer profissão lícita e lucrativa que lhe assegurasse a subsistência própria e a dos que vivessem sob sua dependência’. Na categoria incluíam-se agricultores e técnicos contratados. Os estrangeiros que não eram considerados imigrantes eram o ‘não agricultor’ que transferisse capitais para o Brasil, os antigos residentes, os cônjuges, filhos menores etc. Também eram ‘não imigrantes’ os funcionários diplomáticos, seus empregados, turistas e outros.<sup>229</sup>

---

<sup>228</sup> Idem, p.164.

<sup>229</sup> KOIFMAN, Fábio. Quixote nas Trevas – o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002. In: Machado, Lara Novis Lemos. **Imigração dirigida ao Brasil no período do pós-segunda guerra mundial: a Missão Neiva (1946-1947)**. Rio de Janeiro, 2021, p. 25.

Geraldo relatou que dentre os projetos apresentados pelos deputados que comporiam a Assembleia Constituinte, Artur Neiva, apresentaria a emenda de nº 1053, consistindo em facilitar somente a entrada de “elementos da raça branca, ficando proibida a concentração em massa, em qualquer ponto do país”<sup>230</sup> A emenda de nº 1.074, de Álvaro Maia, acabou por sugerir algumas orientações “pelas conveniências etnológicas, higiênicas e psicológicas, de modo que a tiragem e a distribuição do material humano se façam por cotas étnicas, de acordo com o volume das massas demográficas, de modo a ficar perfeitamente assegurada a sua assimilação ao plasma nacional”.<sup>231</sup>

De acordo com Geraldo, o parágrafo 6 do artigo 121 determinou que as restrições seriam necessárias pois teriam como objetivo assegurar a “integração étnica e capacidade física e civil do imigrante”.<sup>232</sup> As restrições concentravam-se na estipulação do limite anual de dois por cento do número total de indivíduos, para cada nacionalidade, já estabelecidos no Brasil nos cinquenta anos anteriores à aprovação da lei. O parágrafo seguinte do mesmo artigo ainda proibia a concentração de imigrantes em qualquer parte do território brasileiro.<sup>233</sup>

A Constituição de 1934, garantiu, portanto, plenos poderes à União ao que se refere ao controle do fluxo imigratório em território nacional, uma vez que sob o ponto de vista dos que a defendiam “a matéria de defesa deve ser privativa da União, porque interessa diretamente ao aperfeiçoamento da raça, à segurança e às condições econômicas do país”.<sup>234</sup> O artigo 5º em seu inciso segundo afirmou que caberia à União “conceder ou negar passagens a forças estrangeiras pelo território nacional”.<sup>235</sup> Ainda no mesmo artigo, inciso XIX, ficou decidido que a União seria responsável por legislar sobre:

---

<sup>230</sup> GERALDO, Op. Cit. p. 180.

<sup>231</sup> Idem.

<sup>232</sup> Idem.p. 176.

<sup>233</sup> Idem.

<sup>234</sup> Idem. p.179.

<sup>235</sup> CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 16 de julho de 1934. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 28 de Dezembro de 2022.

g) naturalização, entrada e expulsão de estrangeiros, extradição; emigração e imigração, que deverá ser regulada e orientada, podendo ser proibida totalmente, ou em razão da procedência.<sup>236</sup>

A União teria poder de decisão, por meio do Art. 113, § 15, acerca da expulsão do território nacional dos “estrangeiros perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses do País”<sup>237</sup>. O artigo 131 vedava a propriedade de empresas jornalísticas de cunho político ou noticioso, como fora determinado no escrito, às sociedades anônimas através de ações ao portador e a estrangeiros. Caberia aos brasileiros natos a responsabilidade principal e de orientação intelectual ou administrativa da imprensa política ou noticiosa. Por outro lado, o imigrante também não poderia ser acionista das sociedades anônimas proprietárias das empresas ligadas à imprensa.<sup>238</sup>

O Art. 136, citava que as empresas concessionárias, ou os contratantes, sob qualquer título de serviços públicos federais, estaduais ou municipais, deveriam:

- a) constituir as suas administrações com maioria de diretores brasileiros, residentes no Brasil, ou delegar poderes de gerência exclusivamente a brasileiros;
- b) conferir, quando estrangeiros, poderes de representação a brasileiros em maioria, com faculdade de substabelecimento exclusivamente a nacionais.

O Art. 159 garantia ao Conselho Superior de Segurança Nacional e aos “órgãos especiais criados para atender às necessidades da mobilização”, as questões que diziam respeito ao estudo e coordenação da Segurança Nacional.<sup>239</sup> O § 1º do referido artigo assegurava a Getúlio Vargas presidir o Conselho, fazendo parte deste ainda os Ministros de Estado, o Chefe do Estado-Maior do Exército e o Chefe do Estado-Maior da Armada.<sup>240</sup>

Segundo Koifman, entre 29 de outubro e 5 de novembro de 1936, foi realizado no Distrito Federal o Congresso dos Chefes de Polícia e secretários de segurança dos estados, sendo presidido pelo então ministro da Justiça e Negócios Interiores (MJNI).<sup>241</sup> Da reunião, recomendações foram assinaladas pelos representantes do MRE, do MTIC e dos ministérios da Guerra e da Marinha.

---

<sup>236</sup> Idem.

<sup>237</sup> Idem.

<sup>238</sup> Idem.

<sup>239</sup> Idem.

<sup>240</sup> Idem.

<sup>241</sup> KOIFMAN, in: REZNIK. Op. Cit. p. 171.

A recomendação no 21 propunha: “Que sejam adotadas medidas tendentes a reduzir a entrada de elementos parasitários como judeus, eslavos e migrantes não agricultores, cujo intuito seja de permanecer nas cidades, sendo essas medidas elaboradas pelas chefias de Polícia de cada Estado”. Na imprensa, um jornal noticiou que “as cláusulas referentes a imigração são as mais detalhadas possíveis” e propunham que somente os próprios chefes de polícia pudessem assinar as “cartas de chamada”. Teriam recomendado também que fosse “vedado o ingresso no país de judeus prestamistas que constituem uma verdadeira praga, cada vez mais espalhada”, além dos “falsos turistas”.<sup>242</sup>

Os debates acerca da imigração, nesse contexto, extrapolaram as discussões presentes na Assembleia Constituinte, sendo ampliada pela imprensa e publicações oficiais nos anos seguintes, repercutindo ainda nos discursos e decisões do próprio presidente Getúlio Vargas. Importa destacar esses debates na medida em que assistimos nestes as bases para as diligências restritivas e repressivas posteriormente colocadas em prática em relação aos imigrantes no Brasil.

## 2.1: A política imigratória no Estado Novo

Ao que se refere ao governo estadonovista, os anos compreendidos entre 1937 e 1945 foram marcados pela atuação centralizadora de um Executivo forte e predominante. A Constituição de 1937 concedia à Getúlio Vargas amplos poderes na estruturação política e administrativa do país. Os poderes legislativos em âmbito nacional, estadual e municipal passavam a ser dissolvidos, revelando o caráter autoritário à estrutura governamental. “*Não mais os estados, mas o Brasil uno e coeso no centro de todas as questões*”<sup>243</sup>. Dessa forma, o governo do Estado Novo procurou articular um modelo único de nacionalidade brasileira, sem regionalismos, ou símbolos estaduais ou municipais.

Getúlio Vargas, por meio do Decreto-Lei nº 406 criou a Comissão de Imigração<sup>244</sup>, esta foi então presidida por Oliveira Vianna. Porém, o regulamento interno do CIC foi instituído pelo Decreto - Lei nº 3.691, somente em 1939. A Comissão acabou

---

<sup>242</sup> Idem.

<sup>243</sup> WEIZENMANN, Tiago. **CORTANDO AS ASAS DO NAZISMO: Representações e imaginário sobre o nazismo na revista Vida Policial (1942-1944)**. Unisinos, São Leopoldo, 2008. p. 24

<sup>244</sup> GERALDO. Op. Cit. p. 172.

sugerindo que fosse gerado um órgão responsável por centralizar o controle sobre a entrada de estrangeiros em território nacional, sua distribuição e assimilação à nação. Dessa forma, o Conselho de Imigração e Colonização foi criado e já em 26 de setembro de 1938, realizava a sua primeira reunião no Palácio do Itamaraty.<sup>245</sup>

A criação dos conselhos técnicos foi uma peça importante nessa engrenagem que viabilizou um sistema decisório mais aberto aos interesses econômicos, sem subverter a primazia da elite técnica. A partir do início dos anos 30, criaram-se inúmeros conselhos desse tipo, sobretudo na área da política econômica. Previstos pela Constituição de 1934, em seu art. 103, tinham por função assessorar o Estado na formulação de políticas e na tomada de decisões referentes a diversas áreas.<sup>246</sup>

De acordo com Guilherme Cavotti, a missão do referido conselho era a de coordenar e sistematizar as diversas questões relativas a imigração, à colonização e à concentração de estrangeiros no país. Possuidor de características eminentemente técnicas, o conselho deveria coordenar as atividades dos diversos órgãos dos diferentes ministérios que se debruçavam sobre a imigração e a colonização.<sup>247</sup> Quase dois meses depois da primeira reunião do Conselho, em 13 de dezembro, por meio do decreto-lei nº 948, foi então regulamentado que as ações que objetivavam a "assimilação dos alienígenas" seriam administradas e dirigidas pelo Conselho de Imigração e Colonização (CIC).<sup>248</sup>

O CIC possuía múltiplas funções como a delimitação das cotas de entradas de estrangeiros, prezar pela organização de seu regimento interno, deliberar acerca dos requerimentos de empresas, associações e companhias que tivessem a pretensão de trazer imigrantes para o Brasil. O Conselho tinha a incumbência também de preceder os acordos bilaterais e quando acreditasse ser necessário, poderia aumentar como também aproveitar as cotas de entrada que não alcançassem a meta anteriormente estipulada. Além disso, cabia ao

---

<sup>245</sup> Idem, p. 173.

<sup>246</sup> DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. p.28. In: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 21-38.

<sup>247</sup> CAVOTTI, Guilherme dos Santos Marques. Artur Hehl Neiva e a Política Imigratória no Brasil entre as décadas de 1930 e 1950. Anais do 2º Encontro Internacional História e Parcerias, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1570072181\\_ARQUIVO\\_2cf3c17d2f54e00c965bd5e8df378f19.pdf](https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1570072181_ARQUIVO_2cf3c17d2f54e00c965bd5e8df378f19.pdf). Acesso em: 27 de dezembro de 2022. p.7.

<sup>248</sup> Idem, p. 7.

CIC o aconselhamento junto ao Governo Federal quanto à limitação ou até mesmo a suspensão de correntes imigratórias.<sup>249</sup>

O Conselho ainda possuía o direito de proibição da concessão, transferência ou arrendamento de lotes a estrangeiros que não conseguissem atender aos pontos propostos pela legislação imigratória brasileira. Somente o Conselho tinha autonomia para permitir que livros e revistas fossem publicados em língua estrangeira em áreas rurais. O CIC ainda poderia propor ao governos medidas que fossem favoráveis à assimilação, bem como as que possuísem o objetivo de evitar a concentração de uma única nacionalidade no mesmo espaço e ainda as medidas que visassem a proibição da imigração.<sup>250</sup>

A composição do CIC era baseada na escolha do presidente Getúlio Vargas. Os cargos foram distribuídos entre um Presidente, dois Vice-Presidentes, dois Observadores do Estado, quatro Conselheiros e ainda o Chefe da Secretaria, totalizando sete membros.<sup>251</sup> De acordo com Debastiani, entre os anos de 1938 a 1945, todos os presidentes do Conselho de Imigração e Colonização eram oriundos da carreira diplomática e/ou trabalhavam no Ministério das Relações Exteriores, seriam estes: “João Carlos Muniz, de carreira diplomática, presidente entre os anos de 1938-1941, seguido por Antônio Camilo de Oliveira, chefe da divisão política do Ministério das Relações Exteriores e Presidente do CIC entre 1941-1942, e Frederico de Castelo Branco Clark, Diplomata e Embaixador.”<sup>252</sup>

Os Vice-presidentes do CIC tinham relação com a carreira militar. Dentre eles, o Major Aristóteles de Lima Câmara ficaria no cargo entre os anos de 1938 a 1942 e Atila Monteiro Aché, Capitão de Mar e Guerra, que acabou ficando no cargo no período correspondente a 1938-1945. Segundo Debastiani, os Conselheiros do CIC eram formados em diversas profissões e acabavam por representar diversos órgãos que possuíam relação direta ou indireta com os assuntos imigratórios.<sup>253</sup> Era o caso de Luís Betim Paes Leme (engenheiro), João Luís de Guimarães Gomes (Diplomata), Ernani Reis, formado em Direito e Conselheiro do CIC durante os anos de 1941 a 1945. Ernani também foi secretário do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

---

<sup>249</sup> DEBASTIANI, Jesiane. **O Conselho de Imigração e Colonização e suas ações na Política Imigratória Brasileira (1938 - 1945)**. Esboços, Florianópolis, v. 29, n. 51, p. 490-507, maio/ago. 2022. p. 496.

<sup>250</sup> Idem.

<sup>251</sup> Idem, p. 497.

<sup>252</sup> Idem.

<sup>253</sup> Idem.

Artur Hehl Neiva foi um personagem importante em se tratando da política imigratória durante o Estado Novo. Neiva se formou em Engenharia Elétrica pela Escola de Engenharia do Rio de Janeiro em 1934, três anos depois acabaria se formando em Direito pela Faculdade de Direito de Niterói (RJ). Guilherme Cavotti argumentou que após o movimento de 1930, Neiva se relacionaria mais diretamente com a política brasileira, sendo, dessa forma, convidado pelo então interventor de São Paulo, João Alberto Lins de Barros, para assumir a Secretaria do Interior, onde teria ficado por pouco tempo, sendo nomeado por Vargas interventor federal na Bahia, cerca de três meses depois.<sup>254</sup>

Em 1934, segundo Cavotti, Artur Neiva passou a ser um dos integrantes administrativos da Fundação Brasil Central, membro das comissões interministeriais de reforma da legislação imigratória. Em 1938, Neiva atuou diretamente na elaboração das leis sobre entrada, fixação, naturalização e expulsão de estrangeiros.<sup>255</sup> Nesse mesmo ano, até 1947, foi membro do Conselho de Imigração e Colonização e em 1948 se tornou Vice-Presidente do Conselho.<sup>256</sup> A partir dessas considerações, é possível destacar a atuação de Neiva em postos de confiança e ainda com envolvimento em debates e na elaboração de leis relacionados diretamente à posição do Brasil face às migrações internacionais.

Em 1940 foi criada, como órgão oficial do CIC, a Revista de Imigração e Colonização (RIC). Segundo Cavotti, os diversos conteúdos das publicações presentes na revista estavam concentrados em debates diretamente associados à questão imigratória, “reproduzindo artigos publicados na grande imprensa, legislações em vigor, relatórios, estudos, pareceres e artigos”.<sup>257</sup>

No mesmo ano foi criada a Comissão de Permanência de Estrangeiros, culminando na elaboração do Serviço de Registro de Estrangeiros (SRE), dessa forma a fiscalização e a identificação estariam em consonância. Desse processo, surgiu a carteira de identidade para estrangeiros.<sup>258</sup> No ano de 1940, por exemplo, segundo dados da Revista de Imigração e Colonização, a Bahia havia entregue cerca de 845 carteiras de identidade para estrangeiros, sendo de 81 o número de carteiras entregues a alemães.<sup>259</sup> Já em Goiás e no

---

<sup>254</sup> CAVOTTI, Op. Cit. p. 4.

<sup>255</sup> O Decreto-lei nº 2.265, de 25 de Janeiro de 1938, legalizou a criação de uma Comissão com a finalidade de estudar as leis necessárias para regular a entrada, fixação e expulsão de estrangeiros.

<sup>256</sup> DEBASTIANI, Op. Cit. p. 498.

<sup>257</sup> CAVOTTI, Op. Cit. p. 8.

<sup>258</sup> Idem, p. 7.

<sup>259</sup> **Revista de Imigração e Colonização**. Ano II, Nº 1, Rio de Janeiro. Jan.1941. p.194.

Espírito Santo, para o mesmo ano, o número de alemães que receberam a carteira de identidade foi de 217.<sup>260</sup>

Assistiu-se até o final do governo Vargas, fervorosas campanhas contra núcleos coloniais, proibição do ensino escolar em língua estrangeira, bem como da imprensa estrangeira. Concordamos com Endrica Geraldo no sentido de compreender o governo varguista como detentor de projetos que visavam selecionar e restringir o “ingresso de novos estrangeiros e pelo incremento de políticas de controle e repressão sobre os trabalhadores imigrantes, especialmente aqueles que se concentravam em núcleos coloniais, acusados de serem de ‘difícil assimilação’”.<sup>261</sup>

## 2.2 : A Campanha de Nacionalização

Com a finalidade de compreender o quadro burocrático que lidava com as questões dos imigrantes, mostra-se interessante apontar como ele era composto, uma vez que a produção dessas leis de nacionalização e de repressão aos estrangeiros, promovida pelo governo Vargas, atingiria seu auge durante o Estado Novo. Nesse contexto, inclui-se a expulsão e deportação dos que, sob ponto de vista das autoridades policiais, eram contrários ao regime, a ponto de Francisco Campos, Ministro da Justiça, defender que tais medidas formavam um “magnífico” corpo de leis nacionalizantes para o bem do país.<sup>262</sup>

Nação não é apenas número e espaço; é preciso organizar o número e articular o espaço, por forma a dar à Nação o sentimento de que ela constitui um só corpo e uma só vontade. Fora dos quadros estabelecidos pela técnica do Estado Novo, não há solução para o problema social e político do Brasil, a menos que uma nação possa viver e realizar seu destino dentro de um constante estado de desassossego, de desordem e de insegurança, sobrepondo aos valores permanentes, condição da vida coletiva, os valores efêmeros, fundados no capricho e na mobilidade humana.

---

<sup>260</sup> **Revista de Imigração e Colonização**. Ano II, Ns. 2 e 3. Abr./Jul. de 1941. p. 927.

<sup>261</sup> GERALDO, Op. Cit. p. 172.

<sup>262</sup> CAMPOS, Francisco. O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Brasília: Senado Federal/ Conselho Editorial, 2001. pp. 199-200. In: **MACHADO (2021)**. p. 26.

Os debates sobre a assimilação possuíam relação direta a uma latente preocupação com os núcleos coloniais, uma vez que nesses locais os imigrantes haviam instituído escolas, igrejas, imprensa bem como também associações. Sob ponto de vista do projeto nacionalizador, essas organizações contribuíam para a preservação da língua e dos costumes, assim como a sua transmissão aos seus descendentes. Essas áreas compostas pelos núcleos coloniais foram denominadas de forma pejorativa como “quistos étnicos”, “quistos raciais” ou “zonas desnacionalizadas”.<sup>263</sup>

No plano ideológico, a chamada nacionalização repercutiu principalmente no Ministério da Educação e Saúde, na atuação do ministro Gustavo Capanema, considerado homem de confiança por Getúlio Vargas<sup>264</sup>. Nas unidades federativas, os secretários estaduais da educação tornavam-se executores do grande propósito nacionalizador, expedindo portarias normativas, fiscalizando diretamente as ações em prol do projeto “unificador”, ou seja, reproduzindo nos estados a estrutura imposta pelo governo do Estado Novo.

De acordo com Simon Schwartzman, seria possível distinguir ao menos três aspectos no esforço da nacionalização. Em primeiro lugar, no já mencionado campo da educação, dando ênfase aos aspectos do modernismo ligados ao ufanismo verde e amarelo, o mito acerca dos heróis e das instituições nacionais, a alusão ao catolicismo do brasileiro em detrimento de outras manifestações religiosas, o uso da língua portuguesa de forma adequada, uniforme e estável, bem como ao culto às autoridades.<sup>265</sup> Em segundo lugar, a busca pela padronização, com a criação de órgãos federais de controle e fiscalização. E em terceiro, a erradicação das minorias étnicas, linguísticas e culturais que haviam se estabelecido no Brasil nas últimas décadas e que cujo assimilação se tornaria questão de segurança nacional.<sup>266</sup>

Através do Decreto-Lei nº 108 de 29 de outubro de 1935, antes mesmo da instauração do Estado Novo, foram estabelecidos diversos feriados nacionais. Na

---

<sup>263</sup> Idem.

<sup>264</sup> “O desempenho de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde definiu em grande parte o intento nacionalizador do governo getulista, na medida em que planos diretores foram formulados e colocados em prática por esta importante pasta ministerial. Tanto a questão da educação quanto a questão da cultura enquadraram-se no objetivo de criar e impor sentimentos cívicos e patrióticos a todos aqueles que eram considerados cidadãos brasileiros”. WEIZENMANN. Op. Cit. p. 26-27.

<sup>265</sup> SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro da Costa, Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984. p. 141.

<sup>266</sup> Idem, pp.141-142.

crescente busca por centralizar diversas organizações, os Serviços de Inspeção dos Estabelecimentos de Ensino ficariam subordinados ao Departamento Nacional de Ensino. Segundo Cynthia Machado Campos, a instituição escolar do Estado pretendeu substituir o papel da família e comunidade de descendência estrangeira na aprendizagem da criança e pretendeu também ser um elemento de intervenção junto às famílias .<sup>267</sup>

Dada a largada para ser colocada em prática a Campanha de Nacionalização, esta precisaria encontrar a sua base. Segundo Ribeiro Couto, sua égide seria, com efeito, a língua.<sup>268</sup> Pela língua seria iniciado o processo de “aclimação cultural”, pois, de acordo com Couto, seria insensato esperar a nacionalização dos núcleos coloniais enquanto o projeto não tivesse como parâmetro a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa.<sup>269</sup>

O Decreto-Lei nº 406, instaurado em 04 de Maio de 1938, direcionava regras relacionadas às práticas culturais, educacionais e linguísticas dos imigrantes em solo brasileiro. Desta maneira, por meio deste decreto, foi proibido o ensino domiciliar e o uso da língua estrangeira nas salas de aula.<sup>270</sup> Paralelamente à busca pela consolidação da noção de Estado brasileiro e de padrões de homogeneidade, a noção de Língua Nacional implicada na necessidade de seu uso também se reforçava. Em março do mesmo ano, o Decreto-lei nº 88 acabou resultando no fechamento de cerca de 200 escolas ligadas a núcleos coloniais na região sul do Brasil.<sup>271</sup> Nesse mesmo ano, o Estado-Maior do Exército alertava sobre a necessidade de ampliar as medidas de nacionalização do ensino, pois estariam, naquele contexto, restritas às escolas da zona rural.<sup>272</sup>

De acordo com Eliana Rosa Sturza e Rejane Beatriz Fiepke, a língua apresenta-se como um instrumento que ultrapassa o serviço da comunicação humana. A sua relevância é capaz de atravessar campos múltiplos e diversos se deparando com questões

---

<sup>267</sup> Lei. Nº 259. Rio de Janeiro. 1.10.1936 In: CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil**. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2006. p.117.

<sup>268</sup> COUTO, Ribeiro. Língua Nacional e espírito nacional. **Revista de Imigração e Colonização**, Ano II, Ns. 2 e 3. Rio de Janeiro, 1941. p.790.

<sup>269</sup> Idem, p.791.

<sup>270</sup> Para Campos, a questão da língua se tornava estratégica. Assim sendo, o controle sobre o seu uso passou a ser de suma importância como forma de garantia da homogeneidade cultural, a afirmação do Estado sobre a sociedade e a integridade da nação. CAMPOS. Op. Cit. p.120.

<sup>271</sup> CÂMARA, de Lima Aristóteles. NEIVA, Artur Hehl. Colonização nipônica e germânica no sul do Brasil. **Revista de Imigração e Colonização**, Ano 1, Nº 2, Rio de Janeiro, 1940. p.92

<sup>272</sup> SCHWARTZMAN, Op. Cit. p. 153.

referentes à identidade, uma vez que consiste em uma característica peculiar inerente a cada indivíduo, a uma nação, a um povo.<sup>273</sup>

Para Jean Louis Calvet, as intervenções linguísticas podem ser classificadas como de iniciativa *in vivo* ou *in vitro*.<sup>274</sup> Ao que se refere às intervenções *in vivo*, estas teriam sua origem pautada a partir de escolhas realizadas pelos próprios indivíduos, sem haver, portanto, participação direta do Estado. Por outro lado, as intervenções *in vitro* seriam realizadas por meio de decretos e leis, sendo oficialmente denominadas de políticas linguísticas. Antonio Carlos Santana de Souza, em comentários acerca do trabalho desenvolvido por Calvet, argumentou:

Esses dois tipos de gestão, podem gerar conflitos, de modo que a política linguística pode ter uma função simbólica e ideológica. Quer dizer, os Estados, em determinados contextos, tendem a promover e a modificar o status e as funções sociais das línguas.<sup>275</sup>

Segundo Calvet, o poder político visa privilegiar “essa ou aquela língua”, o Estado passa então a ser governado em uma língua ou até mesmo impõe à maioria a língua de uma minoria. Caberia, dessa forma, ao Estado o poder e os meios ( a escola e os meios de comunicação) para que um planejamento linguístico seja colocado em prática, a fim de que se torne uma política linguística.<sup>276</sup> As intervenções na língua, a partir do argumento exposto, teriam, assim, um caráter eminentemente social e político.

Ao que se refere à língua, esta acabou por tornar-se a principal característica do nacionalismo alemão mesmo fora de suas fronteiras.<sup>277</sup> Ribeiro Couto afirmou que, segundo havia observado nas zonas de colonização germânica, o “mal” não estaria em muitas pessoas não saberem o idioma nacional, mas ele residiria em o mesmo não ser

---

<sup>273</sup> STURZA, Eliana Rosa; FIEPKE, Rejane Beatriz. A política linguística da Era Vargas e seus efeitos na vida de descendentes de imigrantes alemães de Novo Machado-RS. **Revista Trimestral de Letras da Universidade do Estado do Pará**. Jan-Mar. 2017.

<sup>274</sup> CALVET, Jean-Louis. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002. DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 17.

<sup>275</sup> SILVA FILHO, Marcelo Nicomedes dos Reis; SCHMIDT, Cristiane; DE SOUZA, Antonio Carlos de Santana. Interfaces entre a sociolinguística e a linguística aplicada: Por uma perspectiva social e política das línguas. **Revista Ecos** vol.20, Ano 13, nº 01, 2016. p. 347.

<sup>276</sup> Idem, p. 348.

<sup>277</sup> SCHWARTZMAN, Op. Cit. p.156.

empregado pelos que o sabem.<sup>278</sup> Couto afirmou que os teutos-brasileiros não dialogavam em português. As crianças que estariam em escolas com professores brasileiros, encontravam-se, segundo Couto, em uma atmosfera cultural inteiramente "não brasileira logo que finda as aulas e fecham os livros".<sup>279</sup> A escola primária não resolveria, na visão de Ribeiro Couto a questão da assimilação do estrangeiro.

porque nas ruas, nos jardins, nas igrejas, nos estabelecimentos de comércio, por toda parte os mesmos meninos só ouvem falar alemão e por toda parte sentem aquele desdém pelo idioma nacional, provocado pelo pejorativo conceito (estereótipos) em que é tido o brasileiro.<sup>280</sup>

E queremos que uma professorinha rural, fazendo meninos cantar o hino e soletrar a cartilha "Meu Brasil", nacionalize a população! Sobretudo quando, na igreja evangélica ou no templo católico, os sermões são em alemão, os hinos são em alemão e a aprendizagem do catecismo é em alemão!<sup>281</sup>

Couto sugeriu que cada brasileiro fosse revestido do direito de orgulhar-se de seus ascendentes e de manter, dentro de casa, o culto das tradições familiares. Entretanto, acima dessa liberdade e "desse louvável instinto de conservação étnica", estaria o interesse público que ordenava a prezar pela defesa dos vínculos de uma consciência, língua e cultura comuns.<sup>282</sup>

Lourival Câmara, então assistente-chefe do Departamento Estadual de Estatística em 1940, em estudo sobre o papel do elemento estrangeiro na formação socioeconômica de Santa Catarina, teve seu trabalho publicado na Revista de Imigração e Colonização. Câmara classificou os imigrantes alemães da seguinte forma:

(...) sob a designação genérica de "alemães" englobamos todos quantos procedem da Alemanha: provenham da Baviera, ou de Württemberg, ou da Saxônia ou da Suábia, como sejam hanoverianos ou bálticos. ou meclenbúrgueses ou hamburgueses. Origenem -se da Alta Alemanha, dos Vosges, da Turíngia como, também, das zonas planas regadas pelo Rêno ou pelo Vístula, ou pelo Elba.<sup>283</sup>

---

<sup>278</sup> COUTO, Ribeiro. Op. Cit. p. 790.

<sup>279</sup> Idem.

<sup>280</sup> Idem.

<sup>281</sup> Idem, p.797.

<sup>282</sup> Idem, p.798.

<sup>283</sup> CÂMARA, Lourival. Estrangeiros em Santa Catarina. **Revista de Imigração e Colonização**, Ano I, N° 4, Florianópolis, out., 1940. p. 694.

Em outra seção, com o subtítulo “efeitos maléficos da colonização”, Câmara argumentou que os alemães resistiram “à assimilação com pertinácia.”<sup>284</sup> No parágrafo seguinte, as razões para a resistência são apresentadas. Os colonos, em ocasião de sua chegada, teriam sido encaminhados para zonas distantes e de difícil acesso. Agrupados, em muitos casos, segundo a sua fé, vivendo isolados dos nacionais. Segundo o autor, o contato não seria essencial, uma vez que os colonos traziam de sua terra “o médico, o farmacêutico, o engenheiro, o sapateiro, o padeiro”<sup>285</sup>.

De acordo com Câmara, os colonos alemães se viram estimulados em aprender o português por razões comerciais. Resultando em um “hibridismo interessantes”<sup>286</sup>. Os alemães, no sul do país, teriam resistido através das sociedades de tiro, de danças e de canto.<sup>287</sup> “ Constituíam elas centro de refúgio, de reunião, de evocação da terra, dos alemães, tornando-se sólidas bastilhas em defesa da inassimilação”.<sup>288</sup>

Em termos do campo educacional, o alemão, de acordo com Lourival Câmara, teria rejeitado a escola nacional. Uma vez que seus filhos já frequentavam as aulas com professores alemães e ainda talvez porque a professora nacional não lhes inspirava confiança.<sup>289</sup> A escola alemã foi descrita como confortável e construída adequadamente pelos colonos, enquanto que a nacional estaria situada em prédio desapropriado “sem conforto nem pedagogia.”<sup>290</sup> A professora nacional, especulou Câmara, suspirava pelo retorno à cidade e odiava o mato, desconhecendo a terra e seus problemas.<sup>291</sup> O professor alemão foi descrito como uma autoridade que ia ao lar, rivalizando com a autoridade pastoral ou sacerdotal, modelando “na plasticidade infantil do brasileiro de oito e nove anos, o espírito germanico.”<sup>292</sup>

De acordo com Câmara e Neiva, em geral, o professor era o conselheiro da família e a sua opinião era acatada devido ao seu conhecimento intelectual, sua moral, bem como a sua conduta.<sup>293</sup> Para substituí-los argumentam que seria necessário recrutar

---

<sup>284</sup> Idem, p. 704.

<sup>285</sup> Idem.

<sup>286</sup> Idem, p. 705.

<sup>287</sup> Idem.

<sup>288</sup> Idem.

<sup>289</sup> A professora foi descrita por Lourival Câmara como “mal saída dos bancos escolares, sem experiência, desprovida de noções sobre a vida rural, e quase da idade dos alunos”. Idem, p. 707.

<sup>290</sup> Idem.

<sup>291</sup> Idem.

<sup>292</sup> Idem, p. 707.

<sup>293</sup> CÂMARA; NEIVA. Op. Cit. p. 93.

professores brasileiros com o nível moral, intelectual, ao menos, em igualdade de condições.<sup>294</sup> Para ambos, os professores alemães ganhavam salários compensadores, viviam com conforto, frequentavam o meio social selecionado onde gozavam de prestígio e estima e ainda aperfeiçoavam-se nas leituras modernas de livros e revistas instrutivas.<sup>295</sup>

Lourival Câmara apresentou a tese de que em termos da assimilação dos alemães, esta se daria rapidamente quando o alemão se configura como um elemento isolado em um meio nacional. <sup>296</sup>Uma vez acompanhado de outros alemães, o processo de assimilação seria lento, mas seguro. A geração vinda resistiria à assimilação “escudada na fortaleza da educação doméstica”.<sup>297</sup> Os já nascidos em solo brasileiro poderiam pender para o lado da ancestralidade.<sup>298</sup>

Outro fator que contribuiria para a não assimilação desse grupo étnico seria a presença do mentor religioso: o pastor ou o padre. O sucesso da missão ligada à religião não estava restrita ao sagrado, mas penetrava na lógica da organização social do grupo étnico.<sup>299</sup> De acordo com Schwartzman, inicialmente padres, pastores estrangeiros e até mesmo bispos brasileiros reagiram às medidas nacionalizantes. Dessa forma, até 1940, o governo não havia conseguido impor a obrigatoriedade dos sermões e das prédicas em língua portuguesa devido a forte reação por parte do clero.<sup>300</sup> Nesse contexto, teria sido cogitado a nacionalização do clero, todavia, o projeto foi abandonado devido ao número insuficiente de padres brasileiros para atender aos fiéis.<sup>301</sup>

As colônias alemãs situadas no Brasil procuraram por lideranças religiosas na Alemanha. As irmãs de Caridade precisariam ter a mesma origem, de acordo com o artigo: “as irmãs, em sua quase totalidade, são alemãs, vindas ultimamente da Europa, e todas ainda moças.”<sup>302</sup> Câmara sugeriu que os pastores e padres alemães eram elementos poderosos contra o processo de assimilação.

Desse inquérito, concebido sem nenhuma ideia preconcebida, resultou para nós a convicção de que, com os professores das escolas coloniais, e os jornalistas

---

<sup>294</sup> Idem.

<sup>295</sup> Idem.

<sup>296</sup> CÂMARA, Lourival. Op. Cit. p. 707.

<sup>297</sup> Idem.

<sup>298</sup> Idem.

<sup>299</sup> SCHWARTZMAN, Op. Cit. p.162.

<sup>300</sup> Idem, p.163.

<sup>301</sup> Idem.

<sup>302</sup> CÂMARA, Lourival, Op. Cit. p. 708.

alemães, são os padres os mais radicais, impenitentes (...) agentes da germanização das populações coloniais (...).<sup>303</sup>

O texto chegou a comparar alemães e italianos, argumentando que o primeiro grupo demonstrou maior homogeneidade, resistindo sempre, até aquele momento, e por todos os meios à planificação.<sup>304</sup> Esses colonos teriam “permanecido alemães” e educado seus descendentes de acordo com a cultura alemã. Por outro lado, o italiano teria sido mais maleável, as escolas italianas teriam sido fechadas à medida em que escolas nacionais iam sendo construídas, fato que não teria acontecido no caso alemão.<sup>305</sup>

Os dirigentes do governo Imperial foram apontados como agentes que promoveram “sem considerações prévias, nem diretrizes, a vinda aos milhares de gente da Europa, para espalhá-las pelas regiões sulinas do país”.<sup>306</sup> As colônias fundadas pelos imigrantes foram indicadas como convertidas em Estado dentro do próprio Estado.<sup>307</sup> Os governantes anteriores foram então acusados de permitirem que os núcleos coloniais se desenvolvessem à parte, com autonomia, esses governantes não teriam cogitado a união ou a educação como medidas assimiladoras, ocasionando, de acordo com o escrito, um panorama onde milhares de “filhos do Brasil a desconhecem-no e a falam idiomas estranhos”.<sup>308</sup>

A Campanha de nacionalização é descrita por Lourival Câmara como a “solução para a questão da assimilação”. Dessa maneira, Câmara sugeriu uma intensa campanha educacional, a criação de escolas em quantidade e em qualidade, bem como a “completa nacionalização do clero”.<sup>309</sup> Assim, o projeto nacionalizador para os denominados “quistos étnicos” estaria pautado em atingir a juventude bem como as crianças e os adolescentes.

O estrangeiro se nacionalizará se o educarmos, se lhe dermos escolas e vias de comunicação, se o tivermos à conta de irmão, se o ensinarmos a amar o Brasil, contando-lhe a nossa história e inculcando-lhe fé em nosso futuro. Só com amor conseguiremos a nacionalização desejada. Porque, passados séculos, quando o tempo a quase tudo soterrou, se alevanta, grandioso, fulgente, verdadeiro guieiro, o aforisma de Platão: “Só o amor constrói para a eternidade.”<sup>310</sup>

---

<sup>303</sup> Idem.

<sup>304</sup> Idem.

<sup>305</sup> Idem. p. 710.

<sup>306</sup> Idem, p. 711.

<sup>307</sup> Idem.

<sup>308</sup> Idem.

<sup>309</sup> Idem.

<sup>310</sup> Idem.

No ano seguinte à elaboração dos escritos de Câmara, foi publicado pela Revista de Imigração e Colonização, um relatório apresentado por Ribeiro Couto ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. No relatório, que se propunha a discutir acerca do “problema da nacionalização”, Couto sugeriu que as colônias estrangeiras “até bem pouco, existiam sem problema imediato para a segurança nacional”.<sup>311</sup> De acordo com Couto, a questão que se revestia de um caráter racial e demográfico até então, passaria a se revestir, naquele contexto, de aspectos pautados na segurança nacional.<sup>312</sup>

Para dar ares de legalidade ao argumento nacionalizador, Ribeiro Couto argumentou que a Constituição brasileira que estava em vigor, a de 10 de Novembro, garantia todos os elementos para pôr em prática uma “legislação adequada a tais problemas, quando subordina a liberdade de nacionais e estrangeiros aos interesses mais altos da ordem pública e do bem público.”<sup>313</sup> O art. 123, tratando dos direitos e das garantias do cidadão, deixaria explicitado:

A especificação das garantias e direitos acima enumerados não exclui outras garantias e direitos, resultantes da forma de governo dos princípios consignados na Constituição. O uso desses direitos e garantias terá por limite o bem público, as necessidades da defesa, do bem estar, da paz e da ordem coletiva, bem como as exigências da segurança da Nação e do Estado em nome dela constituído e organizado nesta Constituição.<sup>314</sup>

Segundo Couto, quanto mais frouxos fossem os laços dos grupos humanos inseridos na Nação e “menos brasileiro for o seu espírito”, mais fracas seriam as defesas do Estado.<sup>315</sup> Couto afirmou que os núcleos coloniais não deveriam ser vistos como isolamentos propositais dada a vasta extensão territorial do Brasil, sendo natural que a distância e a falta de comunicação compelsse os imigrantes ao que ele denominou de “centripetismo patriarcal”<sup>316</sup>, ou seja, a formação de centros coloniais afastados dos centros urbanos (grifo nosso).

Couto argumentou que essa prática teria sido comum na formação social do território durante o Brasil Colonial, com a criação de remotos clãs rurais que

---

<sup>311</sup> COUTO, Ribeiro. Problema da nacionalização. In: **Revista de Imigração e Colonização**. Ano II, Nº1, Rio de Janeiro. Jan. 1941. p. 20.

<sup>312</sup> Idem.

<sup>313</sup> Idem, p.21.

<sup>314</sup> Idem.

<sup>315</sup> Idem.

<sup>316</sup> Idem, p.24.

escapariam até mesmo da autoridade da Coroa.<sup>317</sup> De acordo com o autor, o isolamento seria consequência de condições de ordem econômica ou do meio geográfico relacionadas diretamente ao preço da terra e às vantagens do clima, por exemplo. Caberia ao Estado acompanhar o homem em “sua marcha pelo país adentro”<sup>318</sup>. Criar escolas e vias de comunicação seriam, na visão de Couto, deveres mínimos do Estado, e prossegue:

À proporção que o machado abate as florestas, que as lavouras surgem do chão e do gado se espalha pelo campo, cada núcleo de colonos tem direito a um professor de primeiras letras e a uma estrada para mandar o produto ao mercado. O abandono em que ficaram os núcleos rurais estrangeiros, entregues ao seu próprio esforço, favoreceu o aparecimento de centros urbanos com o mesmo caráter isolacionista. (...) o que competia ao colono, foi construído; o que dependia do Estado, ficou para um indefinido amanhã.<sup>319</sup>

Segundo Couto, essa seria a primeira vez na história brasileira em que o poder público estaria tomando frente do que chamou de “problema da nacionalização dos imigrantes e seus descendentes”.<sup>320</sup> Dessa maneira, Ribeiro Couto atribuiu ao Decreto-lei nº 406 de 04 de maio de 1938 o início desse projeto, quando o poder público passou a ter a responsabilidade de intervenção na composição étnica da população.<sup>321</sup> Assim, durante o Estado Novo, a política de imigração esteve articulada com os aspectos da nacionalização.

Neiva e Câmara sugeriram que se poderia afirmar sem receio algum que o Estado Novo teria sido o primeiro regime brasileiro a enfrentar “o problema (da assimilação) de maneira prática e eficiente”.<sup>322</sup> Segundo os autores, o Governo Federal passou a legislar de forma profícua e ativamente, sobre o assunto da nacionalização. Essas medidas mais assertivas poderiam ser verificadas nos atos “promulgados” onde em seus artigos, seriam encontrados um conjunto de medidas com maior expressão e relevância para a nacionalização.<sup>323</sup>

O Conselho de Imigração e Colonização teria resumido a nova doutrina em um relatório enviado a Vargas a respeito do novo decreto. O CIC havia sugerido que o Estado não teria somente o direito, mas sim o dever de intervir na composição de sua

---

<sup>317</sup> Idem.

<sup>318</sup> Idem.

<sup>319</sup> Idem.

<sup>320</sup> Idem, p.26.

<sup>321</sup> Idem.

<sup>322</sup> CÂMARA; NEIVA. Op. Cit. p. 94.

<sup>323</sup> Idem.

população, de maneira a criar a maior cooperação possível entre os diversos elementos que a formam.<sup>324</sup> O art. 2º do Decreto-lei nº 406, advertia que o governo reservava-se do direito de limitar ou suspender, por razões econômicas ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas *raças* ou *origens*, ouvindo o Conselho de Imigração e Colonização.<sup>325</sup> O estrangeiro não seria mais pura e simplesmente tratado como “braço”, mas como um elemento de composição étnica.<sup>326</sup>

O Decreto-lei nº 406 nos arts. 39 e 42, estabeleceria as diretrizes no que tange à fuga da concentração étnica e da promoção da assimilação do estrangeiro, respectivamente. Em seu inciso primeiro, o decreto acabou por estabelecer para cada núcleo colonial a cota com o mínimo de 30% de brasileiros residentes e o máximo de 25% para cada nacionalidade de estrangeiros, na falta de brasileiros, a porcentagem poderia ser preenchida por grupos estrangeiros, mediante a aprovação do Conselho de Imigração e Colonização, de preferência, por portugueses.<sup>327</sup>

O objetivo, segundo Couto do projeto de nacionalização residia no desejo em “manter o fundo tradicional da nossa nacionalidade, esse substrato ibérico que determinou as características psicológicas do nosso povo”<sup>328</sup>. A instauração da Campanha de Nacionalização projetaria o quadro futuro com a preservação dessas “mesmas características culturais”<sup>329</sup>.

Em 25 de agosto de 1939, seria instaurado o Decreto-lei nº 1.525. A partir de então foram distribuídos entre os diversos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal a tarefa de “perfeita adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros”.<sup>330</sup> No seu artigo primeiro a lei sugeriu os meios para a obtenção da assimilação, esta seria concretizada através do ensino e do uso da língua nacional, por meio do cultivo da história do Brasil, pela incorporação em instituições com características patrióticas como também por todos os meios que poderiam contribuir para a formação de uma consciência comum.<sup>331</sup> Nesse mesmo ano, o major Euclides Sarmiento em

---

<sup>324</sup> Idem.

<sup>325</sup> Idem.

<sup>326</sup> Decreto-lei nº 3.010, art. 1º, de 20 de agosto de 1938. Dentre outros pontos, o imigrante deveria contribuir para a preservação da constituição étnica do Brasil, suas formas políticas e seus interesses econômicos e culturais.

<sup>327</sup> COUTO, Op. Cit. p.28.

<sup>328</sup> Idem.

<sup>329</sup> Idem.

<sup>330</sup> Idem.

<sup>331</sup> Idem, p.29.

comunicação com o Ministro da Educação, sugeriu sentir a ausência de um representante do ministério em questão no Conselho de Imigração e Colonização, para lidar com o setor educativo, destacando o papel do Exército que atuaria em consonância com as ações educacionais nacionalizantes.<sup>332</sup>

Por fim, Ribeiro Couto apresentou quatro questões que considera fundamentais para uma política de nacionalização que deseja fazer-se eficaz. Essas ações não deveriam ser colocadas em prática de forma fragmentada ou unilateral, sendo necessário agir simultaneamente, com coesão e a partir de movimentos combinados sobre o que considerava como os fatores causais da desnacionalização, ou seja, com a instauração de instituições que buscassem centralizar essas medidas.

- a) quebrar o isolamento geográfico e social dos núcleos de estrangeiros ou seus descendentes;
- b) evitar a formação de novos núcleos homogêneos;
- c) favorecer a inclusão de famílias brasileiras nos núcleos existentes;
- d) multiplicar os demais fatores ambientais da nacionalização.<sup>333</sup>

Ribeiro Couto distinguiu, em seu trabalho, em duas categorias as medidas de nacionalização. Em primeiro lugar, havia aquelas de caráter permanente, seguidas pelas que possuíam caráter passageiro. As últimas estariam atreladas a situações como a guerra europeia e estariam fadadas ao desaparecimento quando fossem findassem as suas causas. Essas medidas só interessariam às autoridades do país em uma determinada fase da vida mundial, refletindo na ordem pública interna.<sup>334</sup> As medidas permanentes diziam respeito à integração dos estrangeiros e seus descendentes “na sensibilidade, no espírito e nos costumes nacionais”<sup>335</sup>. Tais medidas, teriam que influir sobre o que foi denominado por Couto de etnias resistentes.<sup>336</sup>

---

<sup>332</sup> SCHWARTZMAN, Op. Cit. p.153.

<sup>333</sup> COUTO, Op. Cit. p.30.

<sup>334</sup> Idem, p.31.

<sup>335</sup> Idem.

<sup>336</sup> Idem.

O autor destacou que em caso de assimilação, haveria resquícios psíquicos “que nenhuma compressão eliminaria, porque têm raízes biológicas e culturais (vida de família, orgulho genealógico, atração nupcial pelos da mesma raça, preferências intelectuais).<sup>337</sup> Couto prossegue afirmando que não se poderia estranhar que um filho de alemão, nascido em solo brasileiro, se casasse com uma alemã, quisesse ensinar alemão aos filhos ou que tivesse em casa livros em alemão. Por outro lado, o autor destacou que o que se deveria combater era o seu isolamento cultural em um meio homoganeamente alemão, caso contrário, o descendente de alemães perderia as características espirituais brasileiras.<sup>338</sup>

Em síntese, Ribeiro Couto sugeriu que o objetivo da Campanha de Nacionalização consistiria em estimular os descendentes de estrangeiros a fim de que estes se sentissem como brasileiros, e ainda que os pais não interferissem “a essa integração psicológica dos filhos no meio brasileiro.”<sup>339</sup> De acordo com o autor, para colocar em prática uma “adequada política de assimilação”, era necessário tomar conhecimento acerca do “teor da resistência de cada terreno étnico estrangeiro” para que se pudesse graduar os meios de ação.<sup>340</sup> Couto ainda argumentou que somente a prática poderia indicar a oportunidade e a propriedade do emprego desses meios.

O autor cita o caso dos teutos-brasileiros, elogiando-os afirmando a lealdade para com o Brasil dessa população ao longo dos anos, fornecendo figuras para a vida parlamentar, militar, política e diplomática do país. Entretanto, esse grupo estaria naqueles últimos anos sendo “objetos de doutrinação política estrangeira” e sendo incorporado a “categorias ideológicas incompatíveis com a nossa ordem pública”.<sup>341</sup> Segundo Couto, o “abrasileiramento” não se daria às pressas, as leis de nacionalização teriam traçado diretrizes que permitiam conciliar os interesses da preservação étnica com o desenvolvimento econômico que a imigração representava.<sup>342</sup>

Ao que compete à presença germânica no Brasil em 1940, o major Aristóteles de Lima Camara e Artur Hehl Neiva, em relatório de 1940 acerca das visitas realizadas ao Vale do Itajaí como também nas zonas de colonização alemã e japonesa, sugeriram que em todos os pontos de Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais e Rio de

---

<sup>337</sup> Idem, p.32.

<sup>338</sup> Idem.

<sup>339</sup> Idem.

<sup>340</sup> Idem, p.33.

<sup>341</sup> Idem.

<sup>342</sup> Idem, p.34.

Janeiro os núcleos alemães estariam assimilados. O que ambos denominaram de “problema da nacionalização”, estaria presente nos estados sulistas. Os autores argumentaram que as colônias germânicas das regiões norte e nordeste do Brasil acabaram desaparecendo, enquanto as da região sul cresceram e prosperaram.<sup>343</sup>

Neiva e Câmara afirmaram que havia um índice positivo na prosperidade da zona germânica: a sua contribuição para a renda do estado de Santa Catarina. Da renda total de 43 municípios, cerca de metade era proveniente dos 11 municípios que era colonizados por alemães.<sup>344</sup> Entretanto, Ribeiro Couto salientou que a prosperidade das lavouras, bem como das indústrias desses núcleos coloniais germânicos deveria em parte ser atribuída aos governos nacionais que teriam oferecido estímulos para tal, multiplicando os mercados de consumo com o incessante apelo a novas correntes imigratórias e com a adoção de tarifas adequadas.<sup>345</sup> E prossegue:

para que eles vencessem, foi necessária a cooperação até dos próprios caboclos que auxiliaram a derrubada dessas matas. A prosperidade das colônias germânicas (...) jamais poderá converter-se em argumento contra a Excelência do próprio Estado que a desejou deliberadamente.<sup>346</sup>

Endurecendo ainda mais as medidas racionalizadoras em relação aos imigrantes no Brasil, por meio do Decreto-lei nº 3.010 de 20 de agosto de 1938, nenhum estabelecimento comercial ou industrial dos núcleos coloniais poderiam ter nomes estrangeiros. Meses antes, pelo Decreto-lei nº 383 de 18 de abril, aos estrangeiros ficou vedado organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e qualquer estabelecimento de caráter político, mesmo que o fim destes não fossem os de propaganda ou difusão de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. O mesmo decreto impediu os estrangeiros de manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas e empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão de ideias com fins políticos ou culturais.

Em termos de publicações de cunho jornalístico realizadas por alemães, entre os anos correspondentes de 1852 a 1939, circularam no Brasil mais de meia

<sup>343</sup> CÂMARA, de Lima Aristóteles. NEIVA, Artur Hehl. Colonizações nipônica e germânica no sul do Brasil. **Revista de Imigração e Colonização**, Ano 1, Nº 2, Rio de Janeiro, 1940. p.68.

<sup>344</sup> Idem, p.89.

<sup>345</sup> COUTO, Ribeiro, 1941. Op. Cit. p. 764.

<sup>346</sup> Idem.

centena de jornais editados em alemão destinados às “colônias”. Campos argumentou que no ano de 1939 existiam cerca de sessenta periódicos editados em língua estrangeira no Brasil, dos quais dezesseis, em língua alemã.<sup>347</sup> Alguns jornais teriam circulado por mais de cinquenta anos como o *Kolonie Zeitung* de Joinville (1862-1939) com uma pequena interrupção na sua publicação em 1917.<sup>348</sup> Em Santa Catarina, de acordo com Camara e Neiva, existiam oito periódicos em língua alemã, sendo o de Jaraguá fechado pela prefeitura local.<sup>349</sup> Ainda em 1938, o Decreto-Lei nº 329 de 27 de abril, regulamento a expulsão do estrangeiro que por qualquer motivo comprometesse a Segurança Nacional, a estrutura das instituições ou a tranquilidade pública.<sup>350</sup>

De acordo com Geraldo, a questão imigratória compreendia em especial o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e o do Trabalho, Indústria e Comércio. Nesse período, Francisco Campos ocupava a pasta do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e de acordo com Geraldo, este passou progressivamente a ser crítico das ações do Conselho de Imigração e Colonização, buscando centralizar para si o controle acerca da entrada de estrangeiros no Brasil. Com o Decreto-Lei nº 3.175, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores concentraria o controle sobre a concessão de vistos aos estrangeiros.<sup>351</sup>

Com a finalidade de popularizar o regime político nas camadas da população brasileira, foi instituído um organismo especializado para este fim: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939. Este órgão esteve subordinado ao presidente da República e possuía o objetivo primário de controlar a produção cultural do país, tanto em jornais e rádios, como nas produções cinematográficas, livros, letras de músicas populares, teatros e até mesmo o turismo.

Livros, cartilhas e a promoção de monografias sobre o presidente integravam a estrutura de uma propaganda sistemática do governo, centralizada e coordenada pelo DIP.<sup>352</sup> O monopólio sobre os veículos de informação para Weizenmann, desejava “construir um sistema de valores a serem incorporados pela sociedade e

---

<sup>347</sup> CAMPOS. Op. Cit. p. 223

<sup>348</sup> SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: FCC. 1982. p.18.

<sup>349</sup> CÂMARA; NEIVA. Op. Cit. p. 92.

<sup>350</sup> Decreto-lei nº 329. Rio de Janeiro. 27.04.38. Segundo Ribeiro, cerca de 778 estrangeiros foram expulsos pelo governo brasileiro no período de 1930 a 1945. RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. **Venha o decreto de expulsão – A legitimação da ordem autoritária no governo Vargas**. Dissertação de mestrado em História, FFLCH/USP, São Paulo, 2003, p. 45.

<sup>351</sup> GERALDO, Op. Cit. p. 177.

<sup>352</sup> WEIZENMANN. Op. Cit.p.28

introjetados na consciência popular, apresentando o regime implantado em 1937 como novo e nacional” .

A pressão e a vigilância exercidas sobre a população eram efetuadas tanto por grupos do DIP, como pela atuação da polícia política, principalmente no Rio de Janeiro, através de Filinto Müller. Além da capital federal, nos estados brasileiros a estrutura repressiva passaria a determinar as diretrizes de uma política nacional, em prol da segurança nacional. Dessa maneira, departamentos especializados em repressão social e política, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), tornaram-se instrumentos comuns e legítimos, elementos considerados essenciais para a preservação da unidade, da estabilidade e da harmonia social. Neste sentido, durante todo o período, o DOPS, o DIP, juntamente com o Ministério da Educação e Saúde foram responsáveis por ações diretamente relacionadas ao projeto de nacionalização da população estrangeira no Brasil, concretizada em diferentes categorias sociais.

Caberia ao Ministério da Educação a tarefa, segundo Schwartzman, de atuar junto à Igreja, com o papel de transformá-la em um órgão que colaborasse diretamente com o governo. Dessa forma, seria preciso auxiliar a organização de sociedades recreativas e culturais , modificar as já existentes, com a finalidade de modelá-las dentro de um “espírito de brasilidade”.<sup>353</sup> Já o Ministério do Trabalho traria contribuições para a Campanha de Nacionalização fazendo com que a organização sindical penetrasse nas “zonas comprometidas pela má colonização”, transformando as agremiações operárias em sindicatos nacionais.<sup>354</sup> As providências legais para a execução do plano de nacionalização caberia ao Ministério da Justiça, ao ministério também recaía a responsabilidade de elaborar a legislação complementar ao que dissesse respeito à “limitando a influência estrangeira em todos os seus aspectos e proibindo o uso de outros idiomas que não o nacional em todos os atos”.<sup>355</sup>

### **2.3 Conclusão**

Antes mesmo da instauração do Estado Novo, o governo de Vargas já vinha aumentando as estratégias de controle sobre os estrangeiros. Os imigrantes foram

---

<sup>353</sup> SCHWARTZMAN, Op. Cit. p.144.

<sup>354</sup> Idem, p. 145.

<sup>355</sup> Idem.

facilmente acusados de transmissores de “ideologias estrangeiras”, que iam desde o anarquismo e o socialismo até o fascismo e o nazismo. Durante o governo Vargas, o combate às influências nazistas, puderam eximir o governo das acusações de desempenhar uma política nacionalista xenófoba, tornando-se legitimamente o protetor de uma “indivíduo nacional contrária à doutrina nazi-fascista”.<sup>356</sup>

A Campanha de Nacionalização foi o meio utilizado pelo governo estadonovista para reforçar os padrões de homogeneidade, intervindo para tal nos campos referentes à cultura e bem como da educação. O modelo nacionalista aplicado no Brasil, visava transformar a nação em um todo orgânico, uma entidade política, moral e econômica em que os seus fins se realizariam no Estado.<sup>357</sup> Por outro lado, construir a nacionalidade implicava em destruir as diferenças.<sup>358</sup> Nas palavras de Simon Schwartzman, a nacionalização do ensino “acabou sendo a expressão mais pura da tentativa de destruição de uma cultura lentamente edificada, mas que não tinha mais espaço para a nova ordem política do país”.<sup>359</sup> Ainda em tempo, Schwartzman sugeriu que o episódio nacionalizador possuía feição conservadora e autoritária, marcado pelo caráter excludente, avesso à convivência diversificada e pluralista.<sup>360</sup>

O discurso ideológico pode, dentre outros fatores, ser compreendido como um sistema com lógica e rigor próprios, de representações, entre mitos, imagens, ideais ou conceitos, dotado de uma função histórica no interior de uma dada sociedade. Existe, portanto, uma intencionalidade quando são selecionados determinados fatos em detrimento de outros para reproduzir a realidade através das palavras, dos textos e das imagens divulgadas pelos meios de comunicação de massa. Nos discursos cristalizam-se conflitos históricos, culturais e sociais.

Para Roger Chartier, as representações e classificações são mutáveis no tempo e no espaço, contribuindo para a configuração do mundo social. Tais categorias (as representações e classificações) são produtos históricos produzidos por um conjunto de práticas discursivas, sociais e políticas que estão em constante conflito. Dessa forma, Chartier expõe que as representações estão inseridas em um espaço de luta, em que um grupo busca impor a outros sua concepção de mundo, legitimando-se através de sua

---

<sup>356</sup> Idem, p.146.

<sup>357</sup> Idem, p.167.

<sup>358</sup> Idem, p. 150.

<sup>359</sup> Idem, p.161.

<sup>360</sup> Idem, p.166.

capacidade de “fazer crer”.<sup>361</sup>

Produz-se, assim, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser. Ao designar, portanto, a identidade coletiva delimita-se o seu “território” e as suas relações com o meio ambiente e com os “outros”, formando ainda as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados.<sup>362</sup> Georges Balandier argumentou que o poder transforma durante algum tempo a cena política em um teatro trágico, pois que a meta do drama é a morte física ou moral daqueles que o poder acusa em nome da salvaguarda da forma e dos valores supremos da sociedade.<sup>363</sup>

Sendo assim, cremos que a disseminação das diversas construções discursivas sobre a existência de grupos não assimilados à nação brasileira, fora providencial para o regime estadonovista, no sentido que legitimava ações de coerção contra os “inimigos objetivos”. Dessa maneira, gradativamente, diversas medidas em forma de decretos-lei foram sendo elaboradas e colocadas em prática antes mesmo da implementação do governo do Estado Novo. Muitas dessas medidas foram resultados diretos dos estudos e debates publicados na Revista de Imigração e Colonização (RIC), diversos desses estudos procuraram achar soluções para o que foi classificado como “o problema da nacionalização”. Uma das soluções seria a implementação de uma Campanha de Nacionalização fortemente federalizada.

Enquanto diversas comunidades alemãs existentes no Brasil eram alvo das autoridades policiais sob a égide do discurso salvacionista, o regime varguista ampliava as bases sustentadoras de seu Estado autoritário e justificava, através desses discursos, a mobilização de recursos para as “agências de combate”. Por fim, “o nacionalismo brasileiro encontrou no nacionalismo alemão seu modelo, seu fantasma e seu limite”.<sup>364</sup>

---

<sup>361</sup> CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. In: \_\_\_\_\_. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p. 172.

<sup>362</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985. p. 309.

<sup>363</sup> BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1982. p. 10.

<sup>364</sup> SCHWARTZMAN, Op.Cit. p.169.

### III: A Instituição Policial do Estado Novo e o Presídio Político da Ilha das Flores.

*A ordem e a desordem da sociedade são como o verso e o inverso de uma moeda, indissociáveis. Dois aspectos ligados, dos quais um, à vista do senso comum, aparece como a figura invertida do outro. Esta inversão da ordem não é sua derrubada, dela é constitutiva, ela pode ser utilizada para reforçá-la. Ela faz a ordem com a desordem, assim como o sacrifício faz a vida com a morte, a "lei" com a violência apaziguada pela operação simbólica<sup>365</sup>.*

Segundo Fernando Catroga, podemos evocar um valor social em relação à memória, sendo esta também sujeita a uma sobredeterminação social. Essas questões remetem para a maneira como cada um se filia no seu próprio passado e como, explicitamente, constrói a sua identidade e a distingue dos outros<sup>366</sup>.

Catroga argumentou que a memória individual pode ser formada pela coexistência, tensional, nem sempre pacífica, de diversas memórias: pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais, em constante construção devido a incessante mudança do presente em passado e as consequentes alterações ocorridas no campo das representações do pretérito<sup>367</sup>. O autor sugeriu a que a consciência do eu se constrói através da correlação com as memórias adquiridas, sendo estas somente construídas a partir de narrações contadas por outro, provando assim que a memória é um processo relacional e intersubjetivo<sup>368</sup>.

Para Pierre Nora a memória seria um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente<sup>369</sup>. Nora enfatiza que a necessidade da memória é uma necessidade da história<sup>370</sup>. Por outro lado, Michael Pollak, ao referir-se aos “não-ditos”, dirá que a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos de uma

---

<sup>365</sup> BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1982. p. 41.

<sup>366</sup> CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quareto, 2001. p.15.

<sup>367</sup> Idem, p.16.

<sup>368</sup> Idem, p. 18.

<sup>369</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. N° 10. 1993. p. 9.

<sup>370</sup> Idem, p. 14.

memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam impor<sup>371</sup>.

Em se tratando da memória coletiva, Pollak, argumentou acerca da importância do fornecimento de um quadro de referência e de pontos de referência quando existe o objetivo de manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, esta seria a função essencial da memória comum. O trabalho de enquadramento da memória se alimentaria, segundo o autor, do material fornecido pela história que deve reinterpretar incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro<sup>372</sup>. Pois o sentido da identidade individual e do grupo está também em jogo na memória<sup>373</sup>. Porém, se faz necessário ressaltar a existência de uma margem para os abusos da memória, através das narrativas desencadeadas pela memória oficial.

De acordo com Luvizotto, a compreensão do mundo é organizada pela tradição, pelo fato de ela ser fundamentada na superstição, na religião e nos costumes<sup>374</sup>. Acrescentamos à concepção de Luvizotto que a compreensão do mundo pode ser em muitos casos marcada pela seleção de memórias elaboradas por autoridades, grupos que desejam estabelecer a memória oficial, colocando à margem aquilo que poderíamos classificar como não enquadrada ao modelo então estabelecido por esses elementos.

Segundo sugeriu Luvizotto, a tradição pode ser entendida como essencialmente excludente. Apenas os iniciados, os admitidos, ou seja, aqueles que fazem parte do grupo, *o nós*, podem participar e compartilhar da sua verdade, do seu ritual. A marginalização, discriminação daquele que não é iniciado, portanto, *o outro (eles)*, é fundamental para fortalecer o status do guardião, aquele que detém o poder de transmitir a tradição e do ritual em si<sup>375</sup>. Podemos sugerir que o projeto nacionalizador no contexto do Estado Novo pretendeu incorporar a noção de brasilidade e ainda que houvesse uma distinção daquele que seriam reconhecidos um grupo diante do restante daqueles que seriam classificados como “*outros*”: as comunidades imigrantes instaladas no país ou qualquer indivíduo classificado pelas autoridades policiais do período como perigoso à Segurança Nacional.

### 3.1: A Polícia Política

---

<sup>371</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989. p.5

<sup>372</sup> Idem, pp: 9-10.

<sup>373</sup> Idem, p. 10.

<sup>374</sup> LUVIZOTTO. Op.Cit. p.65.

<sup>375</sup> Idem, p. 69.

Como artefatos da história, os arquivos são produtos de operações humanas que perduram através do tempo, monumentos do passado que guardam, dentre infinitas possibilidades, uma seleção possível e finita de materiais<sup>376</sup> Em relação aos arquivos policiais, deve-se, evidentemente, enfrentar o desafio de compreender não só o que dizem as fontes produzidas pelos órgãos policiais, mas também a intencionalidade e as finalidades políticas específicas de sua produção.

A vasta documentação reunida nos arquivos policiais evidencia que parte considerável do poder da polícia política resulta da eficácia dessa operação de produção, acumulação e organização de documentos, pois são nos seus fichários e prontuários que se encontram inscritos e classificados os “criminosos políticos”, as “carreiras criminais” e a “vida pregressa” dos “subversivos reincidentes”. Trata-se, antes de tudo, de um poder de escrita<sup>377</sup>.

De acordo com Foucault, os arquivos de registros escritos seriam uma peça central do poder de polícia, esse poder, por outro lado, seria responsável por classificar, catalogar e organizar o mundo social. O exame que colocaria os indivíduos em um campo de vigilância, os situaria igualmente em uma rede de anotações escritas, comprometendo-os em toda uma quantidade de documentos que os captam como também os fixam. Tentar compreender, portanto, os alicerces políticos e ideológicos que sustentam as visões de mundo dos policiais responsáveis pela produção dos documentos que estudamos é uma etapa necessária ao trabalho de todo pesquisador interessado nos arquivos policiais.

Segundo Luciana Lombardo Costa Pereira, nosso esforço de desnaturalização dos arquivos policiais deve começar com a reflexão sobre as origens da própria instituição policial, suas estratégias de atuação e sua lógica interna.<sup>378</sup> Dessa forma, desejamos suscitar questões acerca da montagem da aparelhagem policial enquadrada em nosso recorte temporal, bem como da sua atuação junto à sociedade do período.

O exercício da função de polícia política no Rio de Janeiro data de 1900, como atribuição do chefe de Polícia do Distrito Federal, por meio do decreto nº. 3.610, de 14 de abril. No entanto, somente nos anos de 1920, uma polícia política seria de fato organizada como uma especialização da polícia comum. No contexto da década de 20, a constituição do aparato policial no Brasil representou a tentativa de bloqueio das práticas

---

<sup>376</sup> PEREIRA, Costa Lombardo Luciana. Nos arquivos da Polícia Política: Reflexões sobre uma experiência de pesquisa no DOPS do Rio de Janeiro. *Acervo*, V. 27, Nº 1, P. 254-267, Rio de Janeiro. JAN./JUN. 2014 – p.255.

<sup>377</sup> *Idem*, p. 258.

<sup>378</sup> *Idem*.

comunistas, além da tentativa de eliminação dos que eram classificados pelas autoridades políticas e policiais como inimigos sociais.

As duas estratégias andaram de mãos dadas e podem ser visualizadas a partir do estudo da atuação da Polícia Política e de outros departamentos policiais em ação<sup>379</sup>. Nesse contexto de perseguição e de repressão, podemos indicar que a polícia estadonovista acabou por ampliar a sua esfera de atuação, com a criação de departamentos específicos de controle do complexo universo institucional sobre o qual sobrevivia o Estado autoritário.

A polícia brasileira demonstrou-se desde cedo uma instituição fundamental para a sobrevivência do Estado Novo, ativando suas secretarias em todos os estados do Brasil e organizando uma estrutura repressiva contra os “perigos” sociais e políticos. Engajados nesse propósito estavam diferentes departamentos e delegacias, como o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), o Departamento de Ordem Política e Social, a Divisão de Polícia Política e Social (DPS), além do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). A toda esta divisão administrativa da polícia, adicionaram-se forças complementares à Polícia do Distrito Federal, como era o caso da Polícia Especial e da Guarda Civil .<sup>380</sup>

As polícias procuram organizar as diretrizes de seu funcionamento apoiando-se na ordem constitucional vigente e como justificativa do seu plano de ação, utilizam os conceitos de ordem pública e segurança interna. Enquanto o direito define quem são os desviantes e o modelo de organização social estabelece o padrão de ordem, a polícia se apresenta como um “poder mantenedor do direito”, portanto, a Constituição Federal de 1934 declarou o “estado de emergência”. Nesse contexto, foi instaurada a suspensão dos direitos e garantias individuais e os crimes cometidos contra a “segurança do Estado” passariam a ser julgados por uma justiça especial. Estes dispositivos foram recompilados na Constituição do Estado Novo.

A estratégia de isolamento do réu político foi implementada em 1938 que regulamentou a “prisão preventiva do alienígena”, visando sobretudo, o réu estrangeiro. Com o Código Penal de 1940, as ditas “medidas de segurança” podem ser aplicadas no

---

<sup>379</sup> PEDROSO, Regina Célia. **Estado autoritário e ideologia policial**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005. p.130.

<sup>380</sup> WEIZENMANN, Tiago. **CORTANDO AS ASAS DO NAZISMO: Representações e imaginário sobre o nazismo na revista Vida Policial (1942-1944)**. Unisinos, São Leopoldo, 2008. p.49.

pressuposto da perigosidade. Nesse contexto, a preocupação recai sobre o sujeito e não mais para as manifestações criminosas que o indivíduo pudesse ter cometido.

Divididas em detentivas ou não detentivas, as medidas de segurança classificavam-se como pessoais, conforme a gravidade do crime, bem como a periculosidade do agente, admitindo-se, medidas de natureza patrimoniais, das quais exemplos constituíram o confisco, a interdição de estabelecimento e a interdição de sede de sociedade ou associação (art. 100).<sup>381</sup>

Regina Célia Pedroso define a legislação penal como a racionalização “por escrito” da repressão; enquanto o aparato policial seria o executor das normas dessa legislação . E afirma:<sup>382</sup>

Comportando a manutenção do poder como finalidade, o Estado estabelecerá um duplo controle: o controle social (dos corpos) e o controle político ( dos ideais). A ação intensiva da polícia também se ampliará: da vigilância cotidiana e normativa para instâncias especializadas de ordenamento e controle. Esta metamorfose marca o aparecimento das polícias política e social, que do mero controle da população, transformaram-se em espaços de registros especializados .<sup>383</sup>

Na prática, a atuação policial caracterizava-se por estar diretamente ligada ao governo de Getúlio Vargas, apresentando-se essencialmente federalizada, pois a Polícia do Distrito Federal reunia os instrumentos legais que determinavam padrões e critérios para a sua atuação nacional.<sup>384</sup> Esse modelo de atuação policial acabou por garantir o conhecimento necessário das atividades policiais que ocorriam em diferentes pontos do país. Aumentou-se também o corpo de funcionários envolvidos com a ação policial.

No Rio de Janeiro, a repartição central da chefatura de polícia se

---

<sup>381</sup>BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao Direito Penal Brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 11ª edição, março de 2007.

<sup>382</sup> PEDROSO, Op. Cit. p.54.

<sup>383</sup> Idem.

<sup>384</sup> Por meio do decreto anunciado em 10 de novembro de 1933, a polícia do Distrito Federal estava sob o controle do presidente da República e sob a fiscalização do ministro da Justiça e Negócios Interiores. Mesmo sendo decretada antes do golpe de 1937, a prática se fortaleceria durante o período autoritário. CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 310.

organizava a partir de sete setores distintos: 1 – Delegacias auxiliares; 2 – Diretoria Geral de Expediente e Contabilidade; 3 – Diretoria Geral de Investigações; 4 – Diretoria Geral de Publicidade, Comunicações e Transportes; 5 – Delegacia Especial de Segurança Pública e Social; 6 – Colônia Correccional de Dois Rios e 7 – Inspetoria Geral de Polícia. Dentre todos estes setores, a Delegacia Especial de Segurança Pública e Social (DESPPS) tornou-se o elemento original dentro da estrutura policial, sofrendo um redimensionamento, entre 1939 e 1941, com a definição de uma estrutura administrativa mais complexa.

Com a criação do Gabinete Técnico, responsável pelas informações do serviço de repressão, passaram a ser examinadas as publicações consideradas suspeitas e nocivas. As publicações apreendidas eram catalogadas, os serviços cartográficos e criptográficos da Delegacia Especial foram centralizados. Nesse processo, foi mantida a correspondência com as delegacias de Ordem Política estadual; foi estruturado e mantido o serviço e o fichário fotográfico, expedição de notas reservadas e também foram organizados os índices nominais de suspeitos, presos, condenados, contraventores; o arquivo de todos os documentos cifrados e decifrados foram organizados, sendo guardados os sistemas de códigos usados pela DESPPS; a análise de jornais e revistas estrangeiros foi feita; e o serviço de dossiês políticos de todas as organizações e o fichário dos indivíduos considerados suspeitos foram agrupados .<sup>385</sup>

As atividades policiais, principalmente aquelas nascidas nas Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS), também engajaram-se em promover um discurso e uma propaganda que refletisse a sua atuação como instituição policial eficiente, dinâmica e necessária. Ao lado do DIP, o DOPS funcionou como uma das “engrenagens reguladoras das relações entre Estado e o povo. Tornaram-se verdadeiras máquinas de filtrar a realidade, deformando fatos e construindo falsas imagens”.<sup>386</sup>

Expressão máxima da chefia de polícia e da própria centralização administrativa, Filinto Müller tornou-se um dos mais importantes personagens do Estado Novo quanto à implantação dos ideais do autoritarismo através da repressão policial, ao mesmo tempo em que levou a centralização da atuação policial ao seu ponto máximo<sup>387</sup>.

---

<sup>385</sup> CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da Violência. A Polícia da era Vargas**. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1993.p. 54 – 55.

<sup>386</sup> CARNEIRO, In: PANDOLFI. Op. Cit., p. 339.

<sup>387</sup> Müller, mantinha estreitas relações com a Gestapo, a polícia secreta nazista. Segundo Weizenmann, a criação do Serviço Secreto pela polícia brasileira, conhecida como “SS” – uma clara referência à SS alemã-, reflete a inspiração no aparato policial alemão. O pacto que se concretizou durante alguns anos entre as duas

Além disso, transformou-se em símbolo de brutalidade para diferentes camadas da população, enquanto para outros setores sociais, definia-se como elemento essencial para manutenção da ordem e para o afastamento de perigos à nação.

Müller ocupou por longo tempo a Chefia da Polícia Federal, deixando o cargo em 1942, pela sua posição pró-Eixo, quando se acenou a aproximação do Brasil com os Estados Unidos. A partir desse momento, Müller ocupou outros cargos, dentre eles o de chefe de gabinete do Ministério da Guerra, onde também esteve ocupado com tarefas repressivas internas. Em 1943, foi indicado para assumir a presidência do Conselho Nacional do Trabalho.

A importância de Filinto Müller no governo de Getúlio Vargas apresentou-se também na idealização de mecanismos de controle, de repressão e de divulgação, como por exemplo: a criação, em 1933, de um sistema de comunicação que interligava os estados e outros territórios à Polícia do Distrito Federal, dando origem a todo o serviço de propaganda do Estado, conhecido como Press Ofício. No desejo de uma centralização ainda maior, foi criada em julho de 1934 a Diretoria Geral de Publicidade, Comunicações e Transportes, sob chefia direta de Müller.

Dentre as várias obrigações da Diretoria Geral de Publicidade, Comunicações e Transportes estava a de estabelecer contato com as polícias estaduais e internacionais. Ao integrar-se com outras polícias do mundo, ampliava-se a esfera de atuação, rumo à internacionalização da ação da polícia brasileira, ocupada principalmente em perseguir e eliminar os inimigos políticos que atuavam no contexto político internacional. Neste sentido, a perseguição aos inimigos do regime autoritário, esteve associada a uma rede de solidariedade policial, vinculada, de modo especial, às polícias alemã, italiana, norte-americana e inglesa<sup>388</sup>.

Ações públicas e sigilosas caracterizavam as atividades policiais. A presença de uma polícia secreta constituía um departamento especial para desenvolver

---

nações referia-se ao engajamento, cada qual em seu país, em perseguir os inimigos mais nocivos à organização política e social, entre eles, comunistas, judeus, entre outros, bem como promover intercâmbio de material de provas de ações de grupos de esquerda e encaminhar idéias sobre ações policiais que deveriam ser tomadas diante de um perigo iminente. O historiador afirma que, ironicamente, a influência alemã na organização policial brasileira voltou-se mais tarde contra os “súditos do Eixo”. O modelo alemão passou então a reprimir e combater o perigo nazista, agora em solo brasileiro. WEIZENMANN. Op. Cit. p. 47-48.

<sup>388</sup> O Brasil também operacionalizou contatos com países da América, entre eles a Argentina, o Paraguai, a Bolívia e o México, criando espaços para colaboração entre as instituições policiais. Ao Ministério das Relações Exteriores, coube a tarefa de manter a polícia informada, na medida em que este ministério mediava os contatos internacionais de cooperação. Idem, p.48.

atividades de contra-espionagem e, assim, desvendar supostas tramas que se desenhavam contra os interesses nacionais.<sup>389</sup> A partir de 1942, o serviço secreto do governo passava a ter um reforço específico dos ministérios públicos, especialmente do Ministério da Justiça, através da criação do regimento interno da Seção de Segurança Nacional. Diante de um contexto internacional instável, o controle de estrangeiros pela polícia secreta – principalmente daqueles originários de nações do Eixo, transformados, ao lado de comunistas, em “inimigos objetivos” – foi amparado pelos princípios de segurança nacional.

A circunstância internacional acabou por criar novos episódios de repressão e de violência por parte da polícia brasileira, atingindo inclusive grupos étnicos que eram relacionados pelas autoridades aos países beligerantes do Eixo Roma–Berlim–Tóquio. Consequentemente, o olhar vigilante sobre os estrangeiros e sobre as comunidades imigrantes se acentuou, juntamente com a execução de medidas concretas por parte das autoridades para que a situação fosse completamente controlável.<sup>390</sup>

Um dos principais objetivos da Polícia Política – parte integrante do projeto político do Estado – de acordo com Maria Luiza Tucci Carneiro, era o de bloquear a heterogeneidade de pensamento procurando silenciar aqueles que eram considerados como “potencialmente perigosos”.<sup>391</sup> Segundo Pedroso, a conceituação do crime político ganhou, após as primeiras legislações do século XIX, um aprimoramento e uma especialização cada vez mais intensa. O crime político, esboçado nas primeiras legislações, aperfeiçoou-se a tal ponto no século XX, que a expressão tomou conotação cada vez mais ampla, confundindo-se, em alguns casos, com o crime social. A natureza do crime político dizia respeito à infração contra a constituição e forma de governo, os poderes políticos e os direitos políticos.<sup>392</sup>

### 3.2 O mito da Quinta Coluna Nazista no Brasil

---

<sup>389</sup> Idem, p. 50.

<sup>390</sup> Idem, p.50-51.

<sup>391</sup> CARNEIRO, Tucci Maria Luiza. **Os arquivos da Polícia Política Brasileira. Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo.** USP, São Paulo. Disponível em: [http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo\\_arquivos\\_policia\\_politica.pdf](http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf) . Acesso em 12 de janeiro de 2023.

<sup>392</sup> Idem, p.104.

René Gertz, em seu livro *“O Perigo alemão”* sugeriu que as fontes históricas que dispomos sobre o assunto referente a esse perigo (concreto no imaginário de grande parte da população brasileira durante os anos 30 e 40) costumam ser “daqueles que falaram, e falaram alto, mas é preciso averiguar se aquilo que disseram corresponde aos fatos”<sup>393</sup>. Enfatiza ainda que a maioria da população era silenciosa e “a sua posição, via de regra, só pode ser inferida das entrelinhas daqueles que falaram ou a partir de outras fontes”<sup>394</sup>.

O historiador defendeu a tese de que a história política nas regiões de colonização alemã é “normal”, designando por “normal” o fato de que esta história “pode e deve ser entendida a partir da constelação local do poder, de sua inserção no Estado e no país e não a partir de fatores externos ( a política imperialista alemã e sua ação teleguiadora)<sup>395</sup>”. Gertz então explicou:

O que pretendo com esse procedimento é sugerir que, se quisesse, poderia usar unilateralmente muitos indícios e inúmeras fontes para demonstrar que de fato as populações das regiões de colonização alemã se caracterizaram por uma total segregação, não-integração, enfim, pela mais completa anticidadania e por seus corolários: o perigo representado para a unidade nacional brasileira em função da dissociação interna e da ameaça imperialista. Da mesma forma, porém, poderia ignorar esses indícios e essas fontes, detendo-me apenas nos muitos indícios e nas muitas fontes em sentido oposto, onde se lamenta a redução acelerada do uso da língua alemã, a realização de casamentos interétnicos, a indiferença para com a germanidade<sup>396</sup>.

Em outro momento, o autor utilizou a expressão “acordo tácito” para caracterizar o relacionamento entre o governo e as regiões coloniais, o que para ele significava que esse relacionamento nada tinha de inconsistente, de submissão, ao contrário, seria resultado de um processo racional de barganha.<sup>397</sup> Gertz, refletindo acerca dos relatórios consulares alemães dos anos de 1929 e 1930, explicitou o apoio de importantes associações alemãs à candidatura de Getúlio Vargas. A União Popular e a Liga de Uniões coloniais (ambas sediadas na região sul do país) publicaram conclamação em apoio ao então

---

<sup>393</sup> GERTZ, René. **O Perigo alemão**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.p. 17.

<sup>394</sup> Idem.

<sup>395</sup> Idem, p. 22.

<sup>396</sup> Idem, p. 21.

<sup>397</sup> Idem, p.25.

candidato à presidência da República<sup>398</sup>. O historiador buscou apresentar em seu trabalho, resumidamente, que as regiões de colonização alemã no sul do país são menos exóticas e mais normais do que geralmente se pressupõe.

Durante o Estado Novo, o debate acerca da não integração dos imigrantes alemães e seus descendentes à sociedade brasileiro passou a ser intensificado. A recorrente discussão acerca do isolacionismo geográfico destes indivíduos, somados à preservação dos seus costumes, principalmente da língua, em um contexto marcado pela Segunda Guerra Mundial e pelo “expansionismo nazista” serviram como justificativa para a montagem de um aparato policial contra o “perigo alemão” e neste momento, contra os quinta colonistas<sup>399</sup>. A repressão aos supostos quinta colonistas e aos nazistas no Brasil se desencadearia por meio de dois tipos de intervenção: a repressão policial, e por ações que buscavam “integrar” ou “incorporar” os ditos “alienígenas” à brasilidade através da *Campanha de Nacionalização*.

O jornalista uruguaio Hugo Fernandez Artúcio publicou em 1942 o livro “*Subterrâneo Nazista na América do Sul*”<sup>400</sup> onde argumentou enfaticamente que o Estado alemão e o Partido Nazista existiam onde quer que existissem membros da comunidade nacional alemã. Partindo do conceito do *Deutschtum*, Artúcio enfatiza que a “Grande Alemanha” estaria onde quer que houvesse indústrias alemãs, casas comerciais, escolas igrejas, ou simplesmente membros individuais da comunidade alemã. Os supostos “planos de dominação mundial” de Hitler, relatou Luís Edmundo de Souza Moraes, forneceram subsídios infundáveis “tanto para os materiais de contrapropaganda dos aliados quanto para a imprensa diária nas décadas de 30 e 40”<sup>401</sup>.

Como evidência de que o “perigo alemão” era alarmante e suas bases concretas, em 2 de setembro de 1937 foi publicado um artigo no *Times* de Londres, sob o título “Os Nazistas no Exterior: uma imagem do Brasil” (Nazis Abroad, a Picture from Brasil), escrito por um correspondente que teria estado no Brasil. O artigo tivera grande

---

<sup>398</sup> Idem. p. 28.

<sup>399</sup> O termo “Quinta Coluna” tem sua origem na Guerra Civil Espanhola, durante as operações que levaram à queda de Madrid. Um aviso teria sido enviado aos republicanos que, além das quatro colunas do exército de Franco, existia uma força franquista organizada infiltrada na cidade, a “quinta”, que esperava o momento certo para, pela retaguarda, agir e contribuir para a derrubada da cidade.

<sup>400</sup> ARTÚCIO, Hugo Fernandez. **Nazi Underground in South America**. New York/ Toronto: Farrar & Rinehart, 1942.

<sup>401</sup> MORAES, Luís Edmundo de Souza e GAK, Igor “O partido Nazista e o mito da Quinta Coluna no Brasil”, In: **Revista brasileira de Estudos Estratégicos, dossiê: “O Brasil na Segunda Guerra: 70 anos”**. Nº 14, jul- dez 2015. p.199.

repercussão na imprensa brasileira. No dia seguinte, o texto foi traduzido para o português e publicado em vários jornais do país.

“O modo pelo qual os cidadãos germânicos que vivem no estrangeiro formam as suas comunidades nazistas, através da organização externa do Ministério do Exterior da Alemanha, está perfeitamente exemplificado pelo que eles empreendem no Brasil.

Os estados mais meridionais do país, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, encerram grandes estabelecimentos de colonização de descendentes de alemães.

Estas ‘colônias alemãs’, desde muito antes da Grande Guerra e do advento do regime de Hitler, têm sido carinhosamente tuteladas pela Alemanha. (...)

Através de escolas subsidiadas e de professores mandados da Alemanha (...) o sentimento nacionalista alemão tem sido cuidadosamente fomentado.

A grande maioria dos brasileiros natos, descendentes dos colonos germânicos, têm sido ensinada de que é à Alemanha e não ao Brasil que eles devem fidelidade. (...)

O regime de Hitler intensificou a propaganda germânica no Brasil e o pensamento germanófilo tem sido estimulado numa proporção jamais conhecida (...).

(...) Em Blumenau a maior parte da juventude brasileira – e não meramente alemã – é obrigada a fazer parte da organização ‘Hitler Jugend’ (Juventude Hitlerista). Os seus juramentos de fidelidade têm de ser renovados a cada dois meses. Recentemente foi despachado para o Brasil um representante do regime de Hitler, com plenos poderes para controlar todas as atividades não somente dos alemães, mas também dos próprios brasileiros no sul do país.

(...) Estão sendo tomadas providências para que os bebês nazistas nasçam no ‘velho mundo’ e comecem a vida legalmente sob a cidadania germânica.

Os navios alemães que fazem escala nos portos brasileiros têm ordem de embarcar as parturientes alemães ou descendentes de alemães para que as crianças venham ao mundo sob bandeira alemã. (...)

Tudo quanto entra em Blumenau, seja por via marítima, seja por via terrestre, e até mesmo correspondência, é sujeito ao controle dos agente da NSDAP (National-sozialistische Deutsche Arbeiter Partei) cuja organização de censura é severíssima”.<sup>402</sup>

No fim do mês de setembro, foi anunciada a primeira manifestação pública derivada do clima instaurado no país como consequência da repercussão do artigo inglês. O Comício contra a Infiltração Nazista no Brasil foi então convocado pela recém

---

<sup>402</sup> “O ‘Times’ e as influências nazistas no Brasil: o texto integral do artigo publicado pelo jornal londrino”. Correio da Manhã, 3 de setembro de 1937, p.10.

constituída Frente Nacional Democrática para se realizar em São Paulo no dia primeiro de outubro de 1937<sup>403</sup>. A situação no continente europeu muito contribuiu para o clima manifestado no Brasil em relação aos alemães uma vez que poderia servir de comprovação para os temores de que o expansionismo alemão tornara-se um eminente risco: em março de 1938, a anexação da Áustria; em outubro, a ocupação da região do Sudetos (Tchecoslováquia); em março de 1939, a invasão da Tchecoslováquia, e em setembro, a da Polônia.

A publicação de *Hitler m'a dit*<sup>404</sup> de Herman Rauschning sugeria que o Brasil estaria nos planos expansionistas de Hitler. Segundo Moraes, Rauschning tornou-se por muito tempo, e para muitos, fonte de “informações seguras” sobre o partido nazista e o “Terceiro Reich”. O livro seria composto a partir de anotações feitas de conversas com Hitler que o autor supostamente teria tido ou presenciado nas “mais de cem vezes”, que alegou ter se encontrado com Hitler.

“O Brasil o interessava particularmente. ‘Nós vamos construir uma nova Alemanha no Brasil. Lá nós vamos encontrar tudo o que precisamos’. (...) No Brasil, ele pensava, se encontravam dadas todas as condições para uma revolução que em poucos anos permitiria transformar um Estado governado por mestiços corruptos em um domínio germânico”.

Para René Gertz, tanto a obra de Artúcio como o livro de Rauschning<sup>405</sup>, demonstram por um lado um indício, e de outro a dedução lógica da existência de um plano expansionista longamente arquitetado, pelos alemães, desde o início da imigração para o Brasil e do estabelecimento destes em núcleos coloniais.<sup>406</sup> Evidentemente, ambas constituíram “provas cabais”, naquele contexto social, que alimentaram os temores em relação ao “perigo alemão”.

Localizamos no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) documentações da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), do Distrito

---

<sup>403</sup> MORAES, (2015), p. 204.

<sup>404</sup> Publicado originalmente em francês, em 1939, com o subtítulo: “confidências do Führer sobre o seu plano de conquistar o mundo”. O livro foi traduzido para o português e publicado no Brasil em 1940, com o título de “O que Hitler me disse”. Edição brasileira: RAUSCHNING, Hermann. **O que Hitler me disse**. Rio de Janeiro: Edições dois mundos, 1940.

<sup>405</sup> Sobre a obra “Hitler m'a dit” Moraes foi enfático: “é uma farsa e Rauschning não somente não se encontrou com Hitler mais que quatro vezes, mas jamais sozinho ou em um círculo íntimo”. MORAES, 2015. p. 209.

<sup>406</sup> Gertz,(1998). p.47.

Federal, que buscavam demonstrar como o temor sobre “planos de agressão de Hitler” era real no território brasileiro ou precisava ser. Ora, montou-se um significativo aparato de repressão contra os alemães, uma verdadeira “caça às suásticas” para combater a quinta-coluna, dessa maneira, um delegado ou mesmo um integrante da grande rede de repressão não poderia admitir que a quinta-coluna era inexistente. Apresentamos aqui um arquivo transcrito sob o título: *Plano de sublevação nazista na América do Sul*.

“Conforme já expuz verbalmente a V.S., tudo demonstra estar articulado um movimento nazista em toda a América. Aliás, Tannenberg, um dos mais acatados escritores nazis, insere no seu livro ‘Gross Deustchland’, no Art. 13 o seguinte: ‘A Alemanha toma sob sua proteção as Repúblicas Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, a terça parte meridional da Bolívia e a parte meridional do Brasil, em todas as regiões onde reina a cultura alemã. Art. 15: ‘o protetorado alemão na América do Sul compreende ser milhões e meio de quilômetros quadrados’. (...) O Brasil do sul, o Paraguai e o Uruguai são países de cultura alemã, e nêles será o alemão a língua nacional. (...) E para justificar sua atitude ao mundo, continua: ‘E que saiba todo o mundo que para os povos dessas repúblicas, seria a maior das bem aventuranças se pudesse se desfazer de sua funesta herança hispânica e portuguêsã para ficarem sob a dominação alemã’<sup>407</sup>.

Ao longo do documento em questão, o redator afirmou para o seu superior que apesar da dissolução do partido nazista no Brasil, os “nazis continuam esperançosos” e por possuírem cifras demográficas numerosas neste continente, estariam ainda sonhando com “uma América do Sul nazificada”. O redator faz menção ao antigo sonho alemão de anexação da Tchecoslováquia e da Polônia que se tornou realidade em 1939, demonstrando como os planos arquitetados pelos nazistas representavam uma concreta ameaça à soberania nacional brasileira.

Quanto ao plano para a América do Sul, este teria sido descoberto por um major do Exército argentino, exilado no Paraguai, os nazista, dentre outras coisas, teriam em mãos: “mapas modernos e perfeitíssimos das nossas fronteiras”; “mapas com planos de ataque e a maneira de os executar”; “ficha de capacidade dos oficiais brasileiros”; “agentes secretos, em missão no Brasil, inclusive oficiais do Exército”; “coordenação do ataque com o movimento integralista e outros elementos fascistas da América do Sul”<sup>408</sup>.

---

<sup>407</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Sem data.

<sup>408</sup> Idem.

Se fôssemos mensurar todas as documentações, publicações em jornais, livros, revistas e as diversas denúncias sobre o expansionismo nazista, produzidas durante as décadas de 1930 e 1940, elas não caberiam no presente trabalho de tão numerosas. De fato, o NSDAP se fizera presente em 17 estados brasileiros e contou com quase três mil filiados, entretanto, a historiografia atual sobre o tema busca apresentar que quanto mais se produziu relatos e discursos contra os alemães residentes no Brasil, associando estes ao nacional socialismo, mais o projeto estadonovista encontrava bases para legitimar o uso da violência e da repressão policial contra as comunidades de origem teuta no território nacional<sup>409</sup>. Neste sentido, Moraes fez a seguinte reflexão sobre os “planos nazistas” para invadir o Brasil:

(...) a existência desses planos pode ter sido providencial no sentido de justificar a mobilização de recursos e o direcionamento de prioridades de investimentos para as “agências de combate”, permitir a aquisição de prestígio dos agentes que o fizeram e de dar a temores, preconceito e ressentimentos longamente cultivados um verniz institucional<sup>410</sup>.

A existência do partido nazista no Brasil, pode ter sido pensada, por muitos que viveram naquele tempo, como “indício suficiente” para justificar a sensação de perigo, bem como o conjunto de medidas pensadas e executadas como antecipatórias em relação ao risco que então se apresentava. Continuemos então apresentando algumas das evidências que serviram como para demonstrar a existência da quinta-coluna nazista no território brasileiro.

Em 1942, o então Chefe da Polícia do Rio Grande do Sul, coronel Aurélio da Silva Py, transformou a sua repressão ao partido nazista no Sul do país em uma verdadeira “campanha”. Py apresentou como resultado desta campanha um livro contendo relatórios policiais sob o título: *A Quinta Coluna no Brasil*<sup>411</sup>, ainda publicou mais dois

---

<sup>409</sup> Dentre outros trabalhos, destacamos: GERTZ, 1998. MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998. CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil**. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2006. DIETRICH, Ana Maria. **Caça às suásticas, o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política**. São Paulo: Humanitas/ Fapesp/ Imprensa Oficial, 2007., MORAES, 2008. WEIZENMANN 2008.

<sup>410</sup> MORAES, Op. Cit. 2015, p. 214.

<sup>411</sup> PY, Aurélio da Silva. **A “5º Coluna” no Brasil. A Conspiração Nazi no Rio Grande do Sul**. 2.a ed., Porto Alegre, ed. Globo. 1942.

sobre o assunto do nazismo no Rio Grande do Sul, mas de acordo com Moraes, essas obras ficaram pouco conhecidas pois tiveram uma distribuição restrita e dirigida<sup>412</sup>.

Em seu livro, que foi elogiado pela imprensa no contexto de sua publicação<sup>413</sup>, Py descreveu cuidadosamente “os planos de dominação nazista do Sul do Brasil”. Os materiais apreendidos pela polícia brasileira da seção do partido nazista no Brasil serviram como indicadores do “antigo plano expansionista” alemão que naquele momento seriam finalmente executados por Hitler. No sul do país, haveria um terreno fértil para a anexação da região pelo “Terceiro Reich”: os imigrantes desnacionalizados. Entretanto, Gertz argumentou que a metade dos casos relatados em seus escritos são anteriores à implementação do Estado Novo, quando o governo brasileiro vivia uma fase “de relacionamento eufórico com o regime alemão, quando o governo do Estado prestigiava com grande publicidade atos e festas nazistas e germanistas”<sup>414</sup>.

No ano seguinte, Antônio de Lara Ribas, delegado de Ordem Política e Social da polícia de Santa Catarina naquele período, publicou *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*, onde sugeriu que a imigração alemã seria um instrumento utilizado pelo “genial Bismark” para que um império sem terras ultramarinas se tornasse, graças aos planos pan-germânicos, uma “fundadora de colônias nos continentes longínquos”<sup>415</sup>. Ribas expôs a espionagem como método de ação partidária no exterior. Os agentes atuariam “atrás das linhas” preparando o terreno na medida em que forneciam informações precisas sobre as vulnerabilidades da sua terra de hospedagem.

O que o nazismo fez foi ampliar mais os horizontes de ação, sob fundamento racial, com o propósito deliberado de conquistas, praticando a espionagem militar,

---

<sup>412</sup> GERTZ, (1998), p.47. MORAES,( 2015), p.210.

<sup>413</sup> Em entrevista ao jornal “A Noite” o então juiz da suprema corte de Montevidéu, Júlio Cezar Gregorio, teria afirmado: “É talvez o mais bem documentado de tudo quanto se tenha escrito sobre o tema em questão”. Sobre Vargas, o considerava “salvador do Brasil pelo seu caráter, patriotismo, rapidez e severidade das medidas tomadas para reprimir um perigo que, se ainda não passou, pode-se considerar quase conjurado, ou pelo menos quase controlado. O espírito da união nacional brasileira é perfeito e o povo cerra filas num magnífico e decidido desejo de defesa da sua independência”. *A Noite*, 11 de abril de 1942; No “*O Radical*” publicado no mês anterior: “(...) pois com os elementos apresentados, que não sofreram contestação, aquele oficial do Exército revelou ao país pela primeira vez os perigos que existiam nas atividades da “Quinta Coluna”, principalmente por parte dos elementos ligados à representação diplomática da Alemanha em nossa Pátria. A “Quinta Coluna” no Brasil foi um verdadeiro grito de alarma, pois muita coisa ali escrita revelada ha tempos está sendo hoje observada através de diligências policiais levadas a efeito em todos os Estados do Brasil”. *O Radical*, 22 de março de 1942.

<sup>414</sup> GERTZ. Op. Cit. (1998), p.49

<sup>415</sup> RIBAS, Antonio de Lara. *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*. Florianópolis: DOPS/SC,1943.

comercial, industrial, marítima e social, visando incontestavelmente a formação da Quinta Coluna<sup>416</sup>.

De acordo com Ribas, se as pretensões anexionistas do Estado alemão não se concretizaram, isto deveu-se exclusivamente à intervenção oportuna do Estado Novo que reverteu as conquistas da propaganda de “Hitler e de seus malfeitores, fazendo com que grande parte dos brasileiros de descendência alemã e dos alemães ficasse quase que odiando seus semelhantes de descendência lusa e outra”<sup>417</sup>. Mais uma vez foi notório o apelo para a ação conjunta da repressão policial aliada ao Estado que deveriam se voltar para as populações que foram ou seriam o alvo do nazismo: os imigrantes alemães e seus descendentes.

Moraes descreveu acerca do único plano de invasão militar das Américas até então identificado em arquivos alemães envolvendo o Brasil. Este plano teria como alvo as Guianas, assim sendo, a violação da soberania brasileira não seria seu objetivo central, o Amapá seria invadido como meio de ocupar militarmente as Guianas<sup>418</sup>. O plano, segundo Moraes, não partiu de dentro do partido nazista, da SS ou de qualquer outra instância governamental alemã, mas era o produto de ambições pessoais de indivíduos que buscavam mobilizar os recursos políticos disponíveis em favor da própria carreira profissional. Por outro lado, o plano foi recusado no momento em que foi apresentado, não tendo chegado a qualquer outro órgão governamental ou partidário superior e, menos ainda, considerado em agências do estado ou do partido responsáveis pela política externa.

Segundo Moraes o plano teria sido apresentado em 1940, quando o partido nazista no Brasil já era ilegal, não sendo o partido aqui existente considerado como meio para a execução do plano<sup>419</sup>.

### **3.3: Espionagem policial**

No imaginário policial a lógica da perseguição é preconcebida. A estigmatização do sujeito envolve a concepção ditada pelas leis e pelo temor ideológico

---

<sup>416</sup> Idem. p.26.

<sup>417</sup> Idem., p.113.

<sup>418</sup> MORAES;2015. Op. Cit p.230. Sobre o plano que teria sido desenvolvido por Otto Schulz-Kampfenkel (1910-1989): pp.217-230.

<sup>419</sup> Idem.

dos governos autoritários brasileiros; assim, a simples suspeita do envolvimento com práticas nazistas pela comunidade étnica alemã no Brasil, acabou por acionar um dispositivo automático da perseguição e da prisão do acusado, mesmo carecendo de provas objetivas para que o réu seja declarado culpado.

O olhar policial circula no espaço social.<sup>420</sup> A penetração constante e itinerante concebe-se a partir da presença generalizada do policial atuando cotidianamente nos espaços públicos e privados, formando uma rede de constante observação.<sup>421</sup> O espião da polícia política, em muitos casos, relacionava-se diretamente com os suspeitos, declarava ser simpatizante dos mesmo ideais e, principalmente, frequentava rotineiramente os mesmos lugares de encontro do suspeito.<sup>422</sup>

Em um relatório da polícia política intitulado de “nazismo” de 9 de julho de 1940, por exemplo, lê-se as seguintes informações acerca de alguns alemães ditos “nazistas”: *“Wagner e Paul Grutter costumam reunir-se todos os dias, exceto aos sábados, no Hotel Leblon, onde aguardam a chegada de Altermann, entre 16 e 18 horas”*; mais adiante: *“Wagner não vêm sempre da cidade, pois algumas vezes vem da sua residência, outras da Estrada da Gávea”*. Conclui: *“Nestes últimos dias, Altermann tem sido conduzido para sua residência por Wagner ou por Grutter, aproximadamente às 19,30 horas”*.

Dois dias antes do relatório acima citado, o policial datilografou outro relatório afirmando que Altermann não havia viajado, ficando em casa. O espião afirmou estar presente durante o diálogo entre Altermann e Reiffaud, e atesta que este fato não ocorria desde o início da guerra; Altermann teria dito ao outro alemão que a futura aliança franco-germânica dominaria o mundo, insultou a Itália e ainda insinuou que os nazistas radicados na capital do Brasil preferiam fazer aliança com os franceses e não com os italianos.<sup>423</sup>

A partir dos exemplos expostos, conclui-se que a lógica policial foi construída a partir do trabalho investigativo diário. A investigação a partir da busca do inimigo interno, balizada pelas atitudes e comportamentos, compuseram o trabalho de vigilância e dos relatórios policiais sobre a atuação dos suspeitos. Neste caso, afirma Carneiro, quem “monta” a história oficial é a autoridade policial que, com base na

---

<sup>420</sup> Idem. p.143.

<sup>421</sup> Idem. p. 54.

<sup>422</sup> Idem, p.130-131.

<sup>423</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). 9 de julho de 1940.

observação e na materialização do crime (provas concretas), “constrói” realidades.

A história oficial construída pela polícia, ao ser julgada pelas instâncias superiores e propagadas junto à grande imprensa, pode tornar-se consenso, legitimando a repressão. Nesse contexto, difundia-se a imagem do bom e eficiente policial, diretamente ligada à sua capacidade de “observação” e de “intuição”.<sup>424</sup> Dessa forma, após a denúncia ou por conhecimento prévio de que o suspeito pertencia a algum movimento sindical, político ou que possuísse alguma crítica explícita ao governo, ou ainda que praticasse algum ato considerado anti-cívico, o policial enviava relatórios a seus superiores apontando para algum desses itens, circunstanciando o fato e fazendo análises conclusivas. Assim, partindo de um dado “real” ou suposto, o suspeito era fichado na polícia política e tinha um prontuário sendo aberto.

O exercício da polícia, sob o aspecto da investigação, pode ser dividido em etapas. Primeiro temos a denúncia, que pode ser obtida por delação ou por suspeição, em seguida, a busca e coleta de provas que venham a incriminar o denunciado - o policial passava então a perseguir e vigiar o “acusado” e, por fim, a captura.<sup>425</sup> Foram constantes as “descobertas” de complôs secretos, planos internacionais, gráficas clandestinas e editoras subversivas – tudo amplamente documentado com flagrantes fotográficos, documentação sediciosa e repercussão na imprensa.<sup>426</sup>

Em uma série de relatórios escritos pelo oficial de vigilância, Leonel Ferrão, entre 1941 e 1942, que ficou com a responsabilidade de supervisionar as “atividades subversivas” na Ilha do Governador, no então Distrito Federal, notamos a recorrente busca de demonstrar as “provas” do envolvimento de alemães em movimentos políticos que teriam a finalidade de desestabilizar a soberania nacional. O curioso deste fato reside na falta de provas concretas, bem como na recorrente tentativa de comprovar as atividades subversivas do imigrante alemão, atingiu-se um discurso estereotipado e carregado de estigmas.

Existe ainda, residindo à rua Magno Martins nº 151, um indivíduo de nome Arnaldo, integralista fichado, que apesar de ser empregado do banco alemão, exhibe sempre recibos de um banco espírita que diz ser cobrador, justificando assim a sua entrada em várias casas suspeitas. Ele traja-se mal, tem um pequeno

---

<sup>424</sup> NEUMANN. Rosane Marcia. **‘Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor!’ As colônias germânicas e a campanha de nacionalização**. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2003. p.149.

<sup>425</sup> PEDROSO. Op. Cit. p. 144.

<sup>426</sup> CARNEIRO. Op. Cit. p.2.

defeito no pescoço que o faz entortar a cabeça para o lado esquerdo, e com o seu ar humilde passa despercebido, sendo entretanto um grande propagandista do nazismo .<sup>427</sup>

Exercer um poder simbólico não consiste somente em acrescentar o ilusório a uma potência “real”, mas sim em reforçar ou duplicar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio<sup>428</sup>. Assim sendo, os dispositivos de repressão que os poderes constituídos põem de pé, quando pretendem preservar o lugar privilegiado que a si próprios atribuem no campo simbólico, servem como prova do caráter imaginário, mas de forma alguma ilusória dos bens assim protegidos, tais como os emblemas do poder e os monumentos erigidos em sua glória<sup>429</sup>.

A convivência da população, participe e colaboracionista, em muitos casos, envolvida pelo discurso oficial, foi fundamental para o efetivo trabalho da polícia política, pois facilitou o desempenho policial para a obtenção das provas do crime.<sup>430</sup> Era necessário “fazer crer a toda a população que cada pessoa fazia parte do serviço de vigilância do regime”<sup>431</sup>. Foucault chamou este fenômeno de “normalização disciplinar”, que consiste em primeiro colocar um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a disciplina tem por finalidade estabelecer os procedimentos de adestramento progressivo de controle permanente. Portanto, de acordo com o filósofo, a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conforme o modelo estabelecido.<sup>432</sup>

Denúncias anônimas ou não de brasileiros contra os “desnacionalizados” e os “Súditos do Eixo” foram constantes. Temos como exemplo o caso de Constancia, que trabalhava como doméstica na casa de um casal de alemães, no bairro de Freguesia, na Ilha do Governador. Constancia afirma para um agente da polícia

---

<sup>427</sup> Arquivo do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). 12 de abril de 1942.

<sup>428</sup> BACZKO, Bronislaw. A imaginação social In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.p. 299. Disponível em: <https://docplayer.com.br/21101171-Baczko-bronislaw-a-imaginacao-social-in-leach-edmund-et-alii-anthropos-homem-lisboa-imprensa-nacional-casa-da-moeda-1985.html>. Acesso em: 12 de janeiro de 2023.

<sup>429</sup> Idem.

<sup>430</sup> PEDROSO, p. 139

<sup>431</sup> CANCELLI, 1993, p. 37.

<sup>432</sup> FOUCAULT. M. *Segurança, Território e população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Martins Fontes, São Paulo, 2008. p. 75.

que seus antigos patrões, Schulze e Ruth, fabricavam em casa, durante a noite, “pequenas balas para armas”.<sup>433</sup> O oficial de Vigilância, Leonel Ferrão, em relatório, afirma considerar a informação da mulher, mas diz ter recebido outras denúncias sobre o mesmo casal, considera não serem balas (munição) mas espoletas.

Ferrão descreveu ainda que, de acordo com as denúncias, Schulze mantinha enterrado em seu quintal “qualquer coisa suspeita” e que na fossa daquela residência estaria guardando algo suspeito. Ora, pelo seu conteúdo, as denúncias são claramente oriundas de pessoas que frequentavam a casa do casal, ou que trabalhavam para os alemães, como Constancia. Pessoas que, dadas as circunstâncias, incorporaram seus papéis sociais contra o “inimigo potencial”, mesmo que este fosse seu patrão, ou amigo.

Em 1943, diversos funcionários da empresa alemã telegráfica *Transocean* foram acusados de crime contra a Segurança Nacional por se envolverem em “atividades nazistas”<sup>434</sup>. As reuniões dos “espiões” ocorriam em uma casa no bairro de Botafogo, na Avenida Carlos Peixoto, nº 62. As mensagens, com destino à Alemanha, eram transmitidas por intermédio, segundo as investigações, de Hans Henning Von Cossel. As investigações policiais concluíram que havia um brasileiro participante da rede de espionagem, José Bráulio Guimarães, ex-repórter da *Transocean*.

De acordo com o periódico *A Noite*, o brasileiro fornecia “aos espiões nazistas fotografias de navios nacionais e informações preciosas sobre a Marinha Mercante, comércio, indústria e situação política e econômica do Brasil.”<sup>435</sup> Curiosa foi a citação, pelo periódico, de que para “encobrir suas atividades”, José Bráulio apresentou em diversas ocasiões denúncias de “supostas maquinações anti-brasileiras por parte de elementos nacionais, denúncias essas, conforme se apuraram, destituídas de qualquer fundamento”.<sup>436</sup>

---

<sup>433</sup> Arquivo do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). 12 de abril de 1942.

<sup>434</sup> *A Noite*, Rio de Janeiro, 13 de julho de 1943.

<sup>435</sup> *Idem*.

<sup>436</sup> *Idem*.



José Bráulio Guimarães. Fonte: A Noite, Rio de Janeiro, 13 de julho de 1943.

### **3.4: A prisão política da Ilha das Flores (1942-1945)**

A aparelhagem policial especial esteve voltada para a detecção, repressão e prisão dos que eram enquadrados como subversivos no contexto do Estado Novo. Dessa forma, uma atmosfera de perigo social e político, considerada prejudicial à ordem e estabilidade do Brasil, passaram a garantir a legalidade de ações enérgicas, restritivas e repressivas diante das situações consideradas prejudiciais à nação. Sob a ótica autoritária, a intensificação da ação policial alterou o cotidiano carcerário. Muitos suspeitos, sem as devidas provas, foram encarcerados e colocados em situações adversas, tanto pela resistência física como pela resistência psicológica.

Eram através das prisões, das deportações e das declarações públicas contra os “portadores de idéias exóticas” que as autoridades policiais se auto definiam como ordenadores da sociedade. Priscila Ferreira Perazzo defendeu que campos de concentração foram sendo instalados em diversos pontos do país.<sup>437</sup>

---

<sup>437</sup> Segundo Priscila Perazzo, independentemente da diversidade de características encontradas nos ambientes naquilo que se refere ao confinamento de indesejáveis no Brasil, não impede definir campo de concentração

No Rio de Janeiro, os intitulados “súditos do Eixo” ficaram reclusos em diferentes espaços prisionais: na Penitenciária de Niterói, na Ilha das Flores e na Ilha Grande. Esta última, entretanto, encontrava-se dividida em dois estabelecimentos: a Colônia Penal Cândido Mendes e a antiga Colônia Correccional de Dois Rios. Priscila Perazzo argumentou que a escolha de ilhas distantes ou de um lugar de difícil acesso para a reclusão dos detentos condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional, fazia parte de um projeto formulado durante os primeiros anos da República que consistia na criação de reformatórios agrícolas no Brasil. Salienta-se, em termos econômicos, que o custo de manutenção dos novos reformatórios seria inferior ao de ordem industrial<sup>438</sup>.

Perazzo afirmou que a ideia norteadora em relação à criação dos novos espaços prisionais com tais características estariam intrinsecamente relacionadas com a tentativa de livrar as grandes cidades das populações marginais que a elas afluíam. Dessa maneira, as colônias agrícolas passariam a ser denominadas de outra forma: Colônias de Defesa Social, uma vez que priorizava a reclusão de vadios e mendigos.

Dentre os inúmeros espaços prisionais criados ou adaptados em diversos estados brasileiros para receber os “súditos do Eixo”, os supostos “quinta colunistas” somados a qualquer indivíduo, brasileiro ou não, que fossem acusados de crimes contra a segurança nacional, escolhemos o caso do presídio político que ficou sediado na Ilha das Flores, localizado em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1942 a 1945.<sup>439</sup>

A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, fundada em 1883 pelo governo imperial, funcionou até 1966 como a porta de entrada de diversos imigrantes das

---

como aquele mecanismo de caráter autoritário que visa a afastar do meio social todo aquele cidadão “perigoso à ordem de segurança nacional” num ambiente em que o governo possa manter o seu controle absoluto (PERAZZO, Priscila Ferreira. **Prisioneiros da Guerra: os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesp. 2009, p.36-37). A ideia de utilizar o termo campo de concentração para esses locais de confinamento destinados aos estrangeiros do Eixo aplica-se “sem se basear na existência ou não de maus-tratos aos prisioneiros, até mesmo porque não se pretende comparar ou dimensionar” com os confinamentos ocorridos nos campos de concentração nazista (p.37-38). Os presos eram majoritariamente de origem alemã, seguidos de italianos e japoneses. Eram presas aquelas pessoas que tivessem envolvimento com atividades políticas ou qualquer outro tipo de atividade entendida como subversiva; estes estabelecimentos eram precários e pouco higiênicos, e a alimentação era controlada e por vezes insuficiente; as correspondências eram censuradas e foram libertados após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

<sup>438</sup> PERAZZO, Op. Cit. p. 132.

<sup>439</sup> Nos estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará e Amazonas, é possível encontrar registros que foram criados ou adaptados estabelecimentos para aprisionar esses estrangeiros. Esses locais de internamento no Brasil, durante a guerra, possuíam características próprias e variáveis (PERAZZO, 2009, p.97).

mais diferentes nacionalidades, que ingressaram no Brasil pelo porto do Rio de Janeiro. A Hospedaria integrava a política imigratória brasileira como um dos instrumentos de atração de estrangeiros.<sup>440</sup>

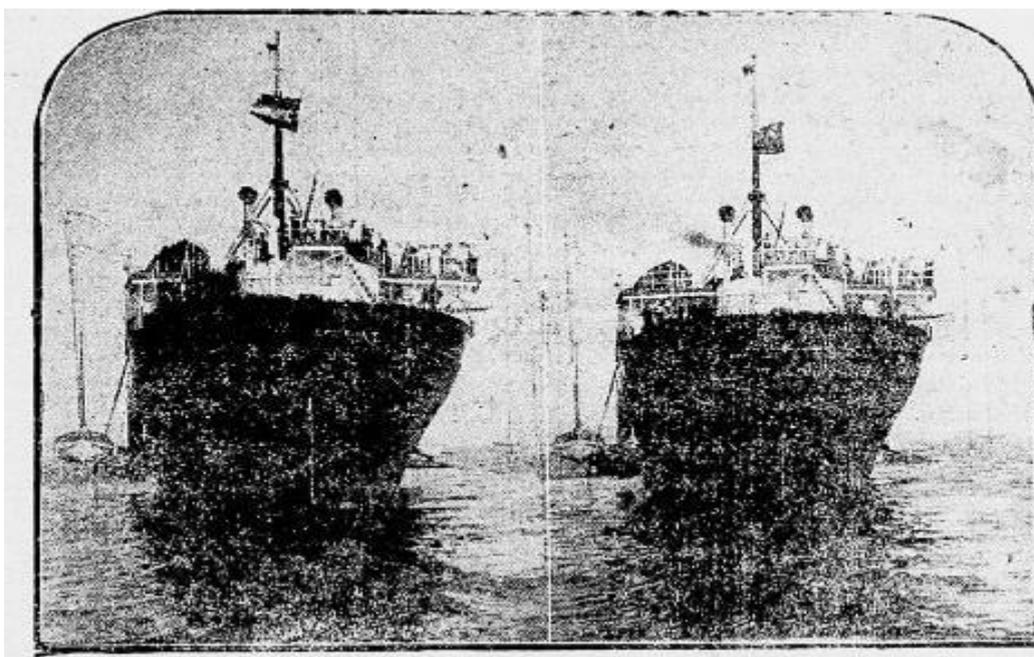
O imigrante que fosse acolhido na Ilha das Flores poderia permanecer naquele local em uma média de quase uma semana. Em casos específicos, como pela falta de emprego, ou por questões de saúde, o imigrante poderia permanecer por mais tempo. Na hospedaria de imigrantes, o estrangeiro recém-chegado recebia três refeições diárias como também roupas de cama e banho, e se preciso fosse, ainda contava com serviços de saúde, uma vez que a ilha contava com a presença de uma enfermaria em seu interior.

Em diversos períodos do século XX, a Ilha das Flores contou com a existência de um espaço prisional. Dessa forma, em casos excepcionais, a Hospedaria de Imigrantes sofria com modificações em seu interior a fim de instalar um espaço prisional para atender às demandas de autoridades policiais. Eram reservados os pavilhões da parte norte da Ilha com esse objetivo. Nesses contextos em que a ilha abrigava um centro de detenção, as atividades da Hospedaria de Imigrantes passaram a funcionar somente na Ala sul da Ilha.

A primeira experiência com o sistema carcerário ocorreu ainda em 1917 com o advento da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Navios alemães foram apreendidos no estado do Pará e seus tripulantes, oficiais e praças, são enviados para o cumprimento de suas penas na Ilha das Flores.

---

<sup>440</sup> REZNIK, Luís, COSTA, Julianna Carolina Oliveira, MARQUES, Guilherme Santos Cavotti. **Política imigratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores**. Rio de Janeiro, 2016.



“...Então a bandeira alemã do 'Hohenstaufen' e dos outros navios tedescos foi arriada pelos officiaes allemães e depois, entre aclamações, foi hasteada a bandeira brasileira.”<sup>441</sup>

De acordo com *A Gazeta de Noticias*<sup>442</sup>, os alemães eram bem tratados no espaço prisional da Ilha das Flores e as hierarquias militares eram respeitadas. A matéria retrata ainda que os alemães preparavam as próprias refeições e possuíam como entretenimento, dentre outras coisas, tomar banho de mar, ler jornais, livros e revistas. Os oficiais poderiam se dirigir até a cidade de Neves beber *chopp* em um botequim. Durante o período de reclusão, os alemães trabalhavam na Hospedaria exercendo seus antigos ofícios. Teriam sido instaladas quatro barbearias administradas pelos alemães na Ilha das Flores, os serviços prestados seriam cobrados em dinheiro, mas com preços baixos<sup>443</sup>.

De acordo com Marcos Luiz Bretas, o contato entre os prisioneiros e o público foi estabelecido durante as primeiras décadas do século XX através de diferentes tipos de narrativas.<sup>444</sup> Dentre as narrativas, encontra-se a formulada pela imprensa que desde o final do século XIX já registrava artigos de jornalistas que visitavam os espaços prisionais. Para Bretas, a situação em questão era similar às visitas das comissões oficiais, descrevia-se condições materiais, uma vez que visitar uma prisão era considerado um serviço público.<sup>445</sup>

<sup>441</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 03 de Junho de 1917

<sup>442</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1917.

<sup>443</sup> Idem.

<sup>444</sup> BRETAS, Marcos. **História das Prisões no Brasil**. CLARISSA MAIA, FLÁVIO NETO, MARCOS COSTA, MARCOS BRETAS (ORG.). Editora Rocco. Volume 1. 2009. p.190.

<sup>445</sup> Idem, p.198.

A vida diária na prisão passa então a ser retratada como a de qualquer cidade, “com padeiros, vendedores de jornais e o vendedor de leite”.<sup>446</sup> Durante todo o período em que a Ilha das Flores abrigou em seu interior um espaço prisional foram recorrentes as visitas de jornalistas a fim de “emprestarem os seus olhos para muitos outros, os leitores”.<sup>447</sup>



Tripulação alemã na Ilha das Flores, 1917. Fonte: Correio da Manhã, 06 de junho de 1917.

Em 1924, os opositores do presidente Arthur Bernardes ficaram reclusos na Ilha das Flores. Já no contexto da década de 1930, diversos paulistas e simpatizantes da Revolta Constitucionalista ficaram detidos na Ilha das Flores enquanto os apoiadores do então presidente da República, Getúlio Vargas, foram detidos e enviados para a Hospedaria de Imigrantes no Brás, em São Paulo. Estima-se que cerca de três mil prisioneiros ficaram reclusos na Ilha das Flores nesse período<sup>448</sup>. Eram sobretudo pessoas ligadas ao Exército, divididas entre praças e oficiais.

Em 1935, havia um intenso controle dos objetos que poderiam entrar na Ilha. Rotineiramente, às 13 horas, saía uma lancha da Ilha para receber embrulhos e cartas, sempre com um soldado escalado.<sup>449</sup> Os familiares dos praças detidos eram aconselhados a

---

<sup>446</sup> Idem. p.205.

<sup>447</sup> Idem, 208.

<sup>448</sup> **A Noite**, Rio de Janeiro, 08 de outubro de 1932.

<sup>449</sup> **A Noite**, 17 de dezembro de 1935. p.3.

escreverem cartas breves para facilitarem o serviço da censura e a não enviarem jornais e revistas, dentre outras coisas.<sup>450</sup>

Agenor Oliveira, médico que trabalhou na Ilha das Flores nesse período descreveu em um livro publicado em 1933, como era a estrutura física das construções situadas na Ilha:

Existem várias edificações - o grande prédio destinado à residência do Diretor, amplo, confortável, de estilo colonial já acanalhado pelas telhas francêsas colocadas pelo máo gôsto de alguns dos administradores; outras, menores, e sem estilo definido, ponteiam o terreno, servindo de moradia aos outros funcionários; 4 grandes pavilhões, muito compridos, bem construídos, servem para alojamento nos tempos de paz e de quartel nas épocas agitadas (...); hospital, isolamento, farmácia, cozinha, lavanderias, oficinas, necrotério e outras menos importantes, completam o arranjo da Ilha.<sup>451</sup>

Em 1932, o diretor da hospedaria de imigrantes, Coronel Valêncio, ficou responsável pela parte administrativa da Ilha e no dia 18 de janeiro de 1932 foi empossado como diretor do presídio Luís Lopes da Costa. Agenor descreveu que o presídio encontrava-se sob lotação máxima. Nesse período, o espaço prisional possuía a capacidade de abrigar 1.500 pessoas, mas estaria abrigando cerca de 3.000 indivíduos. Juntamente com os demais presos na Ilha existiam, no pavilhão 4, retirantes nordestinos que foram transferidos posteriormente para a Ilha Grande. Em princípio a ideia consistia em transferir 600 pessoas para Ilha do Carvalho, a fim de que o pavilhão 4 pudesse abrigar uma quantidade maior de presos políticos<sup>452</sup>.

Nesse contexto, muitos presos arriscaram suas vidas fugindo por baixo do arame farpado. Agenor citou o exemplo do Aspirante Ávila, que acabou fugindo desta maneira e foi capturado nos fundos de um quintal em uma casa no bairro de Neves. Depois de muitas fugas de prisioneiros, a vigilância aumentou e as visitas foram proibidas.

Na conjuntura dos anos 40, devido à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial combatendo o Eixo ao lado dos Aliados, a ala norte da Ilha das Flores abrigaria novamente um espaço prisional. Dessa forma, o contexto internacional trouxe consequências diretas para a vida de centenas de alemães, japoneses e italianos residentes

---

<sup>450</sup> Idem.

<sup>451</sup> OLIVEIRA, Agenor Lopes de. **Ilha das Flores . Reminiscências da Revolução Paulista de 1932**. Rio de Janeiro. Batista de Souza, 1933. p. 20.

<sup>452</sup> Idem.

no Brasil. Internamente, a montagem do presídio político da Ilha das Flores pode ser compreendida, dentre outras questões, a partir do crescente temor aos “quinta colonistas” atrelado aos seus supostos planos de sabotagem em solo brasileiro.

A escolha da Ilha das Flores foi motivo de dúvida entre as autoridades policiais para abrigar os “Súditos do Eixo” em decorrência das detenções que estavam sendo realizadas pela Polícia Política do Distrito Federal. Havia o temor do espaço prisional não conseguir conter em seu interior uma grande quantidade de detidos. Houvera uma explícita manifestação contrária do periódico *O Radical* quanto a essa questão<sup>453</sup>.

Uma vez que em situações passadas, como em 1932 e 1935, centenas de brasileiros haviam ficado encarcerados em espaços com privações na Ilha das Flores, o periódico defendia que os estrangeiros “que haviam praticado ações contra o Brasil” não fossem “hospedados em acomodações privilegiadas, caríssimas e equivalentes a estações de veraneio”.<sup>454</sup> O escritor da matéria no “O Radical” defendeu o não uso da Ilha das Flores como um centro de detenção para as centenas de estrangeiros que estavam sendo condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional, afirmando que a mesma era “excessivamente confortável” e aconselhando as autoridades policiais a procurarem outra ilha ou outra prisão que fosse de difícil acesso à uma manobra de fuga.<sup>455</sup>

Em março de 1942, instalou-se naquela ilha uma seção de presídio administrada pelo então diretor da Hospedaria de Imigrantes, João Martins de Almeida. O *Jornal do Commercio*, publicou em fins daquele mesmo mês uma edição especial com informações a respeito da chegada dos primeiros detentos no espaço prisional da Ilha das Flores, sendo em número de 200 indivíduos.<sup>456</sup> Inicialmente, houve um problema acerca do local para alojar os detidos.<sup>457</sup> Dessa forma, Filinto Muller determinou, até segunda ordem, que fossem transferidos ao espaço prisional da Ilha das Flores.<sup>458</sup>

O desembarque ocorreu em uma manhã de domingo, em meio à uma grande massa popular que o assistia<sup>459</sup>, com escolta e transporte em duas lanchas dos detentos em

---

<sup>453</sup> **O Radical**, Rio de Janeiro. 29 de março de 1942.

<sup>454</sup> Idem.

<sup>455</sup> Idem.

<sup>456</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 30 e 31 de março de 1942.

<sup>457</sup> Idem.

<sup>458</sup> Idem.

<sup>459</sup> O periódico *A Noite* informou que a diligência teria sido efetuada em sigilo, mas apesar disso, numerosas pessoas assistiram ao desembarque. O jornal ainda noticiou que dentre os detidos, encontravam-se pessoas de diversas nacionalidades, mas a maioria era composta por alemães. **A Noite**, Rio de Janeiro, 30 de março de 1942.

carros fortes até o cais da Polícia Marítima. Após desembarcarem, os detidos foram imediatamente levados aos seus alojamentos.<sup>460</sup> Para o colunista do jornal, a Ilha das Flores contava naquele momento com um “perfeito funcionamento dos serviços de higiene médica, assistência e vigilância dos agentes da espionagem totalitária.”<sup>461</sup>

Tratando em específico do caso alemão e do acesso deste grupo imigrante à Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, constata-se que o mesmo não foi tão numeroso quanto os registros de entradas de portugueses, italianos e espanhóis por aquela ilha. Entretanto, para a década de 1920, em específico, notou-se um pico para a entrada de alemães pela hospedaria de imigrantes.

Esses dados são importantes para avaliarmos o conteúdo dos relatórios de Leonel Ferrão, fruto de suas investigações, enviados desde outubro ou novembro de 1941, ao diretor do Departamento de Vigilância da Polícia Civil. Através dos relatórios podemos sugerir que na Ilha do Governador existiam diversos alemães que foram sendo denunciados por Ferrão, acusados de serem quinta colunistas (muitos desses alemães ficarão detidos na Ilha das Flores). Ferrão afirmou que através dos seus serviços, possuía “perfeito conhecimento dos planos desses miseráveis traidores”. Pelo número de alemães residentes naquela ilha classificou-a como “ninho da quinta coluna”.<sup>462</sup>

(...) que ainda pululam nesta Ilha e agora então com grande arrogância juntam-se comentam nas barcas, com verdadeiras idéias de quintacolunistas, todos os fatos que se passam e ordens emanadas de nosso governo. Desde outubro ou novembro do ano findo venho trazendo ao conhecimento de V. S. (...) o que de anormal se vem passando nesta localidade, que já foi muito acertadamente classificada por um jornal como ninho da quinta coluna e onde, embora depois da prisão de vários súditos da Alemanha, por mim denunciados (...) do que resultou até apreensões de estações transmissoras e a reclusão de muitos desses elementos na Ilha das Flores, continuam em liberdade elevado número de suspeitíssimos alemães.

O crescimento do número de alemães residentes na capital do país gerou nas autoridades política e policial um crescente temor de que a quinta coluna nazista realmente existia. Acreditava-se que os alemães do *Reich*, portanto, os alemães que entraram no Brasil a partir da década de 1920, estariam armando complôs na costa

---

<sup>460</sup> Idem.

<sup>461</sup> Idem.

<sup>462</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). 29 de agosto de 1942.

brasileira para possíveis “surpresas”. Ferrão foi enfático ao afirmar que haveria uma surpresa reservada aos brasileiros para o dia 7 de setembro de 1942, o interessante é a sua conclusão de que o ataque não aconteceria pelos alemães “de lá” mas se concretizaria pelo “*grande número dos existentes neste paiz abençoado e, ainda pelo grande número de adeptos*”.<sup>463</sup>

Em julho de 1942, Felisberto Batista Teixeira<sup>464</sup>, Delegado Especial de Segurança Política e Social, sob determinação de Filinto Müller, visitou a Ilha das Flores com o intuito de junto ao diretor da Hospedaria de Imigrantes, iniciar os preparativos para a instalação do presídio. Uma das missões de Teixeira era apresentar os novos funcionários para o presídio político<sup>465</sup>.

Segundo os arquivos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, referentes ao Departamento Nacional de Imigração, no mesmo ano em que a Ilha das Flores recebia em seu interior um espaço prisional, chegaram em seu interior diversos refugiados de guerra, em sua maioria poloneses, por solicitação dos Ministérios da Justiça e do Exterior.<sup>466</sup> Diversos japoneses, saídos do interior do estado de São Paulo, com destino ao Japão, ficaram alojados no setor que competia à hospedaria até que fossem embarcados.<sup>467</sup>

A prisão política esteve sob o controle do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Assim, no ano de 1942 temos na Ilha o controle de dois ministérios sobre duas instâncias separadas: no que tange à hospedaria o controle permanece nas mãos do Ministério do Trabalho; já a prisão política ficará a cargo do Ministério da

---

<sup>463</sup> Ferrão afirma que lera sobre o plano nos jornais “Correio da Manhã” e “Vanguarda”. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). 29 de agosto de 1942.

<sup>464</sup> Felisberto Batista Teixeira foi empossado, em novembro de 1937, na chefia do Serviço de Censura, da Divisão de Comunicações, Estatística e Relações Culturais com as Polícias Estrangeiras, participou do combate ao levante integralista, ocorrido em maio do ano seguinte. Deixou o cargo em setembro de 1938, para tornar-se titular da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS). Em 1939, organizou o Serviço Secreto de Informações, tendo como pano de fundo a Segunda Guerra Mundial, iniciada em setembro daquele ano. No primeiro semestre de 1942, em articulação com o Federal Bureau of Investigation (FBI) norte-americano, desmantelou o serviço de espionagem alemão no Brasil, apreendendo oito estações transmissoras e 14 receptoras clandestinas e efetuando a prisão de 67 agentes. Em julho desse ano, deixou a chefia da DESPS e assumiu interinamente a chefia de Polícia do Distrito Federal. Promovido a major em junho de 1943, no mês seguinte foi nomeado oficial-de-gabinete do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, e, em março de 1944, interventor na firma alemã Knoll”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/felisberto-batista-teixeira>. Acesso em: 19 de janeiro de 2023.

<sup>465</sup> Para os cargos de: Escrivão-Chefe Classe “J”, Escrivão-Classe “G”, 2 investigadores e um intérprete. Polícia Civil. Relatório de 06 de junho de 1942. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

<sup>466</sup> Acervo do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores.

<sup>467</sup> Idem.

Justiça e Negócios Interiores. Durante o período em que ali funcionou o presídio foi reservado um espaço na Ala Norte da Ilha para a recepção dos presos políticos e somente no ano de 1942 ficaram detidas na Ilha das Flores 349 pessoas.<sup>468</sup>

campo de concentração brasileiro” fica situado numa pequena elevação da parte norte e compõe-se de um pavilhão-presídio e de outro que está sendo construído para o mesmo fim. Ambas as construções encontram-se separadas da parte restante da Ilha por uma resistente cerca de arame farpado.<sup>469</sup>

Além do arame farpado, fortemente eletrocutado e com cerca de 300 metros de perímetro, Perazzo argumentou que as janelas do pavilhão onde encontravam-se os presos políticos foram fechadas com vergalhões de ferro e o local ainda contava com um destacamento de 120 soldados do 5º Batalhão da Polícia Militar, sob o comando do tenente Aristides da Silva Cardoso.<sup>470</sup>

O periódico *A manhã*, em matéria publicada em 14 de abril de 1942, optou por não nomear o presídio da Ilha das Flores como um campo de concentração uma vez que não foram encontrados uniformes de presidiários, os detentos não eram designados por números e não havia a exigência da aplicação de trabalhos forçados. De acordo com a matéria, os detentos poderiam ler jornais, livros e revistas.<sup>471</sup> A matéria prossegue afirmando que os alojamentos e dormitórios eram arejados, como também rigorosamente limpos. Não havia, descreve, o racionamento na alimentação<sup>472</sup>. Sentinelas posicionavam-se do lado oposto ao arame farpado. À noite, seu número dobrava. A guarnição contava com mais de cem homens com ordens para agir eficientemente contra qualquer eventualidade.<sup>473</sup>

Para a detecção dos “inimigos potenciais” que seriam direcionados para a Ilha das Flores, os relatórios elaborados pelo Serviço Secreto da Polícia Civil foram, em muitos casos, decisivos para a prisão do inimigo. Em um documento gerido pelo Departamento de administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, datado de março de 1943, consta a informação de que encontravam-se detidos na Ilha das Flores 128 indivíduos, dentre eles 86 alemães.<sup>474</sup> Somente Ferrão, através de suas<sup>206</sup> investigações na

---

<sup>468</sup> Ocorrência administrativa de 1942, enviada ao Departamento Nacional de Imigração, coordenado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>469</sup> No Campo de Concentração da Ilha das Flores. **A Noite**. Rio de Janeiro, abril de 1942.

<sup>470</sup> Perazzo, Op. Cit. p.135.

<sup>471</sup> **A Manhã**, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1942. p.8.

<sup>472</sup> Idem.

<sup>473</sup> Idem.

<sup>474</sup> Relação numérica dos detentos na Ilha das Flores em 1943, divididos por nacionalidades. APERJ.

Ilha do Governador, contribuiu com a denúncia de pelo menos dez alemães dentre os detidos.<sup>475</sup>

Propagandas realizadas pela DNB<sup>476</sup>, órgão responsável por realizar as propagandas do partido nazista, noticiou que o governo brasileiro maltratava e/ou não prestava a devida atenção aos seus nacionais. A rádio germânica realizou duras críticas à Ilha das Flores afirmando que a mesma não possuía condições salubres para receber prisioneiros alemães. Além disso, argumentaram que os alemães detidos na Ilha sofriam torturas e que os cidadãos alemães residentes no Brasil sofriam perseguições por parte das autoridades brasileiras. Em vista das acusações sofridas pelo governo brasileiro o embaixador espanhol Fernandez Cuesta, representante dos interesses do Reich no Brasil, visitou o presídio situado na Ilha das Flores. O embaixador teria constatado que as notícias proferidas pela Rádio de Berlim [DNB] eram facciosas, ele exaltou ainda o cuidado dispensado a todos os prisioneiros e as belas instalações existentes na Ilha das Flores.

Em setembro de 1942, João Martins de Almeida, a fim de evitar “alguns mal entendidos surgidos” quanto ao presídio da Polícia Civil, e procurando melhor organizar a situação deste, enviou ao chefe de polícia do Distrito Federal, Alcides Gonçalves, um modelo de regulamento para o Destacamento Policial que estava encarregado da segurança do espaço prisional. A resposta de aprovação do modelo apareceria em novembro, quando o Delegado Especial de Segurança Política e Social, Olindo Denys, considerou “desnecessária qualquer alteração no Regulamento das Atribuições do Destacamento Policial daquele presídio” sendo este publicado no Boletim de Serviço n° 243, de 22 de outubro do corrente ano.<sup>477</sup>

A parte social da Hospedaria de Imigrantes havia sido prejudicada em razão da existência do presídio, as visitas de familiares e amigos daqueles que ali encontravam-se alojados havia sido proibida. Dessa forma, as visitas realizadas eram destinadas ao presídio feitas por autoridades e jornalistas, estes últimos interessados em relatar, sobretudo o cotidiano carcerário, bem como as condições estruturais da prisão.

---

<sup>475</sup> Ferrão denunciou diversos alemães, mas levou-se em consideração somente os que ficarão reclusos na Ilha das Flores. São eles: João Hacser, Joseph Pesseck, Karl Hansen, Schulze, Eric Lehernan, W. Stein, Ineje Corg. Hansen, Otto Sternecker, Franz Timon, A. Hamburger e Eduardo.

<sup>476</sup> Deutsches Nachrichtenburo - Instituto responsável pela propaganda nazista.

<sup>477</sup> Regulamento para o funcionamento do presídio no interior da Hospedaria de Imigrantes. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Dentre as visitas que estariam liberadas, o espaço prisional contou com a presença do Ministro Interino do Trabalho, Oscar Saraiva, de Diplomatas brasileiros, do encarregado dos negócios da Suíça, do coronel Alcides Gonçalves Etchegoyen, o General Ivo Soares, chefe da Cruz Vermelha Brasileira, em companhia de Eric Eagler, representante da Cruz Vermelha Internacional, o representante do Itamaraty, membros do Comité de Defesa Política do Continente, em companhia do Embaixador Pimentel Brandão<sup>478</sup> e vários jornalistas norte-americanos e brasileiros em companhia dos oficiais do Exército brasileiro<sup>479</sup>.

Competia, dentre outras coisas, ao Destacamento Policial daquela seção do Presídio da Ilha das Flores:

- Manter a vigilância permanente do presídio, distribuindo para isso as sentinelas em torno do mesmo, de acordo com a sua orientação militar.
- Determinar a escolta para receber o prisioneiro na sua chegada ao cais da ilha, e bem assim fazer conduzi-lo até esse ponto na sua saída.
- Levar ao conhecimento do diretor qualquer irregularidade que surgir, solicitando as providências necessárias.
- Fiscalizar toda a correspondência destinada aos prisioneiros, inclusive peças de vestuário, artigos de asseio corporal, e bem assim tudo o que for remetido pelos mesmos.

Devido ao funcionamento do presídio, o acesso à Ala Norte da Ilha das Flores para civis, funcionários da hospedaria ou mesmo autoridades políticas, por exemplo, ficou limitado.

- Com exceção do diretor, a entrada de qualquer funcionário na seção do presídio,

---

<sup>478</sup> Pimentel Brandão foi um importante diplomata brasileiro, dentre os seus cargos destacam-se: Embaixador do Brasil na Bolívia (1934); Ministro das Relações Exteriores (1936-1938); Embaixador Brasileiro nos Estados Unidos (1938) ; Embaixador Brasileiro na Alemanha Ocidental (1950-1951). Na época em que esteve na Ilha das Flores, em visita ao espaço prisional, Brandão estava trabalhando na Comissão Consultiva para a Defesa Política do Continente, com sede em Montevideú, no Uruguai. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/brandao-mario-de-pimentel>. Acesso em: 15 de março de 2022.

<sup>479</sup> Idem.

deverá ser comunicada antes ao responsável pela guarda do mesmo.

- Autoridades ou pessoas estranhas, com exceção daquelas do serviço da Polícia Civil somente poderão penetrar na seção do presídio devidamente autorizadas pela chefatura de polícia.

De acordo com o regulamento, o prisioneiro deveria ser escoltado por policiais e, viajando em lancha da Polícia Marítima, seria recebido no cais de desembarque pelas autoridades do presídio, sendo identificado pelo nome. O acusado então seria revistado e entregue à escolta e enviado ao presídio, onde as autoridades determinaram o seu alojamento, sendo-lhe fornecido imediatamente roupas de cama.

Durante a sua permanência no presídio, competia ao prisioneiro:

- Não guardar consigo qualquer arma, devendo fazer a sua barba com gilete (com as lâminas entregues sob controle). Não receber bebida alcoólica.
- Não receber ou enviar qualquer objeto, carta, bilhete, etc. a não ser por intermédio do diretor ou dos oficiais responsáveis pela segurança.
- Somente efetuar compras de objetos de uso pessoal, comestíveis especiais, artigos de esportes, por intermédio das autoridades.
- Ser revistado às 7 horas da manhã e às 21 horas, pelos oficiais.
- Não se locomover pela área do presídio após às 22 horas, depois do toque de silêncio. Sendo tal ato permitido somente por um “motivo imperioso”.

Segundo o regulamento, o prisioneiro contava com assistência médica diária e dentária duas vezes por semana. Existia a possibilidade do detento participar de práticas religiosas no salão do refeitório geral da hospedaria, podendo assisti-las sob vigilância e escolta até aquele local. O prisioneiro possuía também direito a três refeições diárias, poderia praticar esportes na área do presídio em horas regulamentares e receber visitas de familiares desde que estes apresentassem um cartão de identidade e autorização,

assinado pelo Delegado Especial de Ordem Política e Social.<sup>480</sup>

Por ordem do Ministro da Justiça, em maio de 1942, foram transferidos para o presídio da Polícia Civil da Ilha das Flores 28 alemães envolvidos no caso “Montevideo”, apresentados pela Polícia de Porto Alegre. “Detidos por haver desrespeitado instruções policiais vigentes e reguladoras sobre a permanência de estrangeiros no país”. A chefia de Polícia do Rio Grande do Sul os considerou “elementos perigosos contra a ordem política de Estado”. Todos esses tripulantes chegaram ao Brasil no ano de 1939, ou seja, são “alemães do Reich”. Todos declararam o não envolvimento “em quaisquer atividades suspeitas”, como também em atividades políticas neste país. Mesmo os que se declararam filiados ao NSDAP na Alemanha, aqui, disseram, não se envolver com simpatizantes deste movimento, visto que o partido já se encontrava na ilegalidade.<sup>481</sup>

Em 1945, o espaço prisional da Ilha das Flores foi desativado e os detentos que ali se encontravam foram transferidos para a Colônia Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande. A Hospedaria de Imigrantes passou por diversas reformas e o local onde existiu o espaço prisional voltou a servir de alojamentos que passariam a abrigar centenas de refugiados do pós-guerra, através da Organização Internacional de Refugiados.

---

<sup>480</sup> A visita deveria ser feita fora do presídio e de suas imediações, sob vigilância de vários policiais, e em presença dos oficiais do Destacamento.

<sup>481</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Dossiê: “Espionagem”. Polícia Civil, 1939.



Detentos enfileirados sob supervisão policial no presídio político da Ilha das Flores. Fonte: Arquivo Nacional, BR\_RJANRIO\_EH\_0\_FOT\_EVE\_08262\_0007.



Detentos em frente ao depósito de bagagens da Ala Norte no retorno do refeitório. Fonte: Arquivo Nacional, BR\_RJANRIO\_EH\_0\_FOT\_EVE\_08262\_d0009.



Visita à cozinha da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores em ocasião da existência da prisão política em seu interior. Usando óculo e terno de cor clara, temos o então diretor da Hospedaria de Imigrantes, João Martins de Almeida. Fonte: Arquivo Nacional, BR\_RJANRIO\_EH\_0\_FOT\_EVE\_08262\_d0010.



Interior de um dos quartos que serviu de alojamento para os presos políticos. Fonte arquivo nacional, BR\_RJANRIO\_EH\_0\_FOT\_EVE\_08262\_d0011.



Pavilhão da Ala Norte, cercado e sob vigilância policial, da Hospedaria da Ilha das Flores. c. 1943. Autor desconhecido. Coleção Marilene Martins de Almeida. Acervo CMIIF/UERJ.

### **3.5: Conclusão**

Ao que se refere à experiência do Estado Novo, podemos compreender os arquivos policiais sendo usados como instrumento de organização das relações de poder e assim, simbolicamente, para agrupar e classificar estrategicamente os cidadãos. Esses arquivos foram relevantes para o desenvolvimento de nossa pesquisa uma vez que nos forneceu informações acerca do cotidiano do espaço prisional da Ilha das Flores, bem como a forma como esse local era percebido e representado pelas forças policiais do período em questão. Os relatórios que circularam no meio policial fazem parte do imaginário do período acerca dos inimigos-objetivos que deveriam ser combatidos. As consequências para a comunidade alemã foram significativas uma vez que esse grupo étnico passou a ocupar cada vez mais os espaços prisionais pelo Brasil, como foi o caso da Ilha das Flores.

Nesta pesquisa, não buscamos tratar o arquivo como um receptáculo passivo, pelo contrário, sugerimos que este, dependendo da forma como for utilizado, pode contribuir para moldar a forma como a história é lida. Em síntese, podemos “contabilizar” como a

repressão se tornou uma prática institucionalizada sustentada pela ação de uma polícia política. Hoje, ao consultarmos a documentação que restou (considerando a probabilidade de que parte dela foi eliminada), podemos arriscar uma análise, ainda que parcial, das formas de representações daqueles que foram classificados como potencialmente perigosos à Segurança Nacional.

Nossa preocupação não reside em tentar averiguar a verdade dos fatos ali registrados – mesmo porque o conceito de verdade histórica é um conceito um tanto esquivo –, mas sim de verificar como os fatos foram construídos segundo a lógica e a ética de uma instituição *sui generis*: uma polícia que tinha como objetivo reprimir e ordenar o pensamento político no país tornando-o único, incontestável.

Para Ana Maria de Almeida Camargo, se tratando dos arquivos da polícia política como fonte, se faz necessário vê-los como partes de um conjunto, como elementos que mantêm relação orgânica entre si. Segundo a autora, os fins práticos (de natureza administrativa ou jurídica) dessa acumulação contemplam os diversos estágios por que passam os documentos, de modo a viabilizar a própria existência da instituição a curto, médio e longo prazos.<sup>482</sup>

Para o presente trabalho, tornou-se relevante compreender o apego a um perfil de brasilidade (estrategicamente formulado), durante o período do Estado Novo, em contraposição aos não-assimiláveis. A privação da liberdade de diversos estrangeiros no Brasil causou danos irreparáveis a muitas famílias. Hoje, depois de uma trajetória travada tanto por pesquisadores como por familiares dos presos políticos durante o Estado Novo, podemos ter acesso aos arquivos policiais formulados durante o período que coincide com a implementação e manutenção do Estado Novo, bem como com o advento da Segunda Guerra Mundial, que muito contribuiu para o aumento da repressão policial do período no Brasil.

De acordo com Maria Teresa Villela Bandeira de Mello, a partir da Constituição de 1988, que instituiu o habeas-data, a administração pública iniciou a transferência dos acervos das polícias políticas para as instituições arquivísticas públicas, de modo a garantir o cumprimento dos preceitos constitucionais, instada pelos grupos empenhados na defesa dos direitos humanos.

---

<sup>482</sup> CAMARGO, A. M. A. **Os arquivos da polícia política como fonte**. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1987404/mod\\_resource/content/1/ACamargo\\_Os\\_arquivos.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1987404/mod_resource/content/1/ACamargo_Os_arquivos.pdf)> pp. 8 -10. Acesso em 29 de set. de 2022.

Em 1992, os acervos das polícias políticas sediados no Rio de Janeiro que estavam sob a guarda da Superintendência Regional da Polícia Federal, foram, por ato do Ministério da Justiça, recolhidos ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)<sup>483</sup>. A lei estadual de 1994 assegurou o direito de acesso aos documentos públicos sob a custódia do APERJ que pertenceram ao DGIE. Luciana Lombardo comenta como foi o processo de recolhimento dos arquivos:

Longe de ser um processo tranquilo, os depoimentos reunidos a respeito do processo de entrada do Fundo Polícias Políticas no APERJ destacam invariavelmente as condições desfavoráveis criadas pela Polícia Federal para que se desse o recolhimento, o mau estado geral de conservação em que se encontravam as caixas de documentos e a existência de um amontoado indistinto de papéis e publicações apelidado de “lixão” pela equipe técnica que os recebeu e tratou no primeiro momento. Apesar da prévia retirada de documentos, ainda eram muitos os documentos existentes no prédio da Polícia Federal.

O processo de recolhimento do acervo do Dops/RJ transcorreu entre os meses de março e junho de 1992, quando então teve início o processo de identificação e tratamento do material. Através de um projeto apresentado à Faperj, pesquisadores ligados ao APERJ conseguiram mobilizar recursos para recolher e tratar a documentação. Como resultado desse trabalho, dois materiais impressos foram produzidos logo nos anos seguintes pela equipe então à frente do projeto: uma primeira descrição do acervo acompanhada de uma coletânea de textos dos pesquisadores responsáveis (APERJ, 1993) e um guia de fundos, com resumos do conteúdo dos setores até então organizados (APERJ, 1994)<sup>484</sup>.

Segundo Luciana Lombardo Pereira, até meados dos anos 1990, a luta pelo reconhecimento dos crimes contra a humanidade perpetrados pelo Estado brasileiro estava longe do fim. Entretanto, em novembro de 1997, a lei nº. 9.507 regulamentou o habeas data previsto na Constituição e o direito de acesso à informação. Uma longa polêmica se seguiu com relação à sua aplicabilidade aos documentos classificados como reservados, confidenciais, secretos e ultrassecretos<sup>485</sup>.

---

<sup>483</sup> MELLO, de Bandeira Villela Teresa Maria. Imagens arquivadas: as fotografias da polícia política no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Anais do XXVI **Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, julho/2001. p. 3.

<sup>484</sup> PEREIRA. Op. Cit. p.263.

<sup>485</sup> Idem, p. 265.

Somente em 2011, a última versão da lei de acesso à informação encerrou a possibilidade de renovação ilimitada desse prazo, artifício apelidado de “sigilo eterno”. Aprovada junto com a lei de criação da Comissão Nacional da Verdade, a lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011, ampliou significativamente o acesso à documentação produzida pelo Estado, para conhecimento da sociedade. Não por acaso, as duas leis se complementam e a pesquisa nos chamados “arquivos da repressão” é parte importante dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e das diversas comissões estaduais<sup>486</sup>. Apesar da ampliação progressiva da transparência nos últimos anos, a luta pelo acesso à informação ainda está em curso para boa parte dos historiadores e pesquisadores do tema – assim como para familiares de ex-presos políticos.

---

<sup>486</sup> Idem.

## Considerações Finais

O governo do Estado Novo promoveu uma intensa ação repressiva contra as populações de origem estrangeira com a aplicação de políticas educacionais, ações policiais e também por meio da imprensa e publicações oficiais. Neste sentido, Cynthia Machado Campos, em sua tese de doutorado sobre a proibição do “falar alemão” durante o Estado Novo, nos estados sulistas do Brasil, afirma que do ponto de vista do regime e de sua propaganda, a criação de um inimigo externo poderoso e ameaçador facilitava-lhes ganhar a coesão interna, o inimigo servia também como justificativa para um movimento interno de militarização do país e de sua gente, sendo tal movimento necessário à defesa nacional<sup>487</sup>.

De acordo com Regina Célia Pedroso, a Constituição Federal de 1934 declarou o “estado de emergência”, que suspendia os direitos e garantias individuais e os crimes cometidos contra a “segurança do Estado”, que seriam julgados por uma justiça especial. Dispositivos estes que foram recompilados na Constituição do Estado Novo, de 1937. A estratégia de isolamento do réu político foi implementada em 1938 que regulamentou a “prisão preventiva do alienígena”, visando sobretudo, o réu estrangeiro.

Com o Código Penal de 1940, as ditas medidas de segurança podem ser aplicadas no pressuposto da perigosidade. A preocupação recaía sobre o sujeito e não mais para as manifestações criminosas desse indivíduo. Admitia-se medidas de natureza patrimonial, das quais exemplos: o confisco, a interdição de estabelecimento e a interdição de sede de sociedade ou associação. Pedroso define a legislação penal como a racionalização “por escrito” da repressão; enquanto o aparato policial seria o executor das normas dessa legislação<sup>488</sup>. E afirma:

Comportando a manutenção do poder como finalidade, o Estado estabelecerá um duplo controle: o controle social (dos corpos) e o controle político (dos ideais). A ação intensiva da polícia também se ampliará: da vigilância cotidiana e normativa para instâncias especializadas de ordenamento e controle. Esta metamorfose marca o aparecimento das polícias política e social, que do mero controle da população, transformaram-se em espaços de registros especializados.<sup>489</sup>

---

<sup>487</sup> CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil**. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2006. p.135.

<sup>488</sup> PEDROSO, Regina Célia. **Estado autoritário e ideologia policial**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005. p.54.

<sup>489</sup> Idem.

Durante o Estado Novo, alemães residentes no Brasil são acusados de não integração à sociedade. O sempre discutido isolacionismo geográfico destes indivíduos, somados à preservação dos seus costumes, principalmente a língua, oriundos da pátria-mãe em um contexto marcado pela Segunda Guerra Mundial e pelo “expansionismo nazista” servem como justificativa para a montagem de um aparato policial contra o “perigo alemão”. A materialização da repressão desencadeada no Estado Novo encontra-se nos espaços prisionais criados ou adaptados para receber em seu interior centenas de indivíduos acusados de comprometerem a Segurança Nacional, como o caso do Presídio Político da Ilha das Flores, tema explorado em nosso trabalho.

Buscamos defender que quanto mais se produziu relatos e discursos contra os alemães residentes no Brasil, associando toda essa comunidade étnica ao nacional socialismo, mais o projeto estadonovista encontrava bases para legitimar o uso da violência e da repressão policial contra as comunidades de origem teuta no território nacional. Mudanças na legislação que confrontavam os grupos considerados “quistos raciais” interferiram na vida cotidiana de uma parcela significativa da população. Dessa forma, a atuação policial traduziu em ações concretas o modelo autoritário, legitimando muitas de suas ações baseadas em um discurso salvacionista e nacionalista<sup>490</sup>.

---

<sup>490</sup> WEIZENMANN .Op. Cit. p. 40-41.

## Bibliografia

- ALVES, Débora Bendocchi. Viagem de Ernst Hasenclever à Colônia Nova Friburgo em 1840. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH • São Paulo, julho 2011.
- ANDRADE, Mário. **Amar, verbo intransitivo**. Editora Itatiaia limitada, Belo Horizonte, 1982.
- ARANHA, Graça. **Canaã**. São Paulo: Ática, 1998.
- ARENDT, Hannah, **As origens do totalitarismo. Anti-semitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. Cia das Letras, São Paulo, 1991.
- ARTÚCIO, Hugo Fernandez. **Nazi Underground in South America**. New York/ Toronto: Farrar & Rinehart, 1942.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985.
- BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1982.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Mauad X, Rio de Janeiro, 2007.
- BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao Direito Penal Brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 11ª edição, março de 2007.
- BENDOCCHI, Débora Alves. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro - Turíngia (1852-1853). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, nº 45, pp.155-184, 2003.
- BRETAS, Marcos. **História das Prisões no Brasil**. CLARISSA MAIA, FLÁVIO NETO, MARCOS COSTA, MARCOS BRETAS (ORG.). Editora Rocco. Volume 1. 2009.
- CALVET, Jean-Louis. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CAMARGO, A. M. A. **Os arquivos da polícia política como fonte**. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1987404/mod\\_resource/content/1/ACamargo\\_Os\\_arquivos.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1987404/mod_resource/content/1/ACamargo_Os_arquivos.pdf)> pp. 8 -10. Acesso em 29 de set. de 2022.

CÂMARA, de Lima Aristóteles. NEIVA, Artur Hehl. Colonização nipônica e germânica no sul do Brasil. **Revista de Imigração e Colonização**, Ano 1, Nº 2, Rio de Janeiro, 1940.

CÂMARA, Lourival. Estrangeiros em Santa Catarina. **Revista de Imigração e Colonização**, Ano I, Nº 4, Florianópolis, out., 1940.

CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil**. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2006.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da Violência. A Polícia da era Vargas**. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1993.

CARNEIRO, Tucci Maria Luiza. **Os arquivos da Polícia Política Brasileira. Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo**. USP, São Paulo. Disponível em: [http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo\\_arquivos\\_policia\\_politica.pdf](http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf) . Acesso em 12 de janeiro de 2023.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quareto, 2001.

CAVOTTI, Guilherme dos Santos Marques. Artur Hehl Neiva e a Política Imigratória no Brasil entre as décadas de 1930 e 1950. Anais do 2º Encontro Internacional História e Parcerias, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1570072181\\_ARQUIVO\\_2cf3c17d2f54e00c965bd5e8df378f19.pdf](https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1570072181_ARQUIVO_2cf3c17d2f54e00c965bd5e8df378f19.pdf) . Acesso em: 27 de dezembro de 2022.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. In: \_\_\_\_\_. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 16 de julho de 1934. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 28 de Dezembro de 2022.

COSTA, Carvalho Jean. Sílvia Romero e a “idéia das três raças”: uma hermenêutica do nacional a partir da categoria miscigenação. **Cronos**, Natal-RN, v. 7, n. 1, jan/jun. 2006. p. 135-149.

COUTO, Ribeiro. Língua Nacional e espírito nacional. **Revista de Imigração e Colonização**, Ano II, Ns. 2 e 3. Rio de Janeiro, 1941.

\_\_\_\_\_. Problema da nacionalização. In: **Revista de Imigração e Colonização**. Ano II, Nº1, Rio de Janeiro. Jan. 1941.

Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil**. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2006.

DEBASTIANI, Jesiane. **O Conselho de Imigração e Colonização e suas ações na Política Imigratória Brasileira (1938 - 1945)**. Esboços, Florianópolis, v. 29, n. 51, p. 490-507, maio/ago. 2022.

DIETRICH, Ana Maria. **Caça às suásticas, o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política**. São Paulo: Humanitas/ Fapesp/ Imprensa Oficial, 2007.

FERNANDES. Leonardo Nunes Pereira. **“Perigo alemão ou germanofobia?”: Os alemães em São Paulo entre 1889 e 1918**. Dissertação de Mestrado. PUC, São Paulo. 2011.

FOUCAULT. M. **Segurança, Território e população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Martins Fontes, São Paulo, 2008.

GERALDO, Endrica. A **“Lei de Cotas” de 1934: Controle de Estrangeiros no Brasil.** Cad. AEL, v.15, n.27, 2009.

\_\_\_\_\_. **O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo**. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, 2009.

\_\_\_\_\_. **O “Perigo Alienígena”: Política Imigratória e Pensamento Racial no Governo Vargas (1930-1945)**. Tese de doutorado, Unicamp, São Paulo, 2007.

GERTZ, René. **O Perigo alemão**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

\_\_\_\_\_. Os “súditos alemães” no Brasil e a “pátria-mãe” In: Alemanha. Dossiê Brasil/Alemanha: cultura e identidades. **Espaço Plural**, Ano IX, Nº 19, 2º Semestre 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Ed. PUC - Rio : Apicuri, Rio de Janeiro, 2016.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 6º ed; tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Paz e Terra, São Paulo, 2013.

KOIFMAN, Fábio. **Política imigratória no primeiro governo Vargas (1930-1945)**. In: História da Imigração no Brasil. In: Luís Reznik (Organização) - Rio de Janeiro : FGV Editora, 2020.

\_\_\_\_\_. Quixote nas Trevas – o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002. In: Machado, Lara Novis Lemos. **Imigração dirigida ao Brasil no período do pós-segunda guerra mundial: a Missão Neiva (1946-1947)**. Rio de Janeiro, 2021.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. São Paulo: Ática, 1992.

LOPES, Ronaldo de Oliveira. O processo de implantação do Luteranismo no Brasil: o caso da região de Nova Friburgo (1824 a 1857). **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio**. Rio de Janeiro, 2012.

LUVIZOTTO, CK. **As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998.

MARTINS, Ana Luiza e DE LUCA, Regina Tânia. **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed., 3º reimpressão, São Paulo : Contexto, 2020.

MELLO, de Bandeira Villela Teresa Maria. Imagens arquivadas: as fotografias da polícia política no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho/2001.

MORAES, Luís Edmundo de Souza e GAK, Igor “O partido Nazista e o mito da Quinta Coluna no Brasil”, In: **Revista brasileira de Estudos Estratégicos, dossiê: “O Brasil na Segunda Guerra: 70 anos”**. Nº 14, jul- dez 2015.

MUSQUIM, Priscila Alcântara de Oliveira. Imigração germânica e nazismo em Petrópolis nos anos 1930. **Anais do XIX Encontro Regional de História. Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho**. Juiz de Fora. 28 a 31 de julho de 2014.

NEUMANN, Gerson Roberto. Estar entre mundos e ao mesmo tempo não pertencer a nenhum. O caso da literatura em língua alemã produzida no Brasil no século XIX. **Caderno de Letras**, nº 29, Jul-Dez,2017.

NEUMANN. Rosane Marcia. **‘Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor!’ As colônias germânicas e a campanha de nacionalização**. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. Nº 10. 1993.

OLIVEIRA, Agenor Lopes de. **Ilha das Flores . Reminiscências da Revolução Paulista de 1932**. Rio de Janeiro. Batista de Souza, 1933.

PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PEDROSO, Regina Célia. **Estado autoritário e ideologia policial**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **Prisioneiros da Guerra: os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesp. 2009.

PEREIRA, Costa Lombardo Luciana. Nos arquivos da Polícia Política: Reflexões sobre uma experiência de pesquisa no DOPS do Rio de Janeiro. **Acervo**, V. 27, Nº 1, P. 254-267, Rio de Janeiro. JAN./JUN. 2014.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989.

PÓVOA, Hélon Neto. **O erguimento de barreiras à migração e a diferenciação os “direitos à mobilidade”** REMHU Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, vol. 16, núm. 31, 2008.

PY, Aurélio da Silva. **A “5º Coluna” no Brasil. A Conspiração Nazi no Rio Grande do Sul**. 2.a ed., Porto Alegre, ed. Globo. 1942.

**Revista de Imigração e Colonização**. Ano II, Nº 1, Rio de Janeiro. Jan.1941.

\_\_\_\_\_. Ano II, Ns. 2 e 3. Abr./Jul. de 1941.

REZNIK, Luís, COSTA, Julianna Carolina Oliveira, MARQUES, Guilherme Santos Cavotti. **Política imigratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores**. Rio de Janeiro, 2016.

RIBAS, Antonio de Lara. **O Punhal Nazista no Coração do Brasil**. Florianópolis: DOPS/SC,1943.

RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. **Venha o decreto de expulsão – A legitimação da ordem autoritária no governo Vargas**. Dissertação de mestrado em História, FFLCH/USP, São Paulo, 2003.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Tomo I. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Alemanismo no Sul do Brasil. Seus Perigos e Meios de os Conjurar.** Rio de Janeiro, Heitor Ribeiro. 1906.

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema.** Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro da Costa, Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, Imigração e a Questão Racial no Brasil. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st10-3/4610-gseyferth-colonizacao/file>. p. 2. Acesso em: 15 de julho de 2021.

\_\_\_\_\_. “Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1994.

\_\_\_\_\_. **Nacionalismo e identidade étnica.** Florianópolis: FCC. 1982.

SILVA FILHO, Marcelo Nicomedes dos Reis; SCHMIDT, Cristiane; DE SOUZA, Antonio Carlos de Santana. Interfaces entre a sociolinguística e a linguística aplicada: Por uma perspectiva social e política das línguas. **Revista Ecos** vol.20, Ano 13, nº 01, 2016.

SOUZA, Beatriz Cristina Pereira de. **Os Nomes Geográficos de Petrópolis/RJ e a Imigração Alemã: memória e identidade.** Rio de Janeiro, 2014. p.24. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/823907.pdf>. Acesso em 22 de maio de 2021.

STURZA, Eliana Rosa; FIEPKE, Rejane Beatriz. A política linguística da Era Vargas e seus efeitos na vida de descendentes de imigrantes alemães de Novo Machado-RS. **Revista Trimestral de Letras da Universidade do Estado do Pará.** Jan-Mar. 2017.

TAUNAY, Carlos Augusto. Viagem Pitoresca a Petrópolis. Rio de Janeiro, 1862. In: **Anuário do Museu Imperial.** Petrópolis: Ministério da Cultura, IPHAN e Museu Imperial de Petrópolis, 1995.

TINOCO, J. Petrópolis - Guia de Viagem. Rio de Janeiro: Typographia de L. Winter, 1885. In: **Anuário do Museu Imperial.** Petrópolis: Ministério da Cultura, IPHAN e Museu Imperial de Petrópolis, 1995.

TODOROV, Tzvetan. “Los usos de la memoria”. In: **Memoria del mal, tentación del bien. Indagación sobre el siglo XX.** Barcelona: Ediciones Península, 2002.

VOGT, Paulo Olgario. O alemanismo e o “Perigo Alemão” na literatura brasileira da primeira metade do século XX. **Signo.** Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 225-258, dez, 2007.

WEIZENMANN, Tiago. *CORTANDO AS ASAS DO NAZISMO: Representações e imaginário sobre o nazismo na revista Vida Policial (1942-1944)*. Unisinos, São Leopoldo.2008.

WERLE, Bibiana. Memória da Campanha de Nacionalização nas regiões de imigração alemã. In: **XI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL - MEMÓRIA, DEMOCRACIA E JUSTIÇA**. 2012, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. p. 01-11. Disponível em: [https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340395352\\_ARQUIVO\\_BibianaWerle.pdf](https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340395352_ARQUIVO_BibianaWerle.pdf). Acesso em 10 de maio de 2021.